

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Memória Social
e Patrimônio Cultural



Dissertação

Era uma vez um cinema:

o caso do Cine-Theatro Independência e os mecanismos de
preservação do patrimônio de Santa Maria (RS)

Amanda Costa da Silva

Pelotas, 2013.

AMANDA COSTA DA SILVA

Era uma vez um cinema:

o caso do Cine-Theatro Independência e os mecanismos de preservação do
patrimônio de Santa Maria (RS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – Linha de Pesquisa em Memória Social e Identidade – da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Ferreira Michelon

Pelotas, 2013.

Catálogo na Publicação:
Maria Fernanda Monte Borges
CRB-10/1011

S586e Silva, Amanda Costa da
Era uma vez um cinema : o caso do Cine-Theatro Independência e os
mecanismos de preservação do Patrimônio de Santa Maria / Amanda Costa
da Silva ; orientadora Francisca Ferreira Michelin. – Pelotas, 2013.
115 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) –
Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas,
2013.

1. Cine-Theatro Independência 2. Patrimônio 3. Memória 4. Tombamento
I. Michelin, Francisca Ferreira (orient.) II. Título.

CDD 306.4
344.094|

Banca examinadora:

Profa. Dra. Francisca Ferreira Michelin (orientadora)

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero (PPGMP – UFPel)

Profa. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin (Unilasalle-Canoas)

Eu fui ao Cine Independência, assim como meus pais, meus tios, meus avós. O último filme que lá assisti, se não me falha a memória (a bendita memória), foi “Coração Valente”, com Mel Gibson. Lembro-me daquele enorme cinema, com poltronas e tela não tão novas, que, assim como o personagem de Mel Gibson, resistia bravamente, “lutando” contra as modernidades que estavam invadindo nossa cidade. Mas, da mesma forma que com o personagem do filme, o seu fim foi inevitável. Do Independência, só ficaram as lembranças de uma infância que também não existe mais. As tardes de sábado, quando minha tia levava toda a criançada, e quem mais quisesse ir, ao cinema. O cheirinho de pipoca, embora eu sempre preferisse os azedinhos. Lembranças que, apesar de só minhas, também trazem lembranças a tantas outras pessoas. Á sua memória, que faz parte da minha, dedico essa dissertação.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, por todas as bênçãos que recebi durante a minha vida.

À minha mãe, por sempre estar ao meu lado e nunca medir esforços para realizar todos os meus sonhos. Por todos os bons exemplos e todo o amor que me deu.

Às minhas irmãs e cunhados, pelo apoio, carinho e preocupação. Por estarem sempre a disposição para ajudar sempre que precisei e por me darem os sobrinhos e afilhados mais lindos do mundo.

A toda a minha família, pela estrutura que sempre me manteve em pé. A família de sangue, de coração e agregação. Por estarem presente durante todos os momentos importantes da minha vida. Por terem feito da minha casa em Pelotas, um lugar aconchegante, no qual, em cada pedacinho, sinto a presença de cada um de vocês. Por todo o suporte emocional, acadêmico e financeiro, e, principalmente, por sempre acreditarem em mim.

Mãe Neusa, Manas Ariane e Anelise, Cunhados Otávio e Estevan, Sobrinhos e Afilhados Rafaela e Edgar, Tia Nice, Tio Beto, Cris, Cari, César, Paulo, Mateus, Gabriel, Dona Irani, Vó Nita, Vó Nelda, sem vocês, a conclusão desse mestrado não teria sido possível.

Aos amigos que fiz nesses dois anos em Pelotas, por me acolherem e fazerem eu me sentir em casa. À Bárbara, Bruna e Jussara, minhas irmãs e mãe emprestadas, por serem minha família em Pelotas. Pelo apoio, preocupação, incentivo, brigas e risadas, muitas risadas. À Bárbara por ter me falado desse mestrado e me incentivado a fazer a inscrição.

Aos colegas, por dividirem comigo problemas, saberes, dúvidas, alegrias, durante esse tempo de convivência. Aos colegas que se tornaram amigos e que foram muito importantes para o meu crescimento. À Cibele, que se tornou uma irmã, uma pessoa com quem sempre pude e sei que sempre poderei contar. Pelas conversas, desabafos, risadas, enfim, por todos os momentos inesquecíveis que passamos juntas. À Magda, pelo chá na cozinha, pela conversa antes de dormir, pelos estudos e ensinamentos, por ser amiga, confidente e parceira.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, por dividirem comigo o seu conhecimento, por tudo o que me ensinaram e que levarei sempre comigo. À Nanci Ribeiro, por estar sempre a nossa disposição, ajudando, contribuindo, com muita paciência e carinho. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudos.

À minha orientadora, Francisca Ferreira Michelin, pelo aprendizado, incentivo, carinho e, principalmente, por ter acreditado nesse trabalho tanto quanto eu.

Aos professores Cleusa Maria Gomes Graebin e Ronaldo Bernardino Colvero, por aceitarem fazer parte de minha banca.

A todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram para a realização desta dissertação.

O “vende-se” em letras enormes na fachada do Cine Independência me fustigou por dias a fio. Até que me ocorreu: “Será que o proprietário não aceitaria um escambo?” [...] Penso, então, em oferecer toda a fortuna que o próprio Independência me legou ao longo dos anos. Posso abrir a arca que guarda os tropéis dos peles-vermelhas perseguindo John Wayne ou James Stuart. [...] Posso regatear com todas as guerras estelares; posso clamar por todas as súplicas, traições, incesto, perdões e rupturas irreconciliáveis que testemunhei; posso argumentar com todos os sustos, todas as lágrimas, toda irritação por finais previsíveis. [...] Posso oferecer de lambuja as Tertúlias Nativistas que assisti. E – jóia rara do meu baú - o beijo que roubei da minha primeira namorada num show do jovem Alceu Valença. Vou pedir um bom desconto pelos anos em que o Independência virou igreja evangélica. Mas, nem por isso, vou deixar de orar para, em caso de recusar minha proposta, o proprietário só venda o cinema para quem veja naquele espaço algo mais do que um prédio velho. Cidade civilizada não se desconfigura por conveniência financeira. Cidade civilizada preza sua identidade e a memória afetiva de seus moradores.

(CANELLAS, Marcelo. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, abr. 2003, Caderno Mix. p. 8. Cine Independência).

Resumo

SILVA, Amanda Costa da. **Era uma vez um cinema: o caso do Cine-Theatro Independência e os mecanismos de preservação do patrimônio de Santa Maria (RS)**. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

O objetivo central dessa pesquisa foi refletir sobre o processo de tombamento do prédio que abrigou o Cine-Theatro Independência, em Santa Maria (RS), debatendo os conflitos referentes à preservação do patrimônio e às escolhas memoriais. O espaço foi inaugurado em 1922, na praça central da cidade. Ao longo de seus mais de 70 anos, foi palco de apresentações artísticas, encontros e reuniões sociais, além das exibições diárias de filmes. Apesar de Santa Maria possuir outros espaços de grande representatividade para o cenário cultural do município, o Cine Independência foi o único cine-teatro da cidade que passou por um processo de tombamento. Esse processo, entretanto, transcorreu de forma nebulosa e aparentemente confusa. Atualmente, o espaço está descaracterizado e abriga o Shopping Popular de Santa Maria. Dessa forma, esse trabalho buscou identificar, a partir do histórico do local e do processo de tombamento, que elementos foram decisivos para que o bem chegasse à atual situação, realizando uma reflexão sobre os conflitos que permeiam esse processo. Para isso, se desenvolveu uma pesquisa bibliográfica tanto em relação à história da cidade, seus espaços culturais e o Cine Independência, contextualizando com outras importantes cidades do estado, quanto referente às políticas públicas preservacionistas e aos conceitos de memória e patrimônio. Além disso, se buscou a documentação ligada a esse processo de tombamento, bem como, junto a acervos da cidade, imagens e matérias publicadas em periódicos. Por fim, se realizou uma entrevista com o ex-prefeito de Santa Maria, buscando, assim, compreender melhor de que forma se deu esse processo e a constituição do Shopping Popular de Santa Maria.

Palavras-chave: Cine-Theatro Independência. Patrimônio. Memória. Tombamento.

Abstract

SILVA, Amanda Costa da. **Era uma vez um cinema: o caso do Cine-Theatro Independência e os mecanismos de preservação do patrimônio de Santa Maria (RS)**. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

The central objective of this essay was to reflect about the Cine-Theatro Independência's process of tipping, at Santa Maria (RS), discussing the conflicts related to heritage preservation and memorials choices. This place was inaugurated in 1922 in the central square of the city. Throughout more than 70 years, it staged performances, meetings and reunions gatherings, besides daily views of movies. Although Santa Maria have other great representation spaces for the cultural scene of the city, Cine Independência was the only movie theater in town that went through a process of tipping. This process, however, went so nebulous and seemingly confused. Currently, the space is mischaracterized and houses the Popular Shopping of Santa Maria. Therefore, this study aimed to identify, from the site's history and the process of tipping, elements that were crucial to the well reached the current situation, performing a reflection on the conflicts that underlie this process. For this, a literature has developed in relation the city's history, its cultural spaces and Cine Independência, contextualizing with other major cities of the state, as preservationists regarding public policies and memory and heritage concepts. In addition, it was searched documentation linked to this process of tipping, as well, along with the city archives, images and articles published in journals. Finally, it conducted an interview with former mayor of Santa Maria, seeking thus to better understand how this process took place and the constitution of the Popular Shopping of Santa Maria.

Keywords: Cine-Theatro Independência. Heritage. Memory. Tipping.

Lista de Figuras

Figura 1	Theatro Treze de Maio no começo do século XX.....	23
Figura 2	Theatro Treze de Maio em 2012	25
Figura 3	Anúncio de exibição no Salão Seyffarth em 1907	29
Figura 4	Cine-Theatro Coliseu Santamariense em 1914.....	30
Figura 5	Interior do Cine-Theatro Coliseu (1933)	31
Figura 6	Anúncio do Cine Odeon de julho de 1918	32
Figura 7	Cine-Theatro Imperial.....	33
Figura 8	Largo da rua do Acampamento, com o Cine Odeon em funcionamento no Clube Caixeiral (1938).....	34
Figura 9	Mapa do Centro de Santa Maria na década de 1970.....	35
Figura 10	Prédio do Cine Glória	36
Figura 11	Cine-Theatro Independência na década de 1920.....	37
Figura 12	Praça Saldanha Marinho em 1935.....	38
Figura 13	Anúncio da inauguração do Cine-Theatro Independência.....	39
Figura 14	Anúncio do concurso dedicado ao belo sexo.....	41
Figura 15	Resultado parcial do Concurso dedicado ao belo sexo.....	41
Figura 16	Enquete para decidir a exibição do dia 22 de outubro de 1922	41
Figura 17	Anúncio do espetáculo da Companhia de Operetas Alba Regina no Cine-Theatro Independência, em 1938.....	43
Figura 18	Interior do Cine Independência na solenidade de reinauguração em 1956	44
Figura 19	Segunda fachada do Cine Independência, modificada em 1956.....	46
Figura 20	Anúncio do “Circuito Cinematográfico Glória” da empresa Cupello	47

Figura 21	Anúncio da Empresa Cupello Santa Maria S. A. no Álbum Ilustrado em Comemoração ao Centenário de Santa Maria...	48
Figura 22	Anúncio da reprise da peça “O Burro”, da ERLF, de 1948.....	49
Figura 23	Congresso Eucarístico de 1935.....	50
Figura 24	Atual fachada do Shopping Popular.....	52
Figura 25	Cinemas de Santa Maria (1908-2013)	55
Figura 26	Salas de Cinema em Santa Maria (2013)	56
Figura 27	Charge sobre a reprodução da fachada original do Cine Independência	82
Figura 28	Painel do restaurante “Cine Gourmet”, que fica localizado no Shopping Popular	84
Figura 29	Fotografia que serviu de inspiração para a pintura de Cassius Pires	84
Figura 30	Vista parcial da Praça Saldanha Marinho e da Av. Rio Branco em 1930.....	86
Figura 31	Camelódromo de Santa Maria na Av. Rio Branco, 199_.....	88
Figura 32	Camelódromo da Av. Rio Branco em 2005.....	89

Lista de Siglas

CF – Constituição Federal

COMPHIC-SM – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria

CONDUSMA – Conselho de Desenvolvimento Urbano

COOPFER – Cooperativa dos Funcionários da Ferrovia

ETLF – Escola de Teatro Leopoldo Fróes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PGM – Procuradoria Geral do Município

SGG – Secretaria Geral do Governo

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SMOSU – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

SMU – Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana

Socex – Sociedade Comercial Exibidora Ltda.

SUCV – Sociedade União dos Caixeiros Viajantes

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unifra – Centro Universitário Franciscano

VFRGS – Viação Férrea do Rio Grande do Sul

Sumário

Introdução	13
1 Nos trilhos do trem: o desenvolvimento cultural em Santa Maria	20
1.1 O Theatro Treze de Maio e as vistas exuberantes	23
1.2 Cinema e Teatro: as casas de espetáculo de Santa Maria	28
1.2.1 O Cine-Theatro Independência	36
1.3 Salas de Cinema: das calçadas aos <i>shopping centers</i>	52
2 O processo de tombamento do Cine Independência	57
2.1 Os dispositivos legais de preservação do patrimônio	63
2.1.1 As políticas públicas de preservação em Santa Maria	68
2.1.2 Processos, tombamentos e patrimônios de Santa Maria	71
2.2 O tombamento como preservação da memória	74
3 Memória, Patrimônio e Identidade: o caso do Cine Independência	80
3.1 As faces do Independência	81
3.2 Elegendo patrimônios	85
3.3 Cine Independência e sociedade: relações de identidade	91
Considerações Finais	95
Referências	101
Anexos	108

Introdução

O objeto deste trabalho versou sobre o nebuloso caso de tombamento do Cine Independência em Santa Maria. O processo de patrimonialização que se operou sobre esse antigo cinema foi pleno de sinuosos meandros que incitaram a autora a buscar entender os significados discretamente ocultados pela suposta linearidade de uma aparente confusão. Revelaram-se, dessa forma, conflitos inerentes à preservação, às escolhas memoriais e às perdas irretocáveis de opções determinadas por fragilidades conceituais.

O prédio do Cine-Theatro Independência foi construído na Praça Saldanha Marinho, no centro da cidade, em 1922. Importante casa de diversão da época, por sua localização destacada e arquitetura exuberante, ganhou destaque na sociedade santa-mariense. A principal atividade do espaço era a projeção de películas, mas também possuía um palco e camarins para que ali fossem apresentados espetáculos teatrais e musicais.

O local sofreu algumas reformas ao longo de sua existência. A última aconteceu em 1956 e retirou as características principais do palco, deixando apenas um espaço em frente à tela de projeção para apresentações musicais. Nessa reforma, também foi modificada a fachada do local. Como característica da época, o frontispício adquiriu formas geométricas mais puras típicas do estilo Modernista. A partir dessa reforma, o nome do espaço perdeu o título de Theatro, ficando simplesmente “Cine Independência”. Em 1995, suas atividades foram encerradas e o espaço foi alugado para Igreja Universal do Reino de Deus, que lá ficou até 2003. Em abril desse mesmo ano, o local foi colocado à venda.

Devido a rumores de que um novo proprietário pudesse optar pela demolição do prédio, um grupo de pessoas ligadas a atividades culturais na cidade realizou uma manifestação em frente ao prédio do Cine Independência, em 17 de abril de 2003, na qual foi organizado um abaixo-assinado que contou com cerca de 150 assinaturas, reivindicando o tombamento do local como Patrimônio Histórico do Município. A partir desse documento, o então Prefeito de Santa Maria, Valdeci

Oliveira, propôs ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC-SM) que se iniciasse o processo de tombamento do edifício.

A Lei Municipal nº 3.999, de 24 de setembro de 1996, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santa Maria, define que Patrimônio Histórico e Cultural são bens móveis e imóveis que possuam valor arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico ou folclórico ou que estejam vinculados a fatos significativos ou memoráveis relacionados à vida e à paisagem de Santa Maria, sendo interesse público proteger e conservar.

Assim, em conformidade com essa legislação, em 16 de junho de 2003, o Conselho Municipal do Patrimônio se reuniu e encaminhou o pedido de tombamento provisório do prédio. Após todos os trâmites legais em torno do tombamento, em 14 de janeiro de 2004, o COMPHIC-SM aconselhou o tombamento parcial da estrutura (fachada, saguão, escadaria e telhado), destinando obrigatoriamente o uso do espaço para fins culturais (ver Anexo A). Apesar do parecer do Conselho, o poder municipal não concretizou o tombamento do local, uma vez que a legislação do município exige que para que o processo seja de fato efetivado haja a realização da homologação do Prefeito, o que não ocorreu.

Em abril de 2005, a Prefeitura Municipal de Santa Maria anunciou publicamente a intenção de comprar o prédio do antigo Cine Independência e transformá-lo em um shopping popular. O projeto do executivo contava com uma reforma do local, que compreendia a construção de mais dois andares e a recuperação da fachada original. O COMPHIC-SM entrou em contato com o então prefeito, Valdeci Oliveira, para discutir essa questão. Nessa ocasião, o Conselho ressaltou a recomendação do parecer consultivo de tombamento, em que se deveria preservar as características essenciais do espaço, bem como a utilização do local que deveria ser destinado a fins culturais. O Conselho ainda divulgou uma carta aberta à comunidade de Santa Maria, colocando sua posição em relação ao fato.

Apesar do posicionamento do Conselho, a prefeitura de Santa Maria, em 16 de setembro de 2005, com a aprovação da Câmara de Vereadores do Município, assinou o contrato de compra do prédio do Cine Independência e o projeto de restauração do espaço em nada foi modificado. Em 2007, começaram as reformas no prédio. O Shopping Popular foi inaugurado em junho de 2010 e recebeu o nome de “Shopping Independência”.

Ao analisar a trajetória das casas de espetáculos de Santa Maria, é possível perceber que, ao longo de sua história, a cidade possuiu diversos espaços que tiveram grande representatividade para o cenário cultural do município. Entretanto, o Cine Independência foi o único que passou por um processo de tombamento, ou seja, o único cine-teatro de Santa Maria que em um determinado momento foi julgado como um bem passível a ser considerado patrimônio. Mesmo assim, esse processo não foi finalizado.

Dessa forma, esse estudo buscou identificar, a partir da análise do histórico do local e do processo de tombamento, que elementos foram decisivos para que o bem chegasse à atual situação. Também se buscou elencar que aspectos da memória do Cine Independência o legitima como patrimônio. Assim, a intenção foi realizar uma reflexão sobre a relação da memória do local com o seu processo de tombamento. Desse modo, esse estudo será dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “Nos trilhos do trem: o desenvolvimento cultural em Santa Maria”, se apresentou um breve histórico da cidade, contando a importância da viação férrea para o desenvolvimento do município, em especial na área cultural. Nesse capítulo, ainda se discorreu sobre as primeiras projeções cinematográficas na cidade, as casas de espetáculos, dando destaque para o Cine-Theatro Independência, e a passagem das salas de cinema das calçadas para os *shoppings centers*. Para desenvolver as questões referentes à história de Santa Maria, se realizou uma pesquisa bibliográfica com base em autores que trabalham com essa temática, como Aristilda Rechia, João Belém, José Newton Marchiori e Valter Antonio Noal Filho, Beatriz Teixeira Weber e José Iran Ribeiro. Em relação às atividades e espaços culturais e a trajetória do Cine Independência, se buscou autores como Neida Regina Morales, Roselaine Corrêa, Getúlio Schilling, Romeu Beltrão. Também se realizou uma busca por imagens desses espaços culturais na Casa de Memória Edmundo Cardoso e no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, além de matérias publicadas nos periódicos do município sobre eventos importantes ligados à história do local, como sua inauguração, reformas, espetáculos, entre outros.

Nesse capítulo ainda se tornou necessário mostrar como o desenvolvimento cultural de Santa Maria estava inserido dentro do contexto estadual. Para isso, foram utilizados os seguintes autores: Lothar Hessel, sobre o teatro nas cidades do Rio Grande do Sul; Fábio Augusto Steyer, sobre a chegada do cinema em Porto Alegre;

Ezio Bittencourt, sobre os espaços de sociabilidade de Rio Grande; e Francine Tavares, sobre o Teatro Guarany de Pelotas. Esses quatro trabalhos trazem a realidade cultural dos principais centros urbanos do Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX, se tornando, assim, pertinentes para a realização desse estudo.

No segundo capítulo, se discorreu sobre o processo de tombamento do Cine Independência. Para a compreensão desse processo se fez indispensável a análise da legislação da cidade referente ao assunto, bem como dos mecanismos legais de âmbito federal que serviram de embasamento para esse diagnóstico. Por fim, se buscou nessa parte do trabalho discutir os mecanismos legais como forma de preservação da memória de um bem cultural. Para atingir esse objetivo, foi pesquisada e levantada a documentação referente ao processo de tombamento do prédio do Cine Independência. Para auxiliar nesse capítulo, também foram levantadas matérias de jornais, no Arquivo Histórico, do período em que o processo ocorreu (2003-2004), além do período posterior que abrange a compra do imóvel e a transformação do espaço em shopping popular (2005-2010). Para a elaboração desse capítulo, ainda foram utilizados os autores Maria Cecília Londres Fonseca, Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Márcia Chuva, que trabalham a questão da legislação preservacionista brasileira. Dessa forma, se procurou realizar uma comparação entre esses dispositivos e a legislação santa-mariense de proteção ao patrimônio municipal, buscando realizar um exame mais profundo do processo de tombamento desse prédio. Também nesse capítulo se realizou uma discussão referente à memória, buscando a sua relação com o patrimônio e a identidade, conceitos abordados por Jöel Candau, para entender de que forma ocorrem as escolhas patrimoniais, através da memória e da identidade.

Por fim, no terceiro capítulo, foi realizada uma reflexão sobre a questão da memória do espaço e do seu processo de tombamento, buscando entender como se deu esse processo, a sua relação com a preservação da memória do local e a importância dessa preservação para a sociedade santa-mariense.

Para complementar essa discussão, se realizou uma entrevista com Valdeci Oliveira, prefeito de Santa Maria entre os anos de 2001 e 2008. Nessa entrevista, buscou-se questionar os procedimentos adotados pela Prefeitura de Santa Maria em relação ao Cine Independência, bem como a visão do prefeito sobre a importância do local e sua opinião sobre a relevância da preservação do patrimônio da cidade,

para, dessa forma, descobrir os motivos que levaram ao não tombamento do bem e a modificação da estrutura física e da função do mesmo.

Ao longo da realização desse trabalho, foi realizada uma reflexão sobre a memória do Cine Independência, seu processo de tombamento, elencando que fatores foram importantes para que o prédio chegasse à situação atual, trabalhando as questões que permeiam as ações públicas preservacionistas e a sua relação com a preservação do patrimônio, bem como da memória e da identidade de um determinado grupo, que é o objetivo central dessa pesquisa.

1 Nos trilhos do trem: o desenvolvimento cultural em Santa Maria

“Nas margens do Arroio Itaimbé viviam duas tribos, os Tapes e os Minuanos. [...] Certo dia, foi avistada uma tropa de bandeirantes portugueses que estavam no local a fim de demarcar as fronteiras. A tribo, então, realizou uma emboscada, dizimando aquela tropa e deixando apenas dois sobreviventes. Um deles seria mandado de volta aos seus superiores para contar a desgraça ocorrida com os demais, e o outro, de nome Rodrigues, seria executado em um sagrento ritual pela tribo. No entanto, a simpatia de Rodrigues conquistou a bela e jovem Imembuy, que o livrou da morte casando-se com ele, recebendo, a partir daquele dia, um nome indígena, Morotin”¹.

Esse conto, escrito originalmente por João Cezimbra Jacques, em 1912, com o tempo, se fixou no imaginário da população santa-mariense, tornando-se a chamada “Lenda de Imembuí”, que conta a origem da cidade de Santa Maria. A partir da lenda é possível perceber que o município tem em suas raízes a cultura indígena e portuguesa. Segundo Rechia (2006, p. 23-28), a região era habitada por tribos indígenas e no local onde se estabeleceu a cidade havia um posto denominado *Guarda de Santa Maria*, pertencente a uma das estâncias missioneiras dos padres da Companhia de Jesus. Em 1797, a região, segundo ordens do Governador do Rio Grande do Sul, começou a ser ocupada pela Partida Portuguesa (2ª Subdivisão). Assim, “os integrantes da Partida Portuguesa constroem seus ranchos e levantam um pequeno oratório, dando origem à atual Praça Saldanha Marinho e à Rua do Acampamento” (RECHIA, 2006, p. 28). Em 1812, o povoado foi elevado a Curato. Sete anos depois, Santa Maria passou a constituir-se no 4º Distrito da Vila Nova de São João da Cachoeira (atual Cachoeira do Sul). Em 1837, o Distrito passou a ser Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte. O território foi elevado à Vila em 1857, ganhando assim sua emancipação administrativa. No ano seguinte, em 17 de maio de 1858, Santa Maria foi elevada a categoria de cidade.

A cidade de Santa Maria é conhecida como “Coração do Rio Grande do Sul” devido a sua localização geográfica, na região centro-oeste do estado, entre a Serra

¹ **SANTA MARIA E SUAS POTENCIALIDADES.** Anuário 2010. Santa Maria: A Razão Editora Ltda, 2010. p. 11. O conto que virou lenda.

Geral e a planície que forma a chamada Depressão Central. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², a população estimada de Santa Maria, em 2010, era de 261.031 habitantes, tendo uma área de unidade territorial de 1.788,129 Km².

Devido a sua localização estratégica, Santa Maria estruturou-se a partir de uma matriz militar, tornando-se uma das mais importantes áreas militares do Brasil. Sua localização central também proporcionou ao Município, a partir de 1885, “comandar o tráfego de trens do Rio Grande do Sul, como ponto de cruzamento de todas as linhas férreas do Estado, ganhando, com isso, grande desenvolvimento econômico, social e cultural” (RECHIA, 2006, p. 47).

Em 1898, a diretoria da “*Compagnie Auxiliare des Chemis de Fèr du Brèsil*” trouxe toda a sua administração para Santa Maria. “Junto a esta vêm famílias francesas e belgas, surgindo, em 1903, a Vila Belga – um conjunto habitacional para alojarem funcionários da ‘*Compagnie*’” (PADOIN *in* WEBER; RIBEIRO, 2010p. 324, *grifos do autor*). Essa vinda dos escritórios administrativos da Companhia, bem como de suas oficinas e seus funcionários, segundo Flores (*in* WEBER; RIBEIRO, 2010), foi o impulso que faltava para o desenvolvimento da cidade.

O advento da ferrovia, do trem e dos seus personagens viria a constituir a alternativa que faltava para essa comunidade interiorana se projetar no cenário gaúcho, rivalizando-a com outras cidades que se consideravam pólos de progresso regional. A cidade, então, tornou-se um local de negócios, de investimentos, de oportunidades de trabalho, de prestação de serviços e de formação humana (FLORES *in* WEBER; RIBEIRO, 2010, p. 25)³.

Esse desenvolvimento foi notado por diversas pessoas que passavam por Santa Maria. Klobukowski (1898 *in* MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008), em 1898, dizia que, devido à localização e às linhas férreas, centralizavam-se, em Santa Maria, diversos interesses. “Por isso, ela cresce com rapidez” (p. 80). Meyer (1899 *in* MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 82) afirmava, em 1899, que a ferrovia trouxera para Santa Maria diversos melhoramentos, como luz elétrica, telefone, teatro e hotéis. Já Borges Fortes (1901 *in* MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008) atribuía ao fato

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

³ “Mesmo após a estatização da ferrovia, em 1920, e a transferência dos escritórios da VFRGS para Porto Alegre no ano de 1921, não diminuiu a importância de Santa Maria como principal pólo ferroviário do sul do Brasil” (FLORES *in* WEBER; RIBEIRO, 2010, p. 25).

da cidade ser via-tronco da rede ferroviária rio-grandense, o progresso de Santa Maria. “Reunindo-se essas favoráveis circunstâncias ao espírito elevado e progressista da população e administração local, não é de estranhar que Santa Maria venha já adquirindo um pouco – ares de cidade grande, perdendo o bafio do provincianismo” (p. 96).

Segundo Flores (*in* WEBER; RIBEIRO, 2010, p. 19-41), o desenvolvimento de Santa Maria decorreu de uma multiplicidade de fatores, como a presença militar, a história institucional ferroviária, o progresso comercial, os serviços de educação e saúde. Apesar disso, é evidente o importante papel que a ferrovia teve no progresso da cidade. A Viação Férrea proporcionou que Santa Maria crescesse rapidamente⁴. Assim, “o período que vai da fundação da Viação Férrea até meados dos anos 50 do século XX, é marcado por um grande surto de desenvolvimento social, econômico, cultural e populacional” (PADOIN *in* WEBER; RIBEIRO, 2010, p. 322).

Dessa forma, com a chegada da Viação Férrea na cidade, o desenvolvimento cultural em Santa Maria se acentuou, embora já existissem atividades voltadas à cultura antes de 1885. Segundo Corrêa (2005), a sociedade santa-mariense, “desde 1877, já realizava ‘serões dramáticos’ e almejava uma vida sintonizada com o mundo cultural” (p. 19). No final do século XIX, diversos espetáculos foram apresentados na cidade de Santa Maria, em lugares improvisados, como era o caso do barracão de madeira de Antônio Mendonça Furtado, na Praça Tiradentes.

Apesar de sempre buscar acompanhar o cenário artístico das demais cidades do interior do Rio Grande do Sul, Santa Maria encontrou dificuldades para o seu desenvolvimento cultural.

As limitações do desenvolvimento teatral, em Santa Maria, provavelmente, explicam-se pela ausência de uma classe dominante próspera como ocorria em Pelotas, ou seja, uma classe capaz de investir em uma casa de espetáculos e em sua manutenção (CORRÊA, 2005, p. 20).

No final do século XIX, as cidades de maior destaque no Rio Grande do Sul eram Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

⁴ Em 1914, Santa Maria já se encontrava ligada, através da malha ferroviária, às principais cidades do Estado, como “Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Bagé, Livramento e Uruguaiana, e ainda com a capital da República [Rio de Janeiro], passando por São Paulo e Paraná” (BELÉM, 1914 *in* MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 146). Assim, a cidade se tornava mais próxima dos grandes centros, recebendo forte influência desses locais.

Segundo Bittencourt (2007a), a referência mais antiga, no Rio Grande do Sul, de casas de espetáculos é de 1780, em Porto Alegre, onde existia uma construção de madeira destinada aos espetáculos teatrais, embora na década de 1790, esse espaço já não existisse mais. Em 1794, foi inaugurada em Porto Alegre a Casa da Comédia, que, em 1797, passou a se chamar Casa da Ópera. Esse espaço foi fechado, sendo reaberto, após melhorias, em 1805⁵. Em 1838, surgiu o Teatro D. Pedro II, casa de espetáculos simples, com instalações precárias, construído por uma sociedade dramática. Esse espaço fechou no final da década de 1850, quando foi inaugurado o Theatro São Pedro (1858). “Com a inauguração do Theatro São Pedro, os porto-alegrenses puderam arquivar a pontinha de inveja às cidade de Rio Grande e Pelotas” (HESSEL, 1999, p. 33). Essa inveja se devia ao fato dessas duas cidades possuírem os teatros Sete de Setembro e Sete de Abril, respectivamente. Esses espaços, durante grande parte do século XIX, foram referência no estado, pois apresentavam as melhores condições às práticas cênicas no Rio Grande do Sul (BITTENCOURT, 2007a).

Após a inauguração do Teatro São Pedro, outras casas de espetáculos surgiram em Porto Alegre, como o Teatro Variedades (1879), o Teatro Partenon (1889), o Teatro Politeama Porto-Alegrense (1898). No século XX, diversos espaços foram inaugurados na cidade: Teatro do Parque (1901); Teatro Coliseu (1910); Teatro Guarani (1913); Teatro Apolo (1914); Cine Teatro Rex (1937), entre outros. Todos esses espaços dividiam suas atividades entre espetáculos teatrais e projeções cinematográficas.

O Teatro Sete de Setembro de Rio Grande foi inaugurado em 1832, sendo o terceiro teatro da cidade. O primeiro, de nome Theatro de São Pedro, surgiu entre os anos de 1780 e 1790, tendo durado aproximadamente 20 anos. Sobre o segundo, um teatro particular, sabe-se pouco, informações oriundas de uma correspondência militar de 1829 (HESSEL, 1999, p. 61-74). Segundo Hessel (1999), “havia salas de espetáculo ainda no Teatro Particular Dom Pedro II (1840), no Teatro 14 de Maio (1864) e na Sociedade União Operária (1875)” (p. 71). Em 1875, começou a ser construída a Politeama Rio-Grandense. Em 1913, o espaço foi arrendado e lá foi construído o Victrol-Cinema. Assim, com a chegada do século XX, o advento do cinema e a deterioração dos prédios já antigos, provocaram uma desaceleração das

⁵ Na década de 1830, o espaço foi demolido.

atividades cênicas em Rio Grande, que passou a dividir o seu espaço com a sétima arte (HESSEL, 1999, p. 74).

Em Pelotas, segundo Hessel (1999, p. 50-60), o primeiro teatro foi o Sete de Abril, inaugurado em 2 de dezembro de 1833. Antes dele, houve outros espaços, em locais adaptados, como é o caso do Teatro Pelotense (1822) e o Teatro Sete de Setembro (1932-1835). O Sete de Abril se tornou referência e passou a monopolizar as atividades cênicas em Pelotas, até o início do século XX, quando novos espaços começaram a surgir na cidade, em especial, os que dividiam suas atividades entre o teatro e o cinema, como é o caso do Cine-Teatro Coliseu (1910), o Cine-Teatro Politeama (1910), o Teatro Guarany (1921), o Cine Theatro Apollo (1925), o Teatro Avenida (1927), o Cine Capitólio (1928), entre outros.

Apesar das diversas atividades culturais que existiam nessas três importantes cidades do Rio Grande do Sul, “as atividades teatrais não se circunscreveram aos grandes centros do Rio Grande, de Pelotas e de Porto Alegre. Estenderam-se generosamente pelas vilas e cidades do interior [...]” (HESSEL, 1999, p. 8). Esse é o caso de Santa Maria. Com a instalação da viação férrea, a cidade passou a acompanhar a realidade dos grandes centros do estado. A modernidade e o desenvolvimento cultural chegavam a Santa Maria através dos trilhos do trem.

Segundo João Daudt Filho⁶ (1949 *apud* CORRÊA, 2005),

era antiga aspiração dos moradores da cidade a construção de um teatro, mas nunca foi possível realizá-lo. Houvera antigamente uma sociedade dramática⁷ [...]. Essa sociedade adquirira um terreno na praça Saldanha Marinho [...]. resolvi concretizar a velha aspiração. Em primeiro lugar tratei de adquirir a propriedade do terreno [...]. Em 26 de janeiro de 1889, convoquei uma reunião de santa-marienses, que patrioticamente corresponderam ao meu apelo. Nessa sessão foram subscritos 20 contos para a construção do teatro (p.21).

O material para dar início à construção do espaço veio da antiga Matriz da cidade, datada de 1797, que, por ameaçar ruir, foi demolida. Daudt Filho arrematou

⁶ Nascido em 20 de junho de 1858, em Santa Maria, João Daudt Filho é uma personalidade ilustre da cidade. Primeiro santa-mariense formado em Farmácia, Daudt Filho sempre esteve envolvido com questões ligadas à cultura e à política, chegando a participar ativamente da Revolução Farroupilha (1835-1845). Na década de 1940, escreveu o livro “Memórias”, que se tornou importante registro documental da história de Santa Maria (RECHIA, 2006, p. 179-182). Daudt Filho foi um dos fundadores do Theatro Treze de Maio. Faleceu em 1948, no Rio de Janeiro.

⁷ Segundo Getúlio Schilling (2005, p. 50), essa sociedade, denominada “Sociedade Dramática Fênix Familiar”, formou-se por volta de 1880, tendo curta duração.

o material da demolição em um leilão judicial. Para levar o material de um local para o outro (cerca de 80 metros), Daudt Filho recebeu a ajuda do Engenheiro Gustave Vauthier, diretor da Estrada de Ferro, que instalou uma linha férrea desmontável, com vagonetas (SCHILLING, 2005, p. 51).

Assim, no início de 1890⁸, é inaugurado o primeiro espaço destinado às artes dramáticas do município de Santa Maria: o Theatro Treze de Maio (fig. 1).



Figura 1 – Theatro Treze de Maio no começo do século XX
Fonte: SCHILLING, 2005, p. 50.

1.1 O Theatro Treze de Maio e as vistas exuberantes

O Theatro Treze de Maio foi inaugurado no final do século XIX. Segundo o Almanaque Municipal de 1899 (*apud* SCHILLING, 2005, p. 52), as obras do Treze de Maio começaram em 27 de janeiro de 1889, tendo como engenheiro o Sr. Augusto Boldrini e como arquiteto o Sr. Julio Weiss. Seu idealizador, como já foi visto, foi o Sr. João Daudt Filho e seu primeiro diretor, o Sr. Henrique Ribeiro da Silva. Em 1890, foi fundada a Sociedade Indenizadora do Theatro Treze de Maio, que tinha como objetivo “[...] obter fundos para amortizar a dívida contraída com a construção da nova casa de espetáculos” (SCHILLING, 2005, p. 52).

Apesar de por sua ribalta terem passado diversas companhias teatrais e diversos atores de renome na época, o espaço foi arrendado por Affonso Farias do

⁸ Não é conhecida a data exata da inauguração do Theatro Treze de Maio (CORRÊA, 2005, p. 22).

Nascimento, em 1911. Em 29 de maio de 1913,

o Conselho Municipal aceita as propostas feitas pelo intendente Viterbo para o município comprar 273 ações do Teatro 13 de Maio, tornando-se assim seu proprietário, e para vender o terreno destinado à construção do projetado teatro municipal⁹, em face da impossibilidade do município dispendir cento e oitenta contos de réis. Era intenção de Viterbo reformar o velho teatro, o que não se efetuou em virtude de sua renúncia¹⁰, sendo o casarão arrendado ao DIÁRIO DO INTERIOR, em 1915 (BELTRÃO, 1958, p. 135).

Assim, em 1915, Jerônimo Gomes, vice-intendente em exercício, arrendou o edifício ao jornal Diário do Interior¹¹, que lá ficou até o seu fechamento em 23 de setembro de 1938. Nesse ano, o prédio passou a abrigar a Biblioteca Pública, até o início da década de 1990, quando começou a ser reformado para voltar a ter função de teatro. Foi reinaugurado em 26 de maio de 1997 e está aberto até os dias de hoje (SCHILLING, 2005). Atualmente, a responsável pelo espaço é a “Associação dos Amigos do Theatro Treze de Maio”, uma sociedade civil de finalidade cultural, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica, criada em 1993 (fig. 2).



Figura 2 – Theatro Treze de Maio em 2012.
Fonte: Amanda Costa da Silva – Fev. 2013.

⁹ Em 1910, foi lançada a pedra fundamental do Teatro Municipal, em um terreno de dona Joaquina Pavão, onde mais tarde foi construída a Escola de Artes e Ofícios (BELTRÃO, 1958, p. 129).

¹⁰ Em 4 de abril de 1914, o intendente renunciou ao seu cargo (BELTRÃO, 1958, p. 137).

¹¹ O jornal Diário do Interior surgiu em 1911.

Foi no Treze de Maio que também ocorreu a primeira sessão cinematográfica da cidade, em 17 de fevereiro de 1898. A programação do Theatro, publicada no jornal *O Combatente* (*apud* SCHILLING, 2005) daquele dia, dava ênfase à estreia do Cinematógrafo Lumière.

Neste extraordinario aparelho, serão apresentados quadros a todo o comprimento do panno de bocca do Theatro com auxilio de luz electrica¹², sem a menor oscilação, as figuras movem-se e o espectador terá occasião de apreciar os maiores quadros de sensação, caminhos de ferro, grandes batalhões em desfilada, o mar agitado e barcos em movimento espantoso, attrahem a attenção do publico que tem aclamado este aparelho o maior successo universal. Na Europa e em toda a America do Sul é o Cinematographo Lumière o maior successo conhecido até agora (p. 72).

Segundo Beltrão (1958), quem trouxe o cinematógrafo para Santa Maria foi Germano Alves, diretor da Companhia de Variedades de Teatro Lucinda, do Rio de Janeiro. A apresentação contou com a atriz Apolônia Pinto. “Duas partes compreende o espetáculo: a encenação de um drama e as projeções com o Cinematógrafo Lumiere” (p. 103). Germano Alves foi um dos pioneiros das exibições cinematográficas desse período. De acordo com Steyer (2001), ele levou o seu cinematógrafo para diversas cidades do estado, como Bagé, Jaguarão, Pelotas e a capital, Porto Alegre. “Em 1898, veio a Companhia de Variedades de Germano Alves, que se apresentou no Teatro São Pedro, tendo entre as atrações um Cinematógrafo Lumière” (p.57).

Antes dessa apresentação, as “modernidades” já desembarcavam em Santa Maria.

Em 25 de março de 1894, surgia um novo teatro (novo naquela época), uma novidade... aplastante. Uma máquina falante! [...] Esse foi o primeiro fonógrafo¹³ que aqui se exibiu. Era propriedade do Sr. Francisco de Paula e trazia o nome de seu inventor, Edison (SCHILLING, 2005, p. 72-73).

Francisco de Paula (ou Paola) também viajou pelo Rio Grande do Sul, no final do século XIX, apresentando seu cinematógrafo. Segundo Steyer (2001), ele foi responsável por uma das primeiras exibições cinematográficas de Porto Alegre. No dia 5 de novembro de 1896, “[...] Francisco de Paola e Dewison apresentaram,

¹² Segundo Roselaine Corrêa (2005, p. 26), o fato de Santa Maria ter sido a segunda cidade do Estado a possuir luz elétrica (em 1897) contribuiu para o desenvolvimento do cinema no Município.

¹³ Fonógrafo é um “aparelho que reproduz os sons gravados em discos [...]” (FERREIRA, 1993, p. 257). Foi inventado por Thomas Edison, em 1877.

também na Rua dos Andradas, nº 319, o ‘Scenomotographo, a última descoberta de Edison’” (p. 48). Em novembro de 1896, Francisco também fez uma apresentação em Pelotas.

Em 23 de novembro de 1898, como noticiou o jornal O Estado, chegou um fonógrafo mais aperfeiçoado, de propriedade do Sr. Kij, que funcionou durante alguns dias em uma das salas do Hotel Léon. Já no ano de 1900, em 3 de março, estreou no Treze de Maio, o “Panorama Internacional”. Segundo Jacintho Franco de Godoy (*apud* SCHILLING, 2005, p. 74), redator do jornal O Estado, o Panorama era de propriedade do Sr. José Barucci e se tratava de uma

[...] magnífica coleção de excelentes vistas, obtidas pela fotografia instantânea de cidades, vilas, acontecimentos históricos, etc. Cada sessão dá direito a observar-se 50 vistas. O Sr. Barucci começou ontem, no Theatro Treze de Maio, a exhibir o “Panorama”, cujas vistas agradaram extraordinariamente. Durante a exibição, um piano mecânico executou magníficas composições musicais. O “Panorama” é digno de ser apreciado, constituindo uma diversão agradabilíssima (p.74).

O Cinematógrafo Americano Edison, que apresentava imagens em movimento e fixas, estreou, no Theatro Treze de Maio, em 10 de abril de 1901. Dez dias depois, foi exibido o segundo Cinematógrafo Lumière a chegar a Santa Maria, também de propriedade de José Barucci (SCHILLING, 2005, p. 73).

O Sr. Barucci também trouxe para Santa Maria, em 14 de fevereiro de 1903, o “Biógrafo”, “um novo tipo de cinema” (SCHILLING, 2005, p. 76). Em Porto Alegre também houve apresentações do Sr. Barucci. Em janeiro de 1901, ele esteve, com o seu cinematógrafo Lumière, no Café Guarany. Já em março de 1903, no Teatro Parque, ele exibiu o Biógrafo, um “cinematographo aperfeiçoado” (STEYER, 2001, p. 57).

No ano de 1904, mais cinematógrafos desembarcaram em Santa Maria. O “Cinematógrafo Apolo”, de Eduardo von Schultz, foi exibido em 29 de maio, com 64 vistas animadas. Em 11 de junho, o “Anglo-american Biograph”, da empresa Miguel Minaberry, estreou no Theatro Treze de Maio. O “Bioscópio Inglês”, também foi apresentado no Treze de Maio, em 3 de agosto (SCHILLING, 2005, p. 76-77). O “Bioscópio Inglês” foi apresentado em Rio Grande, em 1902, e em Porto Alegre, em 1904. (STEYER, 2001, p. 58).

Em 1905, no dia 16 de abril, “[...] estreou o ‘ Bioscópio Americano’, com vistas fixas e animadas. Como se vê, haviam bioscópios de diversos fabricantes, o

que prova que a indústria era rendosa” (SCHILLING, 2005, p. 80). Nesse mesmo ano, em 10 de setembro, no Treze de Maio, se apresentou a Companhia de Variedades e o Cinematógrafo Lumière, de Joaquim Pozo. “Por essa ocasião, foi inaugurado no teatro um novo pano de boca, pintado por Arno Döhler” (SCHILLING, 2005, P. 80). Segundo Schilling (2005), nesse período, o cinema já não era considerado uma arte completamente muda, uma vez que o fonógrafo “[...] sincronizava com a tela, dando a ilusão do cinema falado” (p. 81). No final desse ano, em 17 de dezembro, foi a vez do “Bioscópio Franco-americano”, da empresa Alfredo Mauro, ser apresentado.

Essas apresentações cinematográficas, em locais improvisados e no próprio Theatro Treze de Maio, se tornaram corriqueiras naquele início de século em Santa Maria. De acordo com Getúlio Schilling (2005), “de vez em quando aqui aportava, da velha Europa, uma ave de arribação, disposta a explorar a curiosidade pública, que é uma das melhores fontes de renda” (p. 75).

1.2 Cinema e teatro: as casas de espetáculos de Santa Maria

As fitas de celulóide fizeram a volta no planeta, enrolando o mundo no seu tapete mágico...¹⁴

Apesar das apresentações cinematográficas em lugares improvisados, até o início da década de 1910, Santa Maria continuava com um único local específico destinado às artes dramáticas e ao cinema, o Theatro Treze de Maio. Em 1908, surgiu um espaço que mantinha uma programação cinematográfica contínua: o Cinematógrafo Seyfarth, que ficava junto ao Salão da Cervejaria Seyfarth, mas teve pouca duração.

No Salão Seyffarth, à avenida Rio Branco, onde se acha atualmente o Depósito Continental, à esquina da rua dos Andradas, é instalado o primeiro cinema de Santa Maria, denominado Sala de Cinematógrafo (BELTRÃO, 1958, p. 125).

¹⁴ SCHILLING, Getúlio. **A arte fotográfica e o teatro em Santa Maria**. Santa Maria, RS: Pallotti, 2005. p. 77.

De acordo com Schilling (2005, p. 75-76), antes da inauguração da Sala de Cinematógrafo, em 1908, a Cervejaria Seyffarth já realizava sessões esporádicas, como a que ocorreu em 22 de outubro de 1902, com o cinematógrafo que pertencia à empresa Frederico Pecchioni e como a que ocorreu em 29 de dezembro de 1907, com o biógrafo da empresa Diaz & Diaz (fig. 3).

Salão Seyffarth

BIOGRAPHO

NON PLUS ULTRA

Empresa Diaz & Diaz

*A melhor machina cinematographica, projecções nitidas
sem a menor trepidação, a mais firme e perfeita*

Repertorio escolhido e atrahente contendo as ultimas novidades

Espectaculos da moda, theatraes, familiares, instructivos e recreativos

Proprios para Ex.^{ma} familias

HOJE! — Domingo, 29 de Dezembro — HOJE!

Grandioso programma

As 8^h da noite

1.^a PARTE 1.^o Ouverture pela orchestra 2.^o Comprimento de Dranen (muito comica) 3.^o O moço da padaria (extra-comica) 4.^o A cabelleira (scena comica em Paris) 5.^o Objeção no brilhar (remedio contra a hypocondria) 6.^o Casamento tragico (grande drama pa- cional na Alta Italia)	2.^a PARTE 1.^o Symphonie 2.^o Victorina está nervosa (guerra a longa) 3.^o Atribulações de um bombeiro (gargalhadas) 4.^o João Valjean, dos Miseraveis de Paris (colorido, dramático) 5.^o Corrida de touros, pelo toureiro Bombita Chico, na praça de Sevilla. 6.^o Pequenos ladrões de tomates (hilariedade constante)
---	---

3.^a PARTE 1.^o Symphonie 2.^o Má brincadeira (comica) 3.^o Pesca phantastica (muito divertida) 4.^o Vingança d'um príncipe (sucesso de...) 5.^o Comida inesperada (riquessimo) 6.^o O detective (sequestro de uma menina em Madrid, de sensação) 7.^o Os meninos de hoje! (novidade)	4.^a PARTE 1.^o Symphonie 2.^o Má brincadeira (comica) 3.^o Pesca phantastica (muito divertida) 4.^o Vingança d'um príncipe (sucesso de...) 5.^o Comida inesperada (riquessimo) 6.^o O detective (sequestro de uma menina em Madrid, de sensação) 7.^o Os meninos de hoje! (novidade)
--	--

A função será amenizada pela orchestra que dirige o
Professor Sr. Conrado A. Hoffmann.

Cadeiras 2\$000

Os bilhetes acham-se a venda na bilheteria do salão

Figura 3 – Anúncio de exibição no Salão Seyffarth, em 1907.
Fonte: SCHILLING, 2005, p. 76.

No final de 1911, surgiu o Cinema Recreio Ideal, que funcionava no segundo andar do Theatro Treze de Maio. “Affonso Farias do Nascimento, farejando um bom

negócio, arrendou o teatro [Treze de Maio] e instalou aí um cinema permanente que tomou o nome de 'Recreio Ideal' e subsistiu muitos anos" (SCHILLING, 2005, p. 82). Apesar dessa afirmação de Schilling, sabe-se que o espaço foi comprado pela Intendência Municipal em 1913. Não há informações de ter fechado após essa compra, mas em 1915, no local, começou a funcionar a sede do jornal Diário do Interior.

Segundo Bittencourt (2007b), foi a partir da década de 1910 que começaram a surgir, na cidade de Rio Grande, os primeiros cine-teatros.

Essas casas de espetáculos eram grandes salas fortemente influenciadas pelo modelo do teatro convencional. Contavam com palco, camarins, grelhas de movimento de cenários, somados à zona de instalação do *écran*. A plateia de visão frontal merecia atenção. Possuíam espaços de convívio (salões, bares), indispensáveis ao preenchimento dos intervalos; contudo, as antigas frisas e camarotes cederam lugar a balcões que, instalados na parte superior ao fundo da sala dos espectadores, tinham incorporada a cabina de projeção. Apresentavam fitas cinematográficas e espetáculos cênicos de forma isolada ou em atividades conjuntas. Imponentes, modernos e confortáveis, impuseram-se às modestas salas cinematográficas, destinando-as ao desaparecimento (p. 180-181, *grifos do autor*).

Em Santa Maria, não foi diferente. No início da década de 1910, surgiu o primeiro cine-teatro da cidade. O Cine-Theatro Coliseu Santamariense (fig. 4) foi inaugurado em 30 de dezembro de 1911. Os responsáveis pela obra foram Primo Casagrande e Primo Mussoi (construtor). Segundo o teatrólogo Edmundo Cardoso (2002 *apud* CORRÊA, 2005, p.27), o espaço era todo de madeira. "O Teatro Coliseu, possuindo boas acomodações, excelente acústica e camarins confortáveis, passou a ser o preferido pelas companhias e acabou fazendo sombra ao Theatro Treze de Maio" (RECHIA, 2006, p. 170). Na noite de estreia, além da sessão de cinema, houve a apresentação do duo Ida Negri e Giudo Appiani (SCHILLING, 2005, p. 87).



Figura 4 – Cine-Theatro Coliseu Santamariense em 1914.
Fonte: Site do Cineclube Lanterninha Aurélio

O espaço se dividia entre as apresentações teatrais e musicais e as projeções cinematográficas. Apesar disso, nessa fase, começou a ficar evidente o espaço que o cinema foi ganhando na cidade de Santa Maria. Isso se deve, em parte, pelo fato de o cinema ser mais comercial do que o teatro, como explica Edmundo Cardoso (2002 *apud* CORRÊA, 2005): “Foi com o cinema Teatro Coliseu [...] que o cinema teve, em Santa Maria, uma efetiva exploração comercial, com lucros sensíveis para o empresário e para o público também” (p. 27). Esse fator comercial se explica pelo fato de que, além de ser uma novidade, as exhibições cinematográficas tinham um custo menor do que uma produção teatral, além de não ser excludente, atendendo a todos os públicos, com ingressos a preços mais acessíveis, o que garantia a lotação da casa.

No final da década de 1910, o Cine Coliseu era a única casa de divertimento de Santa Maria e, devido a esse fato, “[...] extravasava de espectadores aos domingos. Era preciso ir-se uma hora antes da função, para se achar lugar¹⁵. E com as laterais repletas de belo-sexo, ali se iniciou muito romance que foi terminar no altar ou na polícia...” (SCHILLING, 2005, p 87) (fig. 5).

¹⁵ O Cine-Theatro Coliseu possuía capacidade para 1300 pessoas (RECHIA, 2006, p. 169).



Figura 5 – Interior do Cine-Theatro Coliseu (1933)
Fonte: SCHILLING, 2005, p. 87.

Segundo Cardoso (2002 *apud* CORRÊA, 2005), os primeiros proprietários do Coliseu foram os irmãos João Martins Peixoto e Carlos Martins Peixoto, de Bagé.

Este último [Carlos] o vendeu na década de 40¹⁶ ao empresário Charles Sturgis, norte-americano que permaneceu no Brasil mais de quarenta anos. Este por sua vez ao Consórcio Cupelo, cujo gerente local, o falecido Jorge Abelin, fez demolir o Coliseu para no terreno construir o Cinema Glória, um cinema sem palco (p. 27).

Em 1º de junho de 1918, surgiu, em Santa Maria, o Cine Odeon, que teve curta duração, fechando suas portas no mesmo ano¹⁷. Sua sala tinha capacidade para 350 pessoas e ficava localizada dentro do prédio do Banco Nacional do Comércio, onde hoje fica a Caixa Econômica Federal (fig. 6).

¹⁶ Em matéria do jornal A Razão, de 31 de março de 1938, é possível perceber que Charles Sturgis já era proprietário do Cine-Theatro Coliseu nesse período, contradizendo a afirmação de Edmundo Cardoso.

¹⁷ O primeiro Cine Odeon teve duração efêmera, de alguns meses. Segundo Beltrão (1958), em outubro de 1918, a cidade de Santa Maria foi atingida pela gripe espanhola. “Ante o alastramento espantoso da ‘espanhola’, é determinado o fechamento dos colégios, cinemas, casas comerciais, assumindo a cidade um aspecto desolador” (p. 143). É possível que esse tenha sido o motivo do fechamento do primeiro Cine Odeon.



Figura 6 – Anúncio do Cine Odeon de julho de 1918.
Fonte: SCHILLING, 2005, p. 92.

Segundo Roselaine Corrêa (2005, p. 29), na década de 1920, outros locais passaram a abrigar as projeções cinematográficas, como foi o caso da confeitaria Ponto Chique, que exibia filmes, esporadicamente, em uma sala anexa, na rua Dr. Bozzano, nº 1.333, e do Cine Universal, um bar-cinema, ao ar livre¹⁸. É também nessa década que surgiu, em 1922, o segundo cine-teatro de Santa Maria, o Cine-Theatro Independência.

Em 26 de junho de 1935, foi inaugurado o Cine-Teatro Imperial (fig. 7). De acordo com Neida Ceccim Morales (2008), no Imperial houver “inúmeras apresentações teatrais com nomes de fama nacional, como o de Procópio Ferreira, e local, como o Edmundo Cardoso e sua Escola de Teatro ‘Leopoldo Fróes’ e Clênio Facin, diretor e ator de peças infantis” (p. 178). O Cine-Teatro Imperial abrigou a Escola de Teatro Leopoldo Fróes (ETLF), dirigida por Edmundo Cardoso, que dividia o espaço com as exibições de películas. Embora desde sua criação, em 1943, a Escola almejasse um espaço próprio¹⁹, esse desejo nunca foi concretizado. Com o fechamento do Cine-Theatro, em 1979, a ETLF também acabou por se dissolver, durando somente mais quatro anos. De acordo a matéria do jornal A Razão, de 12 de julho de 1979, com o fechamento do Imperial a cidade perdeu a “única casa de

¹⁸ O Cine Universal funcionou até o início de 1930 (CORRÊA, 2005, p. 29).

¹⁹ A ETLF chegou a receber da Prefeitura Municipal, em 1954, a doação de um terreno para que pudesse construir o espaço (CORRÊA, 2005, p. 53-54).

espetáculo com capacidade de suportar uma grande montagem” (p.5). O fechamento do prédio foi justificado por dois motivos. O primeiro foi o fato do prédio ser alugado. Com a morte do proprietário, Reinaldo Weissheimer, os filhos herdeiros solicitaram a desocupação do espaço. O segundo motivo seria a falta de lucros, já que “suas sessões diárias proporcionavam uma renda com média de 500 cruzeiros” (A RAZÃO, 12 jul. 1979, p. 1).



Figura 7 – Cine-Theatro Imperial
Fonte: Site do Cineclube Lanterninha Aurélio

O Cinema Odeon, inaugurado em 15 de maio de 1937, ficava em uma sala no edifício do Clube Caixeiral. Era de propriedade da empresa Silveira, Varella & Cia. LTDA, de Livramento. Depois de dois anos, o espaço foi vendido para Charles Sturgis, que também era dono do Cine-Theatro Coliseu (SCHILLING, 2005, p. 93).

[...] essa pequena ‘boite’ de luxo, bonita e confortável, com suas amáveis e convidativas poltronas, com um aparelhamento sonoro do melhor e mais moderno, localizada numa das dependências do Clube Caixeiral Santamariense” (A RAZÃO, 5 abr. 1938, p. 4).

Segundo matéria do jornal A Razão, de 5 de abril de 1938 (p.4), o Odeon não possuía uma capacidade tão grande quanto os demais cine-teatros da época, já que se encontrava em uma das dependências do Clube Caixeiral. Em frente ao clube, ficavam os cartazes dos filmes que seriam exibidos (fig. 8).



Figura 8 – Largo da rua do Acampamento, com o Cine Odeon em funcionamento no Clube Caixeiral (1938).

Fonte: SCHILLING, 2005, p. 97.

Dessa forma, o auge do cinema em Santa Maria se deu durante os anos de 1938 e 1939, “quando a cidade teve quatro salas com projeções diárias. Eram os cinemas Coliseu, Independência, Imperial e Odeon. [...] Nesse período, tais salas contabilizavam dezesseis sessões aos domingos” (CORRÊA, 2005, p. 30)²⁰. Como é possível perceber no mapa (fig. 9), todas as salas se localizavam na região central da cidade, no entorno na praça Saldanha Marinho.

²⁰ “É interessante assinalar que, justo nesse momento de expansão dos espetáculos cinematográficos na cidade [final da década 1930], constatamos também uma certa maturidade da vida teatral santa-mariense” (CORRÊA, 2005, p. 31).



Figura 9 – Mapa do Centro de Santa Maria na década de 1970. (10) Theatro Treze de Maio; (11) Cine Independência; (14) Cine Coliseu / Cine Glória; (16) Cine Imperial; (17) Clube Caixeiral / Cine Odeon. A Praça Saldanha Marinho está representada pelo quadrado preto mais ao centro da imagem.

Fonte: BROLLO, 1973, p.1.

Segundo Navasqués (1938 *in* MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008), cada sala de cinema possuía suas características próprias.

Cine Imperial, de moderna estrutura, situado à Rua Dr. Bozano.

Cine Independência, denominado simplesmente Cine, na Praça Saldanha Marinho, onde seguidamente atuam boas companhias, com espetáculos variados de comédias, óperas, operetas, etc.

Cine Odeon, aristocrático por excelência, na parte baixa do Clube Caixeiral Santa-mariense.

O Velho Coliseu, o teatro mais popular da cidade está situado á Rua Dr. Bozano, abaixo da Praça Saldanha Marinho (p. 223).

Na década de 1940, Santa Maria perdeu duas das quatro salas: o Cine Odeon e o Coliseu. Não se sabe ao certo o motivo que levou ao fechamento desses dois espaços. Sabe-se, entretanto, que as duas salas pertenciam, em 1939, ao empresário Charles Sturgis. O Coliseu foi vendido para a empresa Cinemas Cupello, que o demoliu para que ali fosse construído um novo cinema. O Odeon foi fechado no mesmo período que o Coliseu foi vendido. Segundo Corrêa (2005, p. 32), a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) pode ter sido um dos fatores que levaram a esse fechamento.

Na década seguinte, em 11 de agosto de 1959, foi inaugurado no local onde ficava o Cine-Theatro Coliseu, o Cine Glória, um cinema sem palco. O Cine Glória foi o último cinema de calçada de Santa Maria, tendo encerrado suas atividades em 1997 (fig. 10).



Figura 10 – Prédio do Cine Glória.
Fonte: Amanda Costa da Silva – Fev. 2013.

1.2.1 O Cine-Theatro Independência

Santamarienses. Povo amigo. Aqui tendes um cinema para o vosso conforto. Procurai zelar pelo mesmo, porque ele vos pertence²¹.

No início da década de 1920, a cidade de Santa Maria contava com quatro bairros: Itararé, Vila Rica, Alto da Eira e Aldeia. Ao todo, eram 33 ruas e cinco praças, em um total de 2.905 prédios. O número de moradores, em recenseamento ocorrido em 1921, chegava a 15.802. Segundo o jornalista Alfredo Rodrigues da Costa (1922 *in* MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008), a mais central e principal praça do município era a Saldanha Marinho. “Para ali aflui grande parte da população, especialmente aos domingos e noites calmosas” (p. 174). O jornalista ainda colocou que, nesse período, Santa Maria era otimamente servida por escolas (mais de oito institutos) e sua vida social era bastante intensa, contando com diversas associações recreativas (COSTA *in* MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p.174).

²¹ Discurso do gerente do Cine Independência, Jorge Abelin, na reinauguração da casa, em 1956 (**A RAZÃO**, Santa Maria, 26 ago. 1956. p. 7. Completamente remodelado entregue ontem à cidade o Cine Independência).

E é em meio a esse contexto de desenvolvimento urbano que surgiu o Cine-Theatro Independência (fig. 11), que recebeu esse nome em homenagem às comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Assim, em 15 de agosto de 1922, a nova casa de diversões, de propriedade de Joaquim Corrêa Pinto, abriu, pela primeira vez, as suas portas.



Figura 11 – Cine-Theatro Independência na década de 1920.
Fonte: Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

Projetado pelo arquiteto Theo Wiedersphan, o prédio do Cine-Theatro foi construído na Praça Saldanha Marinho (fig. 12), ao lado do Theatro Treze de Maio, com quarenta e oito metros de profundidade e aproximadamente vinte metros de frente.

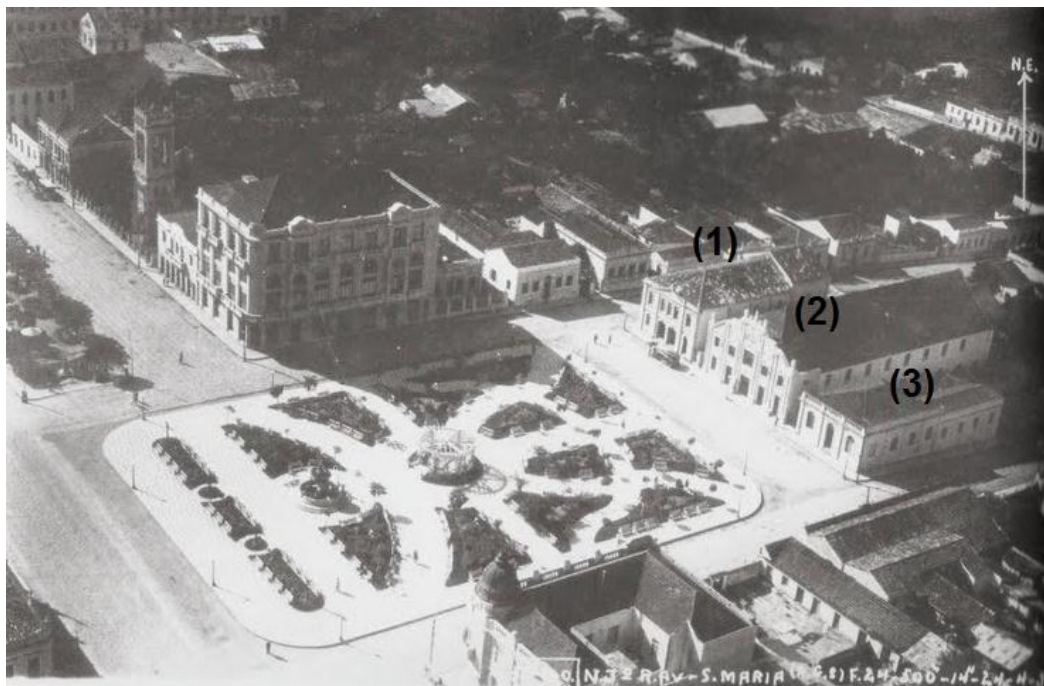


Figura 12 – Praça Saldanha Marinho em 1935. Na imagem, é possível visualizar: **(1)** Theatro Treze de Maio (ocupado, nesse período, pelo jornal Diário do Interior); **(2)** Cine-Theatro Independência e; **(3)** prédio que, em 1938, viria a ser sede do jornal A Razão.

Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Segundo o anúncio do Cine-Theatro Independência, no jornal Diário do Interior, do dia 12 de agosto, o seu prédio era todo de material e amplamente ventilado, com saídas francas. Além disso, o anúncio explicava que a construção era completamente livre de incêndios, pois a cabine era isolada e revestida de material incombustível²².

O interior do novo cinema apresenta bellissimo aspecto, dispondo de abundante iluminação, muito espaçoso e bem ventilado. O seu recinto comportará duas mil pessoas que se poderão accomodar em 1300 cadeiras na platêa, 200 cadeiras reservadas, 39 camarotes e 300 assentos geraes. A sala de espera é espaçosa e bem mobiliada (DIÁRIO DO INTERIOR, 16 de ago. 1922, p. 3).

A inauguração do Cine-Theatro Independência contou com a presença de muitas pessoas da sociedade santa-mariense, ultrapassando a lotação da casa. Antes do começo das atividades do cinema, o público pôde assistir à apresentação da banda de música do 7º Regimento de Infantaria, em frente ao prédio. “Todo o recinto do Independencia estava lindamente ornamentado. A orchestra apresentou-se bem afinada. [...] A fita exhibida agradou sobejamente” (DIÁRIO DO INTERIOR, 16 de ago. 1922, p. 3). O filme exibido na inauguração foi “O direito a Mentir”, com a

²² Nessa época, incêndios em salas de projeção eram comuns, já que “os filmes eram de acetato, altamente inflamáveis” (CORRÊA, 2005, p. 31).

atriz Dolores Cassinelli (fig. 13).



Figura 13 – Anúncio da inauguração do Cine-Theatro Independência
Fonte: DIÁRIO DO INTERIOR, 15 ago. 1922, p. 3

Segundo artigo escrito na Revista Castalia, na década de 1920, o Cine-Theatro Independência “pelo lugar em que está situado, é o cinema preferido de nossa sociedade elegante. Ali, o que há de mais fino, de mais *chic* no nosso meio social, comparece, [...]”. O Cine-Theatro Independência mantinha separada a entrada da elite santa-mariense, que tinha acesso ao prédio pela Praça Saldanha Marinho, e da população menos favorecida, que entrava pela lateral na rua do Comércio (atual rua Dr. Bozano). Mesmo assim, no local acontecia algo curioso, como explica o artigo da Revista Castalia.

É que com o Cine Independencia se dá uma cousa interessantíssima. Causa que não acontece em nenhum teatro do mundo. É, em todo o caso, original, valha a verdade... Eil-a: as primeiras filas de cadeiras na platéia, lugar distinto em todos os theatros do mundo, é no Cine Independencia o menos distinto, é o lugar occupado pelo *peçoal barato* (REVISTA CASTALIA, 192_).

Essa situação pode ser explicada pelo fato das entradas. A entrada nobre, como na maioria dos teatros, dava acesso ao fundo da plateia. Já a entrada popular, pela rua do Comércio, dava acesso á lateral em frente ao palco. Assim, acredita-se que os proprietários tenham optado por essa disposição dos lugares, para que os dois públicos não se cruzassem dentro do recinto. O artigo ainda salienta que essa situação causava um desconforto aos demais espectadores, que tinham “o desgosto de seguidamente, lá encontrar, sentado, um preto mal vestido, desasseiado, com um chapéu rasgado fincado na cabeça, dando risadas escandalosas, indecentes” (REVISTA CASTALIA, 192_). Dessa forma, é possível perceber que, apesar de ser

um espaço que integrasse classes antes excluídas das atividades culturais da cidade, ainda havia uma distinção.

Segundo Steyer (2001), há um fato interessante que ocorria em todas as cidades do Brasil, diferindo do que acontecia nos Estados Unidos.

[...] o cinema chegou no centro da cidade, atraindo tanto as parcelas mais abastadas como as mais populares, especialmente devido ao preço acessível do ingresso. Nos EUA, no entanto, ele começou na periferia, junto aos operários e imigrantes, [...] Portanto, enquanto nos EUA o cinema partiu da periferia para o Centro, dos mais pobres para os mais ricos, no Brasil aconteceu o contrário. Ou melhor: o cinema chegou atingindo mais parcelas da população, que se aglomerava nas praças, salões e teatros para ver a novidade (p. 56).

Como espaço bastante frequentado por jovens, principalmente nas matinês que eram exibidas às 16h30min, o Independência, ainda em seu primeiro ano de existência, criou um concurso destinado às moças que frequentavam o Cine, em parceria com o jornal Diário do Interior (fig. 14 e 15). Segundo o anúncio na edição de 11 de outubro do jornal, o objetivo do concurso era “conhecer-se qual a senhorita residente nesta cidade, dotada de mais graça” (p. 1). Ainda em parceria com o jornal em questão, o Cine-Theatro também realizava, esporadicamente, enquetes sobre que filmes seriam exibidos (fig. 16).

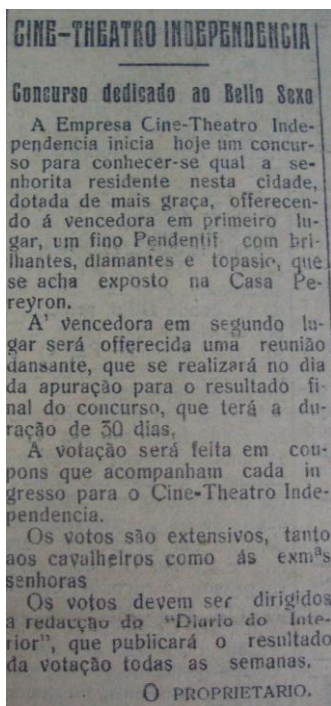


Figura 14 – Anúncio do concurso dedicado ao belo sexo
Fonte: DIÁRIO DO INTERIOR, 11 out. 1922, p. 1.

CINE-THEATRO INDEPENDENCIA

Concurso dedicado ao Belo Sexo

Resultado da votação recebida até 17 :

Fili Turi	90 votos
Avany Barcellos	72 »
Odilla Lenz	66 »
Bia Souza	45 »
Sinhá Salveira	30 »
Arlinda Ribeiro	29 »
Maria Roesch	25 »
Maria Sá	24 »
Alzémira Trindade	22 »
Maria Brenner	20 »
Graciana Brenner	18 »
Glecia Brinkmann	18 »
Lydia Oliveira	15 »
Ruth Moraes	15 »
Corina Moraes	11 »
Dinah Oliveira	10 »
Sinhá Brenner	6 »
Iza Oliveira	5 »
Nazinha Miranda	5 »
Coralia Ribeiro	5 »
Odette Lenz	5 »
Iza Villa	4 »
Judith Antunes	4 »
Tilda Brenner	3 »
Aura Marques	2 »
Dalila Borges	2 »
Agnes Haenzel	2 »
Carolina D. Souza	2 »
Edelmira Cunha	1 »
Zilda Morsbach	1 »
Alma Lindener	1 »
Ceey Moraes	1 »
Ruth Jacintho	1 »
Ely Krebs	1 »
Ledy Weinmann	1 »
Nasica Weinmann	1 »

Figura 15 – Resultado parcial do Concurso dedicado ao belo sexo
Fonte: DIÁRIO DO INTERIOR, 22 out. 1922, p. 1.

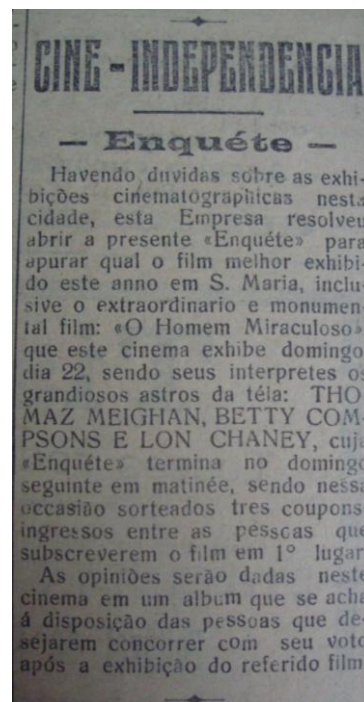


Figura 16 – Enquete para decidir a exibição do dia 22 de outubro de 1922
Fonte: DIÁRIO DO INTERIOR, 22 out. 1922, p. 1.

A história do Cine-Theatro Independência conta também a trajetória das projeções cinematográficas em Santa Maria. Quando foi inaugurado, os filmes ainda eram mudos, assim as exhibições eram acompanhadas por uma orquestra.

Na 1ª fase do cinema mudo, a orquestra era dirigida pelo jovem maestro Hiran e era constituída de um violoncelo, um violonofone²³ e um bandoneon²⁴ argentino, além disso, uma clarinetista tocava durante o filme e na sala de espera, antes do espetáculo (SANTOS, 2003).

Segundo matéria do jornal Zero Hora, de 19 de janeiro de 1992, “para formar a orquestra estável foram contratados músicos de Porto Alegre, já que os profissionais existentes em Santa Maria pertenciam ao Cine-teatro Coliseu, inaugurado em 1911” (p. 14). Em 1932, o Cine começou a utilizar o sistema Vitafone em suas exhibições, que consistia na sincronização de um disco com o som e o filme. “Esse sistema gerava alguns incômodos. Muitas vezes, não havia sincronização do som com a imagem e, não raro, a cena de um beijo coincidia com o estampido de uma arma ou com o barulho de uma bofetada” (CORRÊA, 2005, p. 31). Ainda na

²³ O violonofone ou violinophone é uma espécie de violino que amplifica o som através de um ressonador de metal (similar a um bocal de trompete), ao invés de uma caixa de som de madeira como em um violino padrão.

²⁴ Instrumento similar a um acordeão.

década de 1930, outro sistema começou a ser utilizado nas projeções: o movietone. Esse aparelho acabava com a falta de sincronização, uma vez que o som era gravado na própria película (SANTOS, 2003). Em 1956, o Cine Independência passou a projetar filmes utilizando os sistemas Cinemascope e Vistavision²⁵. As projeções em Cinemascope eram realizadas quatro vezes por mês, sendo nos outros dias exibidos filmes comuns ou filmes em Vistavision (A RAZÃO, 12 ago. 1956).

De acordo com o historiador e teatrólogo, Edmundo Cardoso (2002 *apud* CORRÊA, 2005), o Cine-Theatro Independência foi projetado para ser, primeiramente, um cinema, mas, como era habitual na época, também possuía um palco, com porão, camarins e varandas. “Em 1938, Corrêa Pinto [empresário Joaquim Corrêa Pinto] fez algumas modificações, aumentou o palco, diminuindo, em consequência, a área da platéia” (p. 30). O jornal A Razão, do dia 10 de setembro de 1938, explica mais detalhadamente essas modificações realizadas no espaço. Segundo o periódico, a parte da frente do prédio e a sala de espera foram pintadas e tiveram o seu serviço de iluminação ampliado. As bilheterias receberam vidros novos, mais opacos. Na parte interna, houve a numeração das poltronas. Mas as maiores modificações ocorreram no palco do Cine.

O palco está sofrendo uma reforma completa. A “caixa do teatro” passa por grandes melhoramentos, elevando-se a abóboda para 13 metros de altura, em condições de facilitar a movimentação de todos os cenários, por grandes que sejam. Todos os serviços estão sendo realizados por técnicos de teatro. A “caixa” medirá 17 metros de largura, por 15 de fundo e 15 de altura. Foram, também, construídos 15 camarins, para as primeiras atrizes, atores, coristas, etc, com luz, instalação sanitária e o máximo conforto. A entrada dos artistas foi modificada, de maneira que para atingir os camarins não terão que passar pela platéia. Os artistas ficarão com entrada independente, ou pelo corredor dos camarotes ou pelo corredor lateral da parte terrea (p.4).

É preciso lembrar que nesse período o Cine-Theatro Independência possuía a concorrência direta do Cine-Theatro Imperial, que, especificamente nesse ano em questão, começava a dar mais ênfase ao teatro, abrigando, em suas instalações, a Escola de Teatro Leopoldo Fróes (ETLF). Assim, as melhorias no palco refletem a disputa comercial que esses espaços mantinham nessa época.

O primeiro espetáculo apresentado no novo palco foi o da Companhia Italiana

²⁵ Os sistemas CinemaScope e Vistavision, respectivamente, da Fox 20th Century e da Paramount, foram criados nos anos de 1953 e 1954. “Cinemascope e Vistavision ofereceram imagens claras de um tamanho sem precedentes na história do cinema” (GOMERY, 1998, p. 153, *tradução nossa*).

de Operetas Alba Regina (fig. 17). “A referida companhia, que provocou, na capital do Estado, um extraordinário sucesso, [...] traz cerca de 40 elementos, destacando-se, entre outros, a figura insinuante e cheia de vivacidade da aplaudidíssima atriz Alba Regina” (A RAZÃO, 28 set. 1938, p. 4).



Figura 17 – Anúncio do espetáculo da Companhia de Operetas Alba Regina no Cine-Theatro Independência, em 1938.

Fonte: A RAZÃO, 18 set. 1938, p. 4.

De acordo com Getúlio Schilling (2005), diversas companhias passaram pela ribalta do Independência, nesse período, “apesar dela não se prestar para elencos de primeira ordem, por sua falta de comodidade e de acústica, entre elas, a de Teixeira Pinto e Lyson Gaster” (SCHILLING, 2005, p. 93).

Além das modificações realizadas em 1938, o Cine-Theatro Independência ainda sofreu mais algumas reformas. A última delas ocorreu em 1956 e foi bastante aguardada pela população, como se pode perceber no texto escrito no jornal A Razão, de 23 de agosto de 1956, pelo jornalista P. Pinhal. Segundo o artigo, a cidade, que já havia abrigado quatro cinemas com sessões diárias, parecia estar regredindo, mas “felizmente – ainda que um pouco tarde – os exploradores do ramo decidiram tomar providências” (p.5). O jornalista ainda acrescentou: “Houve, posso assegurar, a construção de um novo cinema. Dotaram a casa de espetáculos vizinha à redação, de todo o conforto e de todos os requisitos que a moderna técnica cinematográfica exige” (p. 5). O Independência foi reinaugurado em 25 de agosto de 1956 (fig. 18). Segundo Jorge Abelin, gerente do Cine, “a nossa linha de conduta era apresentar ao publico um cinema que viesse atender o que o progresos [sic] da cidade estava a exigir” (A RAZÃO, 26 ago. 1956, p. 7).



Figura 18 – Interior do Cine Independência na solenidade de reinauguração em 1956.

Fonte: Acervo Casa de Memória Edmundo Cardoso.

E, realmente, as modificações foram expressivas. Buscando acompanhar o desenvolvimento das exhibições cinematográficas e, possivelmente, combatendo o surgimento e a popularização da televisão, os donos do Independência realizaram uma grande modernização do espaço, implementando os sistemas Cinemascope e Vitavision e instalando excelente aparelho para som estereofônico, poltronas estofadas e assoalho parquê (A RAZÃO, 25 ago. 1956, p. 5). No palco também houve mudanças, como explica o teatrólogo Edmundo Cardoso (2002 *apud* CORRÊA), e foram tiradas dele suas características essenciais, “deixando apenas uma área fronteira à tela de projeção cinematográfica onde podem se realizar espetáculos musicais” (p. 30).

Além das modificações internas, também ocorreu a reconfiguração da fachada do prédio. De acordo com Roselaine Casanova Corrêa (2005), a fachada original condizia com uma sala de diversão, com vários adornos, florões e vasos. Após as modificações, “sua fachada foi totalmente modificada, ficando inexpressiva” (p. 32). Em uma análise realizada pela professora Vani Foletto (2008), a antiga

construção possuía uma aparência eclética com predominância do *Art Nouveau*²⁶. “Janelas e portas eram ostentadas em dois andares, além de inúmeros elementos decorativos em relevo com linhas curvas e sensíveis. O telhado possuía, no centro, altura maior, com letreiro e frisos” (p. 75). Segundo o professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Carlos Alberto Santos (informação verbal)²⁷, a fachada do local possuía ainda alguns elementos mais simplificados, com linhas retas e formas mais geometrizadas já prenunciando o estilo *Art Déco*²⁸. Ainda de acordo com Santos, após a reforma, o prédio recebeu características modernistas. Para Foletto (2008, p. 52), o modernismo se destaca pela utilização de concreto armado e materiais industriais, adquirindo formas geométricas puras, além de estruturas de vigas e colunas que sustentam a construção (fig. 19).

A fachada era reta, tendo uma platibanda e uma marquise. No térreo, havia grandes portas envidraçadas, efeitos visuais que cobriam as janelas dos outros andares, [...] O interior teve o saguão reformado e se mostrava revestido de lambril de madeira. As escadas, assim como o piso, era de granitina em tonalidades esverdeadas. Os elementos decorativos, como as cadeiras, buscavam estar em sintonia com o conforto necessário [...] (FOLETTTO, 2008, p. 75).

²⁶ Segundo Foletto (2008), o estilo *Art Nouveau* se destaca pelo refinamento das construções, “nos motivos florais e lineares, baseados na natureza, na decoração assimétrica, nas linhas curvas e nas superfícies onduladas” (p. 48-49).

²⁷ Informação fornecida por C. A. Santos em entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2013.

²⁸ Para Foletto (2008, p. 48), o estilo *Art Déco* substituiu o estilo *Art Nouveau*, aproveitando-se de seus processos e técnicas, porém utilizando-se de formas mais geométricas e simétricas.

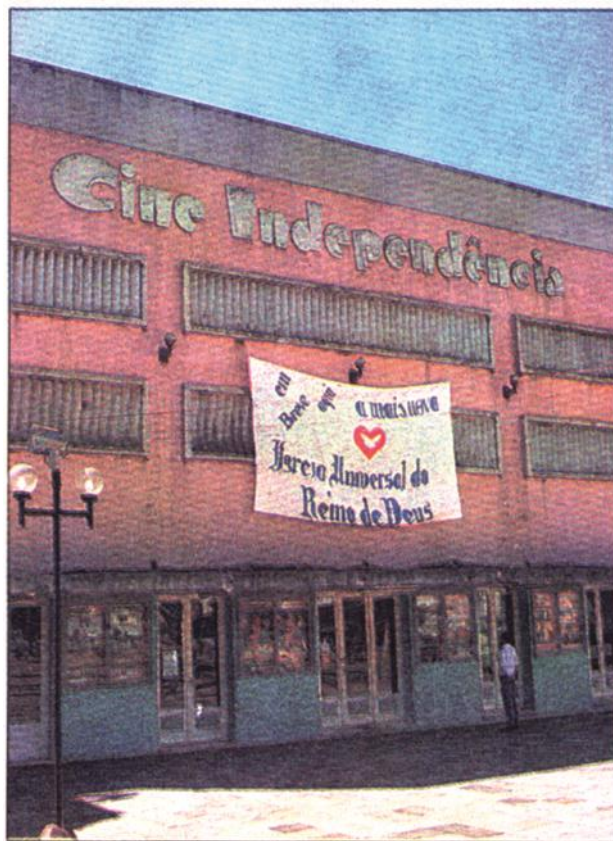


Figura 19 – Segunda fachada do Cine Independência, modificada em 1956.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso

Segundo Mônica Almeida Kornis²⁹, essas modificações foram uma tendência, no Brasil, nos anos 1950, sendo reflexos do final da Segunda Guerra Mundial. “A paisagem urbana também se modernizava, com a construção de edifícios e casas de formas mais livres, mais funcionais e menos adornadas, [...] segundo os princípios da arquitetura e do mobiliário moderno”. Assim, a reforma na fachada do prédio mostra o desenvolvimento e modernização pelos quais passava a cidade. Foi também a partir dessas modificações que o espaço perdeu o título de Theatro, ficando simplesmente “Cine Independência”. Os responsáveis pela reforma foram o engenheiro Luiz Bollick e o arquiteto E. Machado Cupello (A RAZÃO, 29 ago. 1956, p. 8).

Segundo Romeu Beltrão, em texto escrito no jornal A Razão, de 28 de agosto de 1956, para a reinauguração do Cine Independência após a reforma, o espaço teve vários proprietários.

²⁹ KORNIS, Mônica A. **Sociedade e Cultura nos anos 1950**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>>. Acesso em: 04 de novembro de 2011.

Ele era de propriedade e direção de Joaquim Correa Pinto, o Quinca Pinto, passando sucessivamente à direção de Pedro Diaz Marco (1925-1928), Horácio Castelo (1928-1929), Carlos Peixoto (1930-1935), Joaquim Correa Pinto (1936-1938), Silveira, Varella & Cia (1939-1940), Charles Sturges (1940-1946), Cinema Cupello S/A (1946-1956) e Cinemas Cupello Santa Maria S/A, que hoje entrega aos santa-marienses como uma das mais modernas salas de espetáculos do Estado (p.4).

Em 1946, a Empresa F. Cupello e Cia. Ltda, de Valença (RJ), de propriedade de Francisco Cupello e Gabriel Martins Vilela, criou o “Circuito Cinematográfico Glória”³⁰. Francisco Cupello “foi um grande empresário, notadamente na área da cinematografia, que chegou a possuir 40 cinemas em nosso País, localizados nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul” (CUPELLO, 2011). No Rio Grande do Sul, o “Circuito Cinematográfico Glória” esteve presente nas cidades de Rio Grande, Santa Maria, Bagé, São Gabriel, Alegrete, Rosário do Sul, Dom Pedrito, Quarai e Cacequi (fig. 20).



Figura 20 – Anúncio do “Circuito Cinematográfico Glória” da empresa Cupello.
Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso.

No mesmo ano de sua criação, a Empresa adquiriu o Cine Independência. No ano de 1953, os dois Cines (Independência e Imperial) de Santa Maria já pertenciam ao “Circuito Cinematográfico Glória”. No momento da reinauguração do Cine

³⁰ O nome Glória foi uma “homenagem à Padroeira de Valença, Nossa Senhora da Glória. Por esse motivo, muitos cinemas da ‘Empresa F. Cupello e Cia. Ltda.’ receberam o nome de Cine Glória” (CUPELLO, 2011).

Independência, em 1956, Francisco Cupello anunciou haver recebido o comunicado “do registro da nova firma Cinemas Cupello Santa Maria S.A., passando assim o Cine Independência a ‘pertencer à população de Santa Maria’” (A RAZÃO, 26 ago. 1956, p. 7)³¹. Em 1959, a Empresa inaugurou o Cine Glória, no local onde ficava o antigo Cine Coliseu, se tornando a detentora de todas as salas de projeção de Santa Maria (fig. 21).



Figura 21 – Anúncio da Empresa no Álbum Ilustrado em Comemoração ao Centenário de Santa Maria.

Fonte: ÁLBUM ILUSTRADO, 1958, p. 50.

Dessa forma, já não havia uma concorrência entre os espaços existentes na cidade, uma vez que todos pertenciam ao mesmo dono. Assim, o Imperial, apesar de manter suas sessões de cinema, ficou mais voltado para as atividades teatrais, enquanto o Independência passou a ser destinado à arte cinematográfica, possuindo apenas um pequeno palco para apresentações musicais. E o Glória, a partir de 1959, adquiriu a função exclusiva de cinema, já que não possuía palco.

Além de suas funções artísticas específicas, os três espaços tiveram, ao longo de sua trajetória, grande representatividade para a população santa-mariense, já que também em suas dependências ocorreram diversos eventos sociais, como reuniões e formaturas, como é o caso da 1ª Turma de Medicina da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que colou grau no Cine Glória, e a 1ª Turma de Farmácia da UFSM, que se formou no Cine Independência.

³¹ Essa regionalização da empresa também se deu nas cidades de Rio Grande e Bagé.

Pelo palco do Cine Independência, ainda passaram diversos artistas de fama nacional. Segundo Cardoso (*apud* CORRÊA, 2003),

[...] no passado, quando teve palco adequado, o Independência abrigou notáveis espetáculos de teatro de comédia, dramático, magia, revistas e variedades. Ali, em fins da década de 30 se exibiu o maior mágico e prestigiador de todos os tempos, o famoso Cantarelli, que deslumbrou a todos com o seu ilusionismo. Grandes companhias de teatro de revista, operetas, comédia, circenses e outras tiveram grandes momentos no Teatro-Independência (p. 50).

O próprio ator e teatrólogo Edmundo Cardoso se apresentou diversas vezes no palco do Independência, com sua Escola de Teatro Leopoldo Fróes (fig. 22).

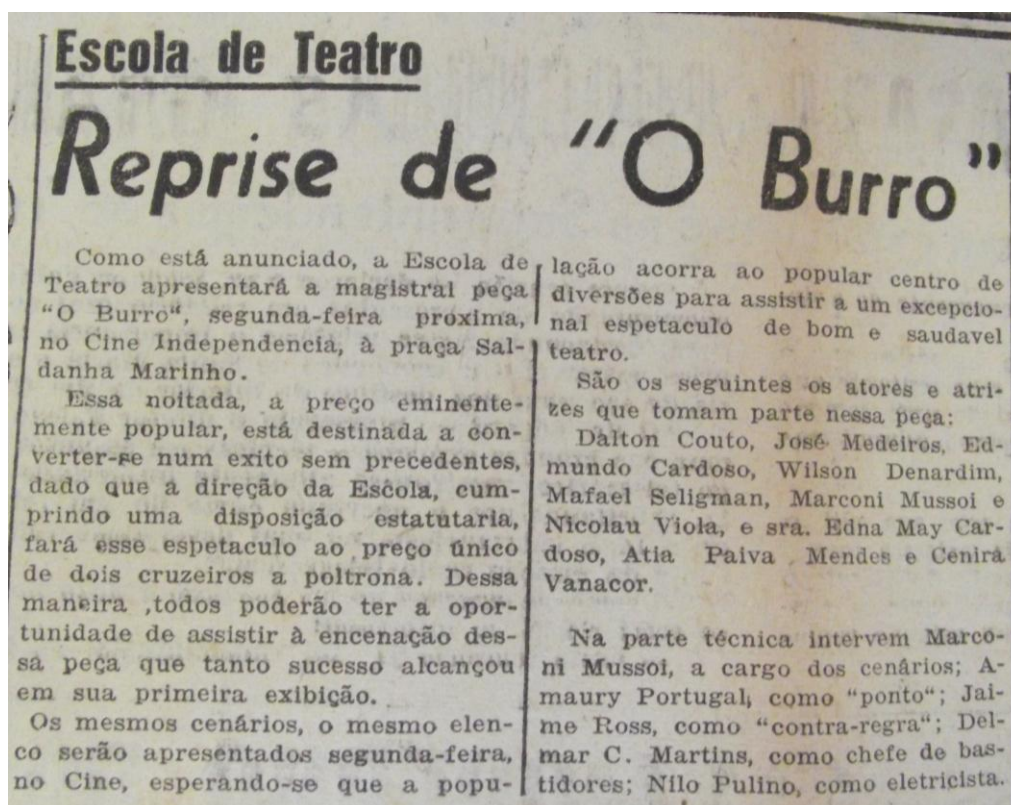


Figura 22 – Anúncio da reprise da peça "O Burro", da ETLF, de 1948.

Fonte: A RAZÃO, 18 set. 1948, p. 4.

Outros artistas também passaram pelo palco do Independência, como a Cia de Comédias Dulcina; os músicos, Wanderléa, Alceu Valença, Oswaldo Montenegro; o espetáculo teatral Tangos e Tragédias, além da cantora argentina Mercedes Sosa. A casa também foi palco da Tertúlia Musical Nativista³², na década de 1980. Além

³² Criado por Amaury Dalla Porta, em 1980, esse festival santa-mariense de música tradicionalista gaúcha teve dezessete edições, sendo a sua última em 1999. "Esse movimento impôs-se como um encontro artístico-cultural, reunindo poetas e compositores, cantores e instrumentistas, declamadores e historiadores de todo o Estado" (RECHIA, 2006, p. 228).

dos espetáculos artísticos, o Cine Independência ainda abrigou outros eventos, como o Congresso Eucarístico, em 1935 (fig. 23).



Figura 23 – Congresso Eucarístico de 1935
Fonte: Acervo Casa de Memória Edmundo Cardoso

“Foi também um ponto de referência para os ferroviários, pois o seu auditório comportava mais de mil pessoas, o que permitia a realização das grandes assembleias da categoria³³” (FLORES *in* WEBER; RIBEIRO, 2010, p. 34 e 35). Em 1963, o Cine Independência lotou para a estreia do longa-metragem *Os Abas Largas*, considerado o primeiro faroeste brasileiro, filmado em Santa Maria pela produtora carioca Lupa Filmes. No filme atuaram nomes do teatro santa-mariense, como Edmundo Cardoso e Edna May Cardoso (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 6 dez. 2002, p. 3).

Na década de 1980, Pedro Freire Júnior³⁴ assumiu a Socex³⁵ de Santa Maria e realizou melhorias no Cine Independência, como “lavagem de tela, que possibilitou uma imagem mais nítida; cuidados de projeção para evitar desfoques; limpeza de

³³ “Em fotos e textos dos jornais da cidade se pode ter uma idéia dessas reuniões. Também, interessante era a estratégia das empresas multinacionais para introduzir seus produtos no mercado, que se valiam dessas grandes concentrações e distribuíam suas ‘amostras-grátis’, como aconteceu com a garrafinha de ‘Coca-Cola’, no ano de 1954” (FLORES *in* WEBER; RIBEIRO, 2010, p. 35).

³⁴ Pedro Freire Júnior foi advogado, professor, ator e diretor de teatro, poeta e declamador. Atuou em várias peças, como “A prostituta respeitosa”, de Jean Paul Sartre, “Vidas em fuga”, de Tennessee Williams, “A lição” e “A cantora careca”, de Eugène Ionesco. No cinema, atuou no longa-metragem santa-mariense “Manhã Transfigurada”, ao lado de Manuela do Monte. Também foi gerente do Cine Glória. Faleceu em 2007.

³⁵ Sociedade Comercial Exibidora Ltda.

lentes para maior nitidez; melhoria de som” (CORRÊA, 2005, p. 36). Nessa época também “foram criadas as sessões de arte que funcionavam às sextas-feiras no Independência, com ciclos dedicados a Woddy Allen ou à política – *O Encouraçado Potenkin* e *A Classe Operária vai ao Paraíso*” (CORRÊA, 2005, p. 36).

Apesar das tentativas de melhoras, o público foi ficando cada vez mais escasso.

Na década de 90, o Cine Independência mantinha suas sessões com meia dúzia de gatos pingados. Os filmes em cartaz já eram de gosto duvidoso³⁶, e o espaço já era um símbolo de decadência, ao lado de seu vizinho, o Cine Glória. A Praça Saldanha Marinho já não era confortável atravessar no cair da tarde (PORCIÚNCULA, 2005, p. 4).

Outro fator que ajudou na derrocada dos cinemas de calçada de Santa Maria foi o tamanho de suas salas. O Cine Independência possuía uma lotação para 1.350 pessoas. O Cine Glória, em suas duas salas³⁷, chegava a comportar cerca de 2.000 pessoas. Na década de 1990, com a possibilidade de locação de vídeos para assistir em casa, se tornou difícil manter o mesmo público de outras épocas.

Assim, a última sessão do Cine Independência aconteceu no dia 27 de setembro de 1995, às 20h30min, e exibiu o filme “Força em Alerta 2”. Segundo a edição do jornal A Razão, de 30 de setembro e 01 de outubro, somente seis pessoas assistiram a exibição. Devido a pouca procura da população, os proprietários do prédio decidiram encerrar suas atividades e alugaram o local para a Igreja Universal do Reino de Deus. Um grupo de vereadores da cidade tentou impedir que a instalação da igreja fosse concretizada, alegando “que, além da preservação dos prédios que contribuíram para o desenvolvimento artístico e cultural da cidade, a preservação ‘do miolo do centro é fundamental para o funcionamento da casa de Cultura e do Teatro Municipal’” (p. 38), já que os três espaços se localizavam no entorno da Praça Saldanha Marinho. Apesar dessa tentativa, a igreja alugou o espaço e ocupou o prédio do Cine Independência até 2003, quando o prédio foi colocado à venda.

Em 2005, a Prefeitura de Santa Maria adquiriu o imóvel. Em junho de 2010, foi inaugurado no espaço o shopping popular do município, que recebeu o nome de Shopping Independência (fig. 24).

³⁶ Durante um determinado período, no início da década de 1990, o cinema exibiu filmes pornográficos. (A RAZÃO, 30 set./01 out. 2005, p. 38).

³⁷ Na década de 1980, o mezanino do Cine Glória foi transformado em uma segunda sala, o Cine Glorinha.



Figura 24 – Atual fachada do Shopping Popular Independência.
Fonte: A RAZÃO, 7 jun. 2010, p. 13.

1.3 Salas de Cinema: da calçada aos *shopping centers*

As fábricas de sonhos fecharam *nas calçadas* e se mudaram para a impessoalidade dos *shopping centers*³⁸.

Com o fechamento do Cine Independência, em 1995, Santa Maria passou a contar com um único espaço de exhibições cinematográficas: o Cine Glória. A realidade da década de 1990 era similar em todas as cidades do país: a popularização dos vídeos-cassetes, pouco público nas salas de cinema de calçada, a falta de segurança cada vez maior nas ruas. Assim, em 1997, o Glória teve sua última sessão, acabando dessa forma, a era dos cinemas de calçada em Santa Maria.

Apesar dos cinemas de calçada terem terminado, as exhibições sobreviveram com algumas adaptações. Salas menores, que não exigissem um grande público, em espaços mais seguros: os *shoppings centers*. “O conforto e principalmente a segurança proporcionada ao público foram alguns dos fatores que contribuíram para

³⁸ SILVA; PUHL; STRÖHER, 2010, p. 62, *grifos do autor*.

a aceitação e transição dos cinemas para os *shoppings centers*” (TAVARES, 2010, p. 34).

Antes mesmo do fechamento do Cine Glória, em dezembro de 1997, surgia, em Santa Maria, as primeiras salas de cinema em *shoppings*, Cine Big I e II, no Shopping Monet. As duas salas, ao todo, contavam 400 lugares. A inauguração foi em 19 de abril de 1997. No ano seguinte, em 26 de dezembro de 1998, abriram mais duas salas, no Santa Maria Shopping, com lotação de 120 lugares em cada sala. As quatro salas eram administradas pela empresa Sul Projeção Cinematográfica Ltda, continuando a cidade sem ter uma concorrência entre as salas de exibição.

Com o passar dos anos, as salas começaram a receber críticas quanto a sua estrutura, como acomodações precárias, falta de um bom sistema sonoro, projeções de baixa qualidade. Assim, em junho de 2007, foram fechadas as duas salas localizadas no Shopping Monet. No mês seguinte, as outras duas salas, localizadas no Santa Maria Shopping, também foram fechadas, ficando Santa Maria sem nenhuma sala de exibição. Após melhoramentos, em 14 de março de 2008, as salas do Santa Maria Shopping foram reabertas, agora administradas pela Movie Arte Cinemas. As salas Cine Big I e II não voltaram a funcionar.

Em 6 de julho de 2009, foram inauguradas mais quatro salas, no Royal Plaza Shopping, administradas pela empresa Arco-íris Cinemas. As salas possuem uma capacidade que varia entre 149 e 197 lugares. A sala Arcoplex Royal 4 ainda apresenta a possibilidade de exibições em 3D.

As alterações ocorridas ao longo dos anos nas salas de exibição tiveram diversas justificativas. “[...] o fechamento dos cinemas foi mais uma etapa dentro do desenvolvimento histórico das salas cuja transformação sempre foi inerente a sua trajetória” (TAVARES, 2010, p. 37).

Em novembro de 1997, quando o Cine Glória tentava resistir ao seu fechamento, o pouco público nas sessões era visível. Em matéria intitulada “Cinemas sofrem com a falta de público”, do jornal Primeira Quadra, de 10 de novembro de 1997, “as salas de cinema de Santa Maria convivem com uma dura realidade: pouco público” (p.1). Nessa época, a cidade contava com quatro salas do shopping, Big Cine I e II, houve uma queda de quase 1.300 espectadores nos meses entre setembro e outubro, de 6.185 para 4.889 pessoas. Freire Júnior, ex-gerente do Cine Glória, afirmou que essa falta de interesse pelo cinema se devia ao fato de que, antigamente, não existiam tantas opções de lazer e que a comodidade de

assistir filmes em casa estava cada vez maior. Apesar disso, nesse período, as locadoras de vídeo também reclamavam da diminuição de clientes, alegando que a falta de condições financeiras seria a grande motivadora dessa diminuição. “As necessidades básicas vêm em primeiro lugar; o lazer é deixado de lado” (QUEIROZ *apud* PRIMEIRA QUADRA, 10 nov. 1997, p. 1). A jornalista Fabiane Machado encerrou a matéria alegando que “a falta de dinheiro, ainda é o fator responsável pela redução constante no número de pessoas que têm acesso às manifestações culturais e artísticas no país. E o cinema, apesar do preço baixo (R\$ 4,00 ou 5,00), sofrem as consequências” (p.1).

Assim, é possível perceber que não há um fator isolado que tenha levado ao declínio dos cinemas de calçada. Foram vários fatores, alguns mais impactantes do que outros, que levaram ao fim dessa etapa das exhibições cinematográficas no Brasil. A principal, talvez, seja a mais corriqueira: a evolução, o desenvolvimento, a busca pela modernização. Assim como as projeções em locais improvisados deram espaço aos grandes cine-teatros e os cinematógrafos precários foram substituídos pelos modernos projetores, no final da década de 1990, em Santa Maria, foi a vez dos cinemas de calçada darem espaço as salas de exibição em *shoppings*.

“Entre essas mudanças não estão somente aquelas relacionadas ao espaço físico, mas também aquelas relacionadas ao ato de ir ao cinema e à concorrência audiovisual e dos canais por assinatura” (TAVARES, 2010, p. 37). Dessa forma, os rituais de sociabilidade também foram se modificando junto às alterações físicas dos espaços. Isso também se deve ao fato de que as alterações físicas influenciam nas mudanças comportamentais.

Ao mesmo tempo, os cinemas de *shopping center* perderam a fachada e com ela a sua identidade e o poder de referência na cidade ou no bairro, diferente das décadas de 1940 e 1950, quando os espectadores frequentavam os cinemas também pelo espaço que simbolizavam e não apenas em razão dos filmes que estavam sendo exibidos (TAVARES, 2010, p. 35).

Desse modo, as formas de exibição, assim como a interação do público com os espaços e com os filmes, se alteraram, não só com o fim dos cinemas de calçada, mas ao longo de toda a história das exhibições. A busca por aprimoramentos e novidades é inerente ao ser humano e, assim sendo, as mudanças sempre ocorreram e continuarão a acontecer.

[...] talvez, para as gerações futuras, o espaço impreciso e despersonalizado dos *shoppings centers* tenha significação e importância semelhante a que os centros históricos das cidades tiveram para as gerações passadas e presentes. Afinal, só o tempo tem o poder de delegar representatividade/memória a determinação espaço físico, mesmo que este esteja identificado com a pós-modernidade. E, com as salas de cinema, hoje localizadas nos *shoppings centers*, não será diferente (ZANELLA *apud* SILVA; PUHL; STRÖHER, 2010, p. 63).

Com isso, as salas de exibição cinematográficas em Santa Maria contam a história das evoluções, modernizações e modificações da arte de projetar filmes (fig. 25).

CINEMA	INAUGURAÇÃO	FECHAMENTO	CAPACIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Cinematógrafo Seyffarth	1908	---	---	O prédio foi demolido. Atualmente no local está o prédio do banco HSBC.
Cinema Recreio Ideal	1911	1915	---	O Cine Recreio Ideal ficava no 2º andar do Theatro Treze de Maio. Quando o prédio foi alugado para o jornal Diário do Interior, o Cinema foi desativado.
Cine-Theatro Coliseu Santamariense	30 de dezembro de 1911	Início da década 1940	1.300 lugares	Foi demolido para a construção do Cine Glória.
Cine Odeon (1)	1º de junho de 1918	1918	350 lugares	O Cine Odeon (1) funcionava junto ao Banco Nacional do Comércio. O prédio é tombado como patrimônio do município e hoje abriga a Caixa Econômica Federal.
Cine Universal (Cinema ao ar livre)	Década de 1920	Início da década de 1930	---	---
Cine-Theatro Independência	15 de agosto de 1922	27 de setembro de 1995	Ao longo de sua trajetória, sua capacidade variou entre 2.000 lugares (inauguração) e 1.300 lugares (fechamento).	Após sua desativação, foi alugado pela Igreja Universal do Reino de Deus. Atualmente, é sede do Shopping Popular Independência.
Cine-Theatro Imperial	26 de junho de 1935	10 de julho de 1979	1.170 lugares	O prédio foi reformado e, atualmente, é ocupado pela Loja de Calçados – Casas Eny
Cine Odeon (2)	15 de maio de 1937	1939/ início da década 1940	---	O Cine Odeon (2) funcionava em uma das dependências do Clube Caixeiral. Atualmente, na sala funciona a Biblioteca do Clube.

Cine Glória	11 de agosto de 1959	Dezembro de 1997	1.600 lugares. Em 1984, o mezanino foi desmembrado, passando o Cine a ter duas salas. A segunda sala passou a ser denominada Glorinha, com uma capacidade para 350 pessoas.	Após o fechamento do Cine Glória, o espaço foi reformado (mantendo-se a fachada e hall de entrada, além de alguns elementos internos) e abrigou a boate "Cinema". Atualmente, abriga a "Igreja Universal do Reino de Deus".
Cine Big (Shopping Monet)	19 de abril de 1997	Junho de 2007	2 salas – 400 lugares	Devido a reclamações de falta de estrutura, os dois espaços de exibições da cidade, entre os meses de junho e julho de 2007, foram fechados para melhoramentos. O Cine Big I e II não foram mais abertos. As duas salas de cinema do Santa Maria Shopping voltaram a funcionar em 14 de março de 2008.
Cine Movie Arte (Santa Maria Shopping)	26 de dezembro de 1998	Em funcionamento	2 salas – total de 240 lugares	
Cine Arcoplex (Royal Plaza Shopping)	6 de julho de 2009	Em funcionamento	4 salas – total de 708 lugares.	

Figura 25 – Cinemas de Santa Maria (1908-2013)

Fonte: Amanda Costa da Silva

Atualmente, Santa Maria possui seis salas de cinema (fig. 26).

CINEMA	SALA	SESSÕES SEMANAIS (aproximadamente)	CAPACIDADE DA SALA
Cine Movie Arte (Shopping Santa Maria)	Movie Arte 1	25 sessões	120 lugares
	Movie Arte 2	25 sessões	120 lugares
Cine Arcoplex (Royal Plaza Shopping)	Arcoplex Royal 1	35 sessões	197 lugares
	Arcoplex Royal 2	28 sessões	187 lugares
	Arcoplex Royal 3	28 sessões	175 lugares
	Arcoplex Royal 4 (3D)	31 sessões	149 lugares

Figura 26 – Salas de cinema em Santa Maria (2013)

Fonte: Amanda Costa da Silva

Assim, desde a chegada do primeiro cinematógrafo, a construção dos cine-teatros, o fim dos cinemas de calçada, até as salas de exibição nos *shoppings centers*, a história das projeções cinematográficas é contada dentro do espaço urbano de Santa Maria. Todas as suas modificações e modernizações contam a realidade que não é exclusiva dessa cidade, mas de todos os grandes centros do Rio Grande do Sul, e também do Brasil.

2 O processo de tombamento do Cine Independência

De fato, como imaginar poder conservar todos os traços quando se sabe que todo traço advém de algum acontecimento, inclusive a esperança mesma dessa conservação?³⁹

Partícipe de uma história, que é tanto das cidades, como da indústria cinematográfica, após 73 anos atuando como espaço cultural e de projeção de filmes e oito anos servindo de espaço para a Igreja Universal do Reino de Deus, o prédio do antigo Cine Independência, no dia 15 de abril de 2003, foi colocado à venda. A grande placa com o contato para possíveis interessados no espaço, colocada na fachada do prédio, chamou a atenção da imprensa e de algumas pessoas ligadas à classe artística de Santa Maria. No dia 17 de abril, um pequeno grupo organizou-se na Praça Saldanha Marinho, em frente ao Cine, para se manifestar a favor do tombamento do prédio e coletar assinaturas para um abaixo-assinado que seria enviado à Prefeitura. A partir desse documento, que contou com cerca de 150 assinaturas, coletadas em um único dia, a Prefeitura de Santa Maria propôs, ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC-SM), através do Ofício nº 081/GP/SGG/TAM/03, de 22 de abril de 2003, o tombamento do prédio do antigo Cine Independência como Patrimônio Histórico do Município. E a partir desse fato que se instaurou o processo de patrimonialização, descrito a seguir.

Segundo o secretário-geral do governo na época, Éverson Machado, “o Cine Independência tem importante significado na memória dos santa-marienses e deve ser preservado por tudo que já foi no passado” (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 17 abr. 2003, p. 3). Dessa forma, o COMPHIC-SM se reuniu, no dia 16 de junho, e encaminhou o pedido de tombamento provisório do prédio, “em caráter urgente considerando que está sendo iniciada a sua demolição”⁴⁰. O tombamento definitivo foi autorizado no mesmo dia, pelo então prefeito, Valdeci Oliveira, através do Decreto Executivo nº 113/03. Como o proprietário do edifício não teve o direito de impugnação do tombamento, o Decreto Executivo nº 113/03 foi revogado em 09 de

³⁹ CANDAU, 2011, p. 164.

⁴⁰ CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SANTA MARIA. Casa de Cultura. **Ata da reunião realizada no dia 16 de junho de 2003.** nº 5.

setembro, através do Decreto nº 186/03⁴¹. Dois dias depois da revogação, o Conselho Municipal do Patrimônio enviou à empresa proprietária a intimação para que, querendo, entrasse com a impugnação da medida que tombou provisoriamente o prédio do antigo Cine Independência como Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria. No dia 22 de setembro, a empresa Plurimus Investimentos & Administração S.A. enviou ao COMPHIC-SM a impugnação alegando, além de outros fatores, que o ato de tombamento se baseava em saudosismo em relação a um imóvel abstrato, uma vez que o prédio, ao longo dos anos, perdeu suas características essenciais.

A estrutura, a fachada e as características do prédio original, em nada lembram o imóvel que hoje encontra-se no local. [...] Não existem mais poltronas ou cadeiras em seu interior⁴², assim como palco ou cabine de projeção. Sua estrutura interna foi totalmente modificada, ou seja, só existe o lugar onde um dia houve um “Cine-Theatro Independência”. O bem não existe mais, a não ser no imaginário de alguns, que persistem em querer tombá-lo, com fulcro na saudade e na recordação⁴³.

Após analisar o pedido de impugnação, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural se reuniu, em 14 de janeiro de 2004, para discutir e votar sobre o tombamento definitivo do prédio do Cine Independência. O Conselho decidiu pelo tombamento parcial da fachada e do saguão do edifício e o uso obrigatório do espaço para fins culturais. Segundo a ata da reunião⁴⁴, as partes tombadas foram: fachada externa integral inclusive com a recomposição do letreiro em relevo que foi danificado⁴⁵; platibanda, janelas (brise), portas de entrada com todos os seus elementos internos e externos, piso e escadarias internas, teto e paredes laterais tanto internas quanto externas; além do telhado, que deveria manter sua característica, em relação à altura e à volumetria. De acordo com o Conselho,

⁴¹ O Conselho Municipal do Patrimônio não foi informado sobre a publicação desse Decreto, o que só ocorreu no dia 17 de janeiro de 2006.

⁴² As cadeiras e poltronas do antigo cinema foram retiradas pela empresa Plurimus no dia 11 de junho de 2003, como noticiou o jornal Diário de Santa Maria. (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 12 jun. 2003, p. 2).

⁴³ PLURIMUS INVESTIMENTOS & ADMINISTRAÇÃO. [Impugnação] 22 set. 2003. Santa Maria [para] Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria. Santa Maria. 14 f. Apresenta impugnação ao tombamento provisório do prédio do antigo Cine Independência como Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria.

⁴⁴ CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SANTA MARIA. Prédio II do Campus 1 da Unifra. **Ata da reunião realizada no dia 14 de janeiro de 2004.** nº 13.

⁴⁵ No dia 20 de maio de 2003, o letreiro em relevo com o nome do Cine Independência foi parcialmente retirado. A empresa proprietária foi notificada e interrompeu a retirada do restante do letreiro. (OLIVEIRA; ZOLIN, 21 mai. 2003, p. 3).

O tombamento do prédio que abrigou as atividades do Cine Independência é justificado por ser aquele prédio um bem de valor simbólico e afetivo para a comunidade santa-mariense. Representa uma época de efervescência cultural ligada ao cinema em Santa Maria. Foi, também, local de espetáculos culturais e acontecimentos sociais e políticos. É ponto de referência e permanece como identificação do centro da cidade na memória dos moradores mais antigos, assim como dos mais novos. Ressalta-se que o fundamento que justifica o tombamento não é o valor arquitetônico do prédio, e sim sua importância como depositário de valores afetivos decorrentes de sua importância histórica ligada à cultura e ao cinema de Santa Maria⁴⁶.

O parecer consultivo do COMPHIC-SM foi enviado ao Prefeito Valdeci Oliveira no dia seguinte. Em fevereiro de 2004, a advogada Gisela Biacchi Emanuelli, representante da Plurimus, empresa proprietária do imóvel, enviou ao Conselho correspondência alegando que a prazo para a manifestação do órgão em relação ao tombamento havia expirado no final de 2003, entrando assim com uma petição de 2ª instância do processo de tombamento⁴⁷.

Apesar desse pedido de petição, a empresa continuou agindo como se o prédio fosse tombado como patrimônio do município. Exemplo disso é a solicitação da Empresa Plurimus enviou à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos (SMOSU), em abril de 2004, pedindo a prorrogação do prazo de licença da reforma da cobertura do prédio, de 24 de dezembro de 2003 para 24 de dezembro de 2004.

Em 19 de maio, o Engenheiro Fernando Flores, da SMOSU, entrou em contato com a Procuradoria Geral do Município (PGM), solicitando esclarecimentos sobre o procedimento a ser adotado em relação ao pedido da empresa. Segundo o engenheiro, anexado à solicitação estava um documento do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural que revela partes tombadas da edificação em janeiro de 2004⁴⁸. Assim, o funcionário da Secretaria de Obras questionou a Procuradoria se o documento poderia ser efetivamente considerado, uma vez que existiriam lacunas em sua conclusão, e, se fosse considerado o tombamento, seria de todo o telhado ou somente da parte correspondente ao saguão. No dia 25 de maio, a Procuradoria Geral solicitou informações sobre o processo à Secretaria Municipal de Cultura (SMC). No dia seguinte, o Secretário de Cultura, Humberto Gabbi Zanatta, solicitou as informações para a Secretaria Geral de Governo (SGG), uma vez que, segundo o secretário, o processo de tombamento estaria em posse da SGG. No dia

⁴⁶ SANTA MARIA. Parecer Consultivo, de 14 de janeiro de 2004. Parecer favorável ao tombamento da fachada e saguão do prédio do antigo Cine Independência.

⁴⁷ O pedido foi recebido em março de 2004 pelo Conselho Municipal do Patrimônio, mas não foi encontrado nenhum documento de resposta ao pedido da advogada.

⁴⁸ Esse documento não foi encontrado.

08 de junho de 2004, a Secretaria Geral enviou a Procuradoria o Decreto Executivo nº 113/03 que autoriza o tombamento definitivo do prédio. Em posse desse único documento a Procuradoria respondeu à Secretaria de Obras, em 23 de junho de 2004, que o tombamento teria sido parcial (fachada e saguão). O Procurador Pedrinho Bortoluzzi ainda colocou que, em sua opinião, não haveria nenhum impedimento para a reforma do telhado, nem mesmo para a substituição da estrutura de madeira por metal, já que a estrutura não seria aparente. Apesar desse parecer, o Procurador colocou que a SMOSU deveria somente licenciar a obra após manifestação do Conselho Municipal do Patrimônio, o que aconteceu em 07 de julho de 2004. Ao se manifestar, a Presidente do COMPHIC-SM, Vani Foletto, expôs as partes tombadas do prédio e que é possível realizar reformas em bens tombados, mas que a substituição da estrutura de madeira por metal só poderia ser feita nas partes não tombadas, uma vez que uma reforma não justifica a alteração do sistema construtivo. A princípio, a reforma ocorreu de acordo com as indicações do Conselho, sem demais questionamentos.

Em abril de 2005, a Prefeitura Municipal de Santa Maria anunciou publicamente a intenção de comprar o prédio do antigo Cine Independência e transformá-lo em um shopping popular (ROESE; ZANELA, 27 abr. 2005, p. 8). A polêmica sobre a criação do shopping no prédio do antigo cinema foi grande. Embora diversas pessoas apoiassem a intenção da Prefeitura, os principais envolvidos na criação, ou seja, os camelôs, ambulantes e artesãos, que seriam deslocados de seus espaços na Avenida Rio Branco e na Praça Saldanha Marinho para os futuros estandes no shopping, eram contra a compra. Artistas e empreendedores culturais da cidade, que, assim como definira o COMPHIC-SM, acreditavam que o espaço deveria ser destinado a fins culturais, aumentaram o grupo contrário à implementação do shopping popular (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 7/8 mai. 2005, p. 16).

Devido ao impasse, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural se reuniu com o então Prefeito, Valdeci Oliveira, no dia 02 de junho. Segundo a ata da reunião⁴⁹, foi manifestada ao Prefeito a preocupação em relação à implementação da proposta de instalação do shopping popular no local do antigo Cine Independência. Também durante essa reunião, foi debatida a intenção da

⁴⁹ CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SANTA MARIA. Sede da Prefeitura de Santa Maria. **Ata da reunião realizada no dia 02 de junho de 2005.** nº 27.

Prefeitura de reconstruir a antiga fachada do Cine-Theatro, caso a compra se concretizasse. O Conselho lembrou o Prefeito que o prédio foi tombado em 16 de junho de 2003 e que foi recomendado, pelo próprio Conselho, “manter a fachada atual, pois ela mesmo parecendo mais desinteressante do que a antiga, representa a realidade histórica das transformações urbanas ocorridas”⁵⁰.

No dia 27 de junho, a Prefeitura se reuniu com ambulantes, camelôs e artesãos para mostrar o projeto arquitetônico do futuro shopping e falar sobre as reformas. Entre elas, a construção de mais dois andares e a recuperação da fachada original (PEREIRA, 28 jun. 2005, p. 9).

Na edição do jornal A Razão do dia 15 de julho de 2005, foram divulgados trechos de uma carta aberta à população do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural em relação às reformas no edifício do antigo cinema.

O referido prédio já foi alvo de processo de tombamento junto a esse Conselho, durante o ano de 2003, chegando, em janeiro de 2004, a uma decisão de tombamento parcial. Nesse tombamento parcial está elencada a fachada, o saguão, as janelas, escadarias e volumetria. Esses elementos, já tombados, devem ser respeitados. [...] Como o projeto, amplamente divulgado pela imprensa local prevê a re-elaboração de uma fachada anterior, esclarecemos que o tombamento da fachada atual se deu em defesa da memória cultural da cidade que viu, naquele prédio, e na aparência atual, um monumento à importância do cinema para Santa Maria. Não é copiando uma fachada antiga que isso se fará, mas, preservando a atual, que é a que está na memória da população (A RAZÃO, 15 jul. 2005, p. 10).

Reforçando a carta aberta, a arquiteta Priscila Terra Quesada, representante do COMPHIC-SM, ainda redigiu um ofício destinado ao Prefeito, no dia 31 de agosto, no qual solicita o esclarecimento sobre a intenção da Prefeitura de restabelecer a fachada original do prédio do Cine Independência, uma vez que o parecer favorável à preservação da fachada, redigido pelo Conselho, foi aceito pela Prefeitura.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, em nome dos demais integrantes, solicitar-lhe a gentileza de esclarecer-nos sobre a aparente impossibilidade de que a Prefeitura Municipal possa tutelar as duas posições, haja vista a contradição existente entre o estabelecimento de uma nova fachada para o futuro “shopping popular” e a observação da preservação proposta pelo Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural.

Apesar do posicionamento do Conselho em relação à modificação da estrutura tombada do prédio, no dia 16 de setembro daquele mesmo ano, foi

⁵⁰ Idem.

assinado o contrato de compra do prédio do Cine Independência pelo Município, com aprovação da Câmara de Vereadores, e o projeto de restauração do espaço em nada foi modificado.

Somente em janeiro de 2006, a presidente do COMPHIC-SM, Priscila Terra Quesada, tomou conhecimento do Decreto Executivo nº 186/03, que tornava insubsistente o Decreto Executivo nº 113/03, que autorizava o tombamento definitivo do Cine Independência. Nesse mesmo dia, a arquiteta solicitou uma audiência com o executivo para esclarecer a situação. No dia seguinte, a Presidente do Conselho se reuniu com o Prefeito em exercício, Werner Rempel e o representante da Secretaria Geral do Governo (SGG), Luiz Roberto Simon do Monte. Durante o encontro, Priscila manifestou sua perplexidade ao tomar conhecimento do Decreto que torna insubsistente o tombamento definitivo do prédio e afirmou que havia falta de comunicação entre o Gabinete do Prefeito e o Conselho Municipal do Patrimônio. Rempel também afirmou desconhecer tal decreto e garantiu que iria se interar do caso.

Em fevereiro de 2006, iniciou-se um processo junto ao Ministério Público. Apesar do inquérito não ter sido encontrado pela Promotoria de Justiça de Santa Maria, acredita-se que tratava do processo de tombamento do prédio do Cine Independência, pois foi encontrado um ofício enviado pelo Promotor de Justiça da 2ª Promotoria Especializada de Defesa Comunitária, João Marcos Adede y Castro, no qual foram solicitados ao Conselho Municipal do Patrimônio os seguintes documentos: Procedimento administrativo referente ao tombamento do prédio do Cine Independência; procedimento autorizado pelo Decreto Executivo nº 113/03 (que autoriza o tombamento definitivo do prédio) e o Decreto Executivo nº 186/03 (que revoga o Decreto nº 113/03); Lei Municipal que criou o COMPHIC-SM; e outras informações que fossem pertinentes ao caso. Segundo a Promotoria de Justiça de Santa Maria, esse inquérito foi arquivado em 2007, embora não se saiba o seu desfecho⁵¹.

Após o arquivamento desse inquérito, tiveram início as obras no prédio do antigo Cine Independência, em outubro de 2007. Assim, acredita-se que a partir desse procedimento foi definido que não houve o tombamento do local, o que possibilitou as reformas e modificações realizadas pela prefeitura. A primeira ação

⁵¹ Foi solicitada à Promotoria de Justiça uma cópia do inquérito para análise, mas o documento não foi encontrado.

foi a colocação de pilares e vigas, estrutura necessária para sustentar os três andares do futuro shopping popular. Em dezembro do ano seguinte, a reforma de reprodução da fachada original do Cine Independência foi concluída e apresentada à população santa-mariense. O shopping popular, inaugurado em junho de 2010, recebeu o nome de Shopping Independência.

2.1 Os dispositivos legais de preservação do patrimônio

Segundo o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁵², o objetivo do tombamento é “[...] preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens”. Além disso, o tombamento “somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva”. Assim sendo, o objetivo principal do tombamento é a preservação da memória, muito antes do que a preservação do próprio bem. Dessa forma, pode-se dizer que um local não se torna patrimônio histórico por si só, mas pela memória que a partir dele é construída, ou seja, “[...] fica claro que o sentido da preservação não é pela materialidade existente, mas pela representação, evocação ou memória que lhe é inerente” (SOUZA FILHO, 2006, p. 48).

Foi a partir da Revolução Francesa que surgiu a necessidade de proteger e conservar o patrimônio nacional. Essa ideia cresceu no mundo ocidental juntamente com a própria ideia de nação.

A noção de patrimônio então concebida estava irremediavelmente atrelada ao surgimento dos Estados nacionais modernos, e ao processo de construção da nação a ele inerente, em que se verifica um enorme investimento na invenção de um passado nacional (CHUVA, 2009, p. 30).

No Brasil, essa noção tomou força durante o Estado Novo (1937-1945), quando o então Presidente Getúlio Vargas implementou uma política de nacionalismo no País, buscando estabelecer as características do povo, bem como

⁵² INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Sobre o tombamento. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginalphan>> . Acesso em: 23 jul. 2010.

os seus valores. Dessa forma, as políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio criadas durante esse período estavam vinculadas a uma tentativa do governo ditatorial de Vargas de construir uma história oficial, “que viesse de encontro aos interesses dominantes à época, não necessariamente correspondente aos interesses da população, pois a possibilidade de participação política encontrava-se restringida” (REISEWITZ, 2004, p. 92).

A primeira determinação constitucional sobre o patrimônio artístico, histórico ou cultural brasileiro se deu na Constituição Federal (CF) de 1934. Isso porque até a década de 1930, reinava no país a ideia de que a propriedade privada era um direito individual absoluto e o Estado não poderia intervir nessa propriedade a não ser que a transferisse para o seu domínio através da desapropriação. Como a CF de 1934 passou a possibilitar a intervenção do Estado na ordem econômica, também possibilitou a proteção do patrimônio cultural em mãos de proprietários privados. Essa Constituição introduziu efetivamente no Direito brasileiro o termo “patrimônio artístico”, que deixou de ser utilizado nas constituições posteriores, voltando a ser empregado somente em 1988. Outro texto da CF de 1934 que foi pouco utilizado pelas demais, até 1988, foi o que abriu a possibilidade do Estado impedir a evasão das obras de arte. Esse assunto voltou a ser bastante discutido na década de 1970, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) elaborou a “Convenção da Unesco de 1972”, relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferências de propriedade ilícitas dos bens culturais⁵³.

Em 1937, foi outorgada uma nova Constituição Brasileira. Essa Carta Magna abriu margem para a criminalização dos atentados cometidos aos bens culturais. Dessa forma, as legislações que se seguiram, como o Decreto-lei nº 25 de 1937 e o Código Penal de 1940, instituíram penalização para os atentados ao patrimônio cultural.

⁵³ Segundo Pelegrini e Funari (2008, p.31-36), o Brasil foi um dos países que participaram diretamente da criação e concepção do Ato Constitutivo da Unesco, em 1945, e um dos 19 primeiros a ratificá-lo, possibilitando que a Organização entrasse em vigor a partir de 1946. Desde sua criação, a Unesco se empenha em promover diálogos entre vários países, através de conferências, buscando criar diretrizes que auxiliem na preservação dos bens culturais mundiais. Dessa forma, os documentos resultantes dessas conferências formulam normativas substanciais em defesa do patrimônio cultural e natural da humanidade. O Brasil, ao longo da trajetória do órgão, sempre buscou ratificar e adotar os instrumentos normativos da Unesco, especialmente na área cultural.

O Decreto-lei nº 25 de 1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Esse dispositivo institui o tombamento de bens considerados patrimônio histórico e artístico como instrumento para preservá-los e, por isso, ficou conhecido como Lei do Tombamento. Segundo o Decreto-lei, os bens só serão considerados parte integrante do patrimônio, depois de inscritos num dos quatro Livros do Tombo, sendo eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

A Constituição Federal de 1946 definiu o amparo e a proteção à cultura e aos bens culturais, mas sua principal contribuição para a questão de patrimônio cultural foi o acréscimo em seu texto da proteção de documentos históricos. Já a CF de 1967 acrescentou a proteção aos sítios arqueológicos, que são uma especialidade das obras ou monumentos históricos. Essa proteção já havia sido definida em 1961, pela Lei dos Sambaquis e do Patrimônio Arqueológico.

A vigente Constituição brasileira, de 1988, foi muito mais profunda do que todas as outras e dispensou uma seção inteira aos bens culturais e à cultura. A CF/88 estabeleceu que é dever do Poder Público, com a colaboração da comunidade, promover e preservar os patrimônios brasileiros e dispõe, em seus artigos 23, 24 e 30, a competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios referente à preservação e salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico e cultural do Brasil. O artigo 215 da Constituição expressa que o Estado deve garantir os direitos culturais da sociedade, bem como a valorização e a difusão das manifestações culturais. Já o artigo 216 define os bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro, tanto de natureza material como imaterial, independentemente de tombamento. Dessa forma, o tombamento passa a ser apenas um instrumento de proteção e não mais um requisito para que um bem seja considerado Patrimônio Cultural. Também é nesse artigo que se define as formas de proteção. São elas: inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação.

Segundo o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁵⁴, o *inventário* é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, por meio do registro de suas características

⁵⁴ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>> . Acesso em: 30 abr. 2011.

principais. O inventário deve ser incentivado na medida em que servem de fonte de conhecimento das referências de identidade e auxiliam os demais instrumentos. Embora reconhecido na Constituição desde 1988, o uso do inventário somente foi normatizado em 2009, quando o IPHAN lançou a Instrução Normativa nº1/09, que explica os procedimentos necessários para a utilização, por instituições interessadas, dessa metodologia de pesquisa intitulada “Inventário Nacional de Referências Culturais”. O objetivo dessa metodologia é produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. O Inventário contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, as significações históricas e as imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística.

Apesar de constar na CF de 1988, o *registro* só foi regulamentado em 2000, através do Decreto 3.551. Esse Decreto, que institui o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”, rege o processo de reconhecimento de bens culturais como patrimônio imaterial, além de instituir o compromisso do Estado em inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar a dinâmica dessas práticas socioculturais. Segundo o IPHAN, o registro é, antes de tudo, uma forma de reconhecimento e busca a valorização desses bens, sendo visto mesmo como um instrumento legal. Registram-se saberes e celebrações, rituais e formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem.

De acordo com o Decreto 3.551, os bens culturais imateriais devem ser registrados em um dos quatro Livros de Registro existentes, ou, caso necessário, em um novo livro que será aberto após determinação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Os quatro Livros são: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão; e Livro de Registro dos Lugares.

Para registrar um bem, a parte proponente deve encaminhar a proposta, acompanhada da documentação técnica, ao Presidente do IPHAN que a submeterá ao Conselho Consultivo. O IPHAN emitirá parecer acerca da proposta, que será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações, no prazo de trinta dias. Se o parecer for favorável, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Elevada à categoria de meio de proteção cultural pela Constituição vigente, a *vigilância* nada mais é do que aquilo que a lei de tombamento considerava efeitos de ato, isto é, a permissão ao Poder Público de inspeção da coisa tombada, aí incluído o ingresso, sob condições, nas dependências das casas. Além disso, está à disposição do Poder Público, na defesa dos bens socioambientais, todo um sistema que vai desde o poder de polícia, capacidade do Estado de adequar à conduta individual ao disposto legal, até a *desapropriação*.

O *tombamento* é uma prática de proteção patrimonial desde 1937, quando foi outorgado o Decreto-lei nº 25. Como já foi visto, a Lei do Tombamento coloca que os bens somente serão considerados parte integrante do patrimônio depois de inscritos num dos quatro Livros do Tombo. Para que isso aconteça, é necessário que ocorra um processo com avaliação técnica e aprovação do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Segundo o site do IPHAN⁵⁵, o tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual e municipal. O tombamento tem início com o pedido de abertura de processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens. Pode ser aplicado tanto aos bens materiais móveis quanto imóveis.

A Constituição Federal de 1988 altera os critérios para avaliar os bens: o principal critério para a avaliação do caráter cultural de um bem não será a monumentalidade, como se dizia antes, mas, o fato de ser referência cultural, isto é, ser representativa ou evocativa da cultura. As demais constituições se resumem num conteúdo de valor cultural que busca a identidade nacional. A partir de 1988, o Brasil passou a reconhecer, proteger e enaltecer a diversidade cultural, acrescentado os valores indígenas, afro-brasileiros e de outros grupos étnicos.

⁵⁵ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Sobre o tombamento. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginalphan>> . Acesso em: 23 jul. 2010.

2.1.1 As políticas públicas de preservação em Santa Maria

Toda política de patrimônio está exposta a inúmeros desvios⁵⁶.

Políticas públicas são ações realizadas pelo poder público com a finalidade de manter o equilíbrio social, tendo como motivação os desejos de diferentes grupos da sociedade, com base nos seus valores, ideias e visões. “A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política” (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 28). Assim, políticas públicas são um conjunto de medidas concretas, destinadas a um determinado público (ou vários públicos), com metas a serem atingidas, em função de normas e valores de uma sociedade (THOENIG *apud* SARAVIA e FERRAREZI, 2006, p. 32). Dessa forma, as políticas públicas de preservação são medidas elaboradas pelo poder público para auxiliar na preservação do patrimônio de um determinado grupo. Para isso, são criadas normas que assegurem a permanência desse patrimônio. Essas normas podem ser estipuladas através de legislações, já que essas normatizam a aplicação das ações determinadas pelas políticas.

Em Santa Maria, a primeira legislação referente à proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria foi a Lei Municipal nº 2255, de 25 de maio de 1982. Em 1996, foi redigida uma nova legislação. A Lei Municipal nº 3999, de 24 de setembro de 1996, define que Patrimônio Histórico e Cultural são bens móveis e imóveis

[...] que seja de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrente da atividade humana e do perpassar do tempo em virtude de: a) sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis ou fatos atuais significativos; b) seu valor arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico ou folclórico; c) sua relação com a vida e a paisagem do Município.

Bastante similar ao Decreto-lei nº 25, de 1937, a Lei nº 3999 de Santa Maria também coloca que os bens serão considerados Patrimônio Histórico e Cultural do Município após inscritos em um dos quatro Livros de Tombo, sendo eles: Livro de Tombo das Belas Artes; Livro de Tombo das Artes Aplicadas; Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e Livro de Tombo Histórico. Para que o tombamento ocorra, a legislação coloca que é necessário que seja desenvolvido um

⁵⁶ CANDAU, 2010, p. 53.

processo junto ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC-SM), que irá:

a) Inventariar e registrar os bens cujas características ensejam preservação; b) Cadastrar os bens cujas características ensejam tombamento emitindo parecer fundamentado; c) Apreciar, de ofício ou requerimento, a conveniência de tombamento, emitindo parecer ao tombamento fundamentado; d) Proceder ao tombamento provisório; e) Encaminhar ao Prefeito para homologação, requerimento ou proposta de tombamento definitivo; f) Articular-se com os demais órgãos da administração Municipal, para o atendimento de suas finalidades e, especialmente, para fiscalização do cumprimento da Lei.

Segundo Sheila Comiran⁵⁷ (informação verbal)⁵⁸, o Conselho Municipal do Patrimônio está vinculado ao Gabinete do Prefeito⁵⁹. O Conselho deve ser composto por quatorze membros, sendo eles: 5 ligados à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); 4 ligados à Prefeitura Municipal; 2 vinculados ao Centro Universitário Franciscano (Unifra); 1 vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria; e 1 representante do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CONDUSMA), sendo que cada setor ou instituição é responsável por nomear o seu representante. A escolha da diretoria é realizada a cada dois anos.

Sheila Comiran ainda conta que não há um espaço físico para o Conselho. Parte da documentação do COMPHIC-SM fica guardada na sede do Escritório da Cidade (EC) e alguns documentos ficam com o Presidente do Conselho. As reuniões também acontecem na sede do EC, mensalmente e, de forma extraordinária, quando necessário, como, por exemplo, quando há a intenção de iniciar um processo de tombamento.

O início do processo pode se dar de cinco formas: a pedido do proprietário do bem; a pedido de qualquer cidadão; por proposta de um membro do Conselho; por projeto do Executivo ou do Legislativo. Se considerar válido o pedido de tombamento, o presidente do COMPHIC-SM deverá efetuar o tombamento provisório do bem e promover a intimação do proprietário, dando o prazo de quinze dias para que o mesmo possa impugnar a medida, se assim desejar. A intimação do proprietário deverá ser feita de três maneiras: pessoalmente, por carta registrada ou

⁵⁷ Sheila Comiran é arquiteta e urbanista, diretora de Planejamento do Escritório da Cidade, da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

⁵⁸ Informação fornecida por S. COMIRAN em entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2013.

⁵⁹ Sheila Comiran afirma que existe, atualmente, um projeto de lei de patrimônio tramitando internamente, na prefeitura que vinculará o COMPHIC-SM ao Escritório da Cidade (autarquia de planejamento de Santa Maria), que é o órgão responsável, dentro do município, pela coordenação do patrimônio construído.

por edital na imprensa local. Nessa intimação deverão constar os seguintes itens: os fundamentos de fato e de direito que justificam e autorizam o tombamento; a descrição completa do bem; a advertência do tombamento definitivo caso a medida não seja impugnada no prazo de 15 dias; e as limitações, obrigações e direitos decorrentes do tombamento. Já na impugnação deverá conter: a qualificação do impugnante e sua titularidade em relação ao bem; os fundamentos de fato e de direito pelos quais se opõe ao tombamento; e as provas de veracidade do que alega. No caso da impugnação ser rejeitada pelo Conselho, o tombamento provisório deverá ser homologado pelo Prefeito Municipal e, a partir da homologação, o bem será tombado definitivamente, com averbação no registro de imóveis.

Segundo essa legislação, os bens tombados, provisória ou definitivamente, “não poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem ter suas características alteradas”. Caso haja infrações às disposições dessa Lei, haverá a punição por meio de multas, cuja fixação de valores será feita de acordo com a gravidade da infração. Os bens tombados são de responsabilidade do Conselho Municipal do Patrimônio, embora, de acordo com Sheila Comiran (informação verbal)⁶⁰, seja a Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana (SMU) a responsável pela fiscalização do patrimônio do município.

A legislação de Santa Maria explica, assim como o Decreto-lei nº 25, quais são as características necessárias para que um bem seja tombado como patrimônio, de que forma esse bem deve ser tombado (ou seja, quais as etapas do processo de tombamento) e quais as restrições que esse bem sofrerá, bem como as punições que serão aplicadas caso essas restrições não sejam cumpridas. Apesar disso, a legislação não define como será a manutenção desses bens, nem de que forma o poder público deve agir para garantir a preservação. Assim, parece que, de acordo com a legislação, o simples ato de tombar um bem garantiria a sua preservação, bem como a preservação de sua memória. Na prática, essa questão envolve outros fatores, muitas vezes, tão subjetivos quanto os que levam um bem a ser tombado. Em Santa Maria, o que se percebe é que o poder público não sabe como lidar com o bem tombado, nem o destino que deve ser dado para o mesmo. “O tombamento puro e simples pode conduzir a resultados opostos aos desejados pelos seus defensores” (SANTOS, 2002, p. 25).

⁶⁰ Informação fornecida por S. COMIRAN em entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2013.

Uma cidade está em constante modificação, pois a sociedade está sempre se atualizando, evoluindo, mudando. Assim, os espaços também precisam acompanhar essas modificações, serem modificados de acordo com as necessidades da população. Segundo Milton Santos (2002),

Ao longo do seu processo, a cidade, organismo vivo, impõe solidariamente valores funcionais, mercantis e simbólicos às suas diversas frações. Novos lugares são chamados a novas funções, velhos lugares se renovam inteiramente ou parcialmente, sendo arrasados ou conservando relíquias. A cada momento histórico, cada pedaço da cidade evolui diferentemente, o centro histórico sendo, por sua persistência como lugar central, o espaço por excelência das mudanças contínuas e às vezes brutais de valor (p. 24).

Assim, o poder público enfrenta a difícil dicotomia entre acompanhar as modernizações exigidas pela sociedade e manter a memória e os vestígios das raízes dessa cidade. “O problema é o de encontrar as formas de intervenção adequadas. Renovação e revitalização não são obrigatoriamente antagonistas. [...] Mediante um projeto de renovação parcial bem concebido, é possível conjugar a produtividade espacial e o direito à memória” (SANTOS, 2002, p. 26).

2.1.2 Processos, tombamentos e patrimônios de Santa Maria

Ao longo dos anos, Santa Maria foi constituindo seu patrimônio como a maioria das cidades brasileiras. O primeiro tombamento realizado no município ocorreu em 1938. O acervo do Museu da União dos Caixeiros Viajantes (que atualmente integra o Museu Victor Bersani, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM) foi tombado, a nível federal, pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN – atual IPHAN)⁶¹. A nível estadual, através do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAEE), a cidade tem tombado, desde 2000, o Sítio Ferroviário de Santa Maria, que compreende a Estação Férrea de Santa Maria, o Colégio Manoel Ribas e a Vila Belga (40 casas geminadas e prédios da Cooperativa dos Funcionários da Ferrovia – COOPFER)⁶².

⁶¹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Arquivo Noronha Santos – Livro Tombo. Disponível em: < <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

⁶² INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. Bens Tombados. Disponível em: < <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15637>>

A nível municipal, o poder público de Santa Maria começou a se preocupar com a preservação de seus bens, antes mesmo da existência efetiva de uma legislação de tombamento. Exemplos disso são os tombamentos do prédio da Sub-prefeitura de Itaara, em 1972 (10 anos antes da criação da primeira legislação sobre o assunto na cidade), e do prédio do Ex-banco Nacional do Comércio, em 1978.

Em levantamento realizado, em outubro de 2012, pelo Escritório da Cidade de Santa Maria, existem 22 bens tombados no município (ver Anexo B). São eles: Ex-Banco Nacional do Comércio – atual Caixa Econômica Federal (1978); Vila Belga (1988); Prédio da Ex-SUCV (1993); Prédio do Colégio Estadual Manoel Ribas - Maneco (1995); Mancha Ferroviária de Santa Maria (1996); Gare da Estação Ferroviária (2000); Antiga Estação Ferroviária de Camobi (2001); Capelinhas Azul, Branca e Rosa (2001); Prédio do Templo da Comunidade Evangélica – Igreja Luterana (2002); Prédio do Templo da Sinagoga (2002); Prédio do Templo da Catedral Diocesana (2002); Prédio do Templo da Catedral do Mediador (2002); Coreto e Chafariz da Praça Saldanha Marinho (2002); Bens imóveis e documentos pertencentes à Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea (2002); Conjunto de prédios – Fábrica de Sabão (2003); Estação Ferroviária do Só (2003); Prédio do antigo Clube Treze de Maio (2004); Estrada do Perau (2006); Prédio Central e Salão de Festas do Instituto de Educação Olavo Bilac (2006); Prédio da antiga Intendência Municipal – atual Câmara de Vereadores (2007); Sítio da Alemoa (2008); Prédio do ex-Palácio da Justiça – atual Casa de Cultura (2010)⁶³.

Ainda existem três bens que estão em processo de tombamento: o Jazigo da Família Isaía, iniciado em dezembro de 2004; a Casa de Manoel Ribas (Av. Rio Branco, nº 303), iniciado em novembro de 2008; e Palacete Batista Seroni (Rua Tuiuti esquina com a rua Floriano Peixoto), iniciado em agosto de 2012.

Nessa listagem dos bens que compõem o patrimônio histórico e cultural de Santa Maria está citado que o Cine Independência foi tombado definitivamente em 2003, mas que esse tombamento foi revogado, no mesmo ano, pelo Decreto Executivo nº186. Assim, essa listagem mostra que houve uma tentativa de preservação do local, mas que esse bem não foi tombado.

>. Acesso em: 10 ago. 2011.

⁶³ Ainda na listagem, se encontram o Prédio da Sub-prefeitura de Itaara (1972) e as áreas de preservação ambiental, Antiga Pedreira e Antigo Paiol, em Itaara (1992). Itaara foi emancipada em 1995 (Lei Estadual nº 10.643). Assim, esses bens não pertencem mais ao município de Santa Maria, deixando de compor sua lista de patrimônios.

Em relação ao tombamento do prédio do Cine Independência, o ex-prefeito Valdeci Oliveira, afirma que não teria certeza se o processo foi finalizado.

A única coisa que eu tenho certeza é que todo o procedimento foi feito. [...] Eu, sinceramente, tenho dúvida se eu não fiz o decreto, porque se tinha uma vontade política que foi expressa e absolutamente definida, [...] então não tem nenhuma razão para não ter feito o decreto. [...] Eu vou até buscar essa informação para ti. Eu acho que eu assinei esse decreto (informação verbal)⁶⁴.

Após a entrevista, o assessor de imprensa de Valdeci, Thiago Machado, repassou a informação de que o prédio não havia sido tombado oficialmente, pois o poder público acreditou que não havia mais a necessidade de tal proteção, uma vez que a prefeitura adquiriu o bem em 2005, e assim já iria preservá-lo. Apesar dessa afirmação, se sabe que o processo de tombamento se deu em 2003, sendo finalizado em janeiro de 2004, ficando o prédio, assim, em posse de particulares e sem nenhum tipo de proteção por mais de um ano.

Em relação ao uso dos patrimônios da cidade, é possível perceber que em grande parte eles ainda possuem suas funções originais, como é o caso do Colégio Manoel Ribas, igrejas, casas residenciais, ou estão sendo ocupados pela prefeitura, como é o caso do prédio da ex-SUCV (atual gabinete do prefeito) e da Gare da Estação Férrea (atual Secretaria Municipal de Cultura).

A oposição agravada entre valor de uso e valor de troca virá acompanhada de uma tendência crescente à deterioração. E esta será tanto maior quanto for maior a rigidez dos regulamentos de uso, que não apenas desestimularão as construções segundo os gabaritos propostos, mas impedirão a própria conservação dos imóveis. (SANTOS, 2002, p. 25).

Assim, o uso dos bens tombados em Santa Maria, assim como em diversas cidades do país, ainda é uma questão difícil para o poder público. Os bens são tombados para que sejam preservados, mas, ao mesmo tempo, não se sabe o que fazer com aqueles locais após esse tombamento. Todos os espaços precisam ter uma função no contexto de uma cidade e quando esses locais perdem sua função (muitas vezes, função que deu origem ao tombamento), há uma dificuldade por parte do poder público de dar-lhes um novo uso. Dessa forma, esses prédios,

⁶⁴ Informação fornecida por V. OLIVEIRA em entrevista concedida em Santa Maria, em 12 de novembro de 2012.

frequentemente, acabam por ser utilizados pelo próprio poder público, como espaço para órgãos da prefeitura ou locais culturais, como casas de memória, museus, galerias, bibliotecas, entre outros.

2.2 O tombamento como preservação da memória

[...] preservando-se bens culturais, constrói-se a identidade, valoriza-se a ação e assegura-se a memória da vida humana que existe em determinado território⁶⁵.

O conceito de memória vem sendo cada vez mais discutido e, por isso, também vem sofrendo modificações e se adequando às funções, às utilizações e à sua importância nas sociedades. Esse conceito pode ser visto de diferentes pontos de vista, tanto biológico, filosófico, mítico, antropológico, sociológico, entre outros.

O antropólogo Jöel Candau (2011, p. 22-23) divide a memória em três níveis. A primeira seria a *protomemória*, que seria a memória-hábito⁶⁶, a memória procedural, ou seja, uma memória que já está incorporada no dia-a-dia, os hábitos mais primitivos. A *memória propriamente dita ou de alto nível* é uma memória essencialmente de recordações, composta por lembranças autobiográficas e esquecimentos. Por fim, a *metamemória* é a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória e o que diz dela. Assim, a metamemória é uma memória reivindicada, ostensiva. Mas, segundo Candau, essas categorias somente serão válidas se aplicadas à memória individual, perdendo seu sentido ao tratar-se de memória coletiva.

É impossível admitir que essa expressão designe uma *faculdade*, pois a única faculdade de memória realmente atestada é a memória individual; assim, um grupo não recorda de acordo com uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada, apenas uma proporção maior ou menor de membros desse grupo é capaz disso (CANDAU, 2011, p. 24, *grifos do autor*).

Dessa forma, para Candau, a memória coletiva é formada por memórias individuais. “A memória parece de fato ser radicalmente singular: minhas lembranças não são as suas. [...] a memória é passado, e esse passado é o de minhas

⁶⁵ REISEWITZ, 2004, p. 101.

⁶⁶ O termo memória-hábito é definido por Bergson (s/d, p. 124), como sendo uma memória “fixada no organismo, [...] o conjunto dos mecanismos inteligentemente montados que asseguram uma réplica conveniente às diversas interpelações possíveis”.

impressões; nesse sentido, esse passado é meu passado” (RICOEUR, 2007, p. 107). Candau ainda salienta que a memória é feita de lembranças e esquecimentos. “Embora o estudo das formas comuns de esquecimento seja negligenciado, podemos facilmente provar a sua existência com o compartilhamento efetivo da representação do passado” ⁶⁷, ou seja, em relação à memória coletiva, é mais fácil provar que há um compartilhamento de esquecimentos do que de lembranças.

Apesar dos estudos sobre a individualidade e a personalidade da memória, nos dias atuais, ao falar de memória, se pensa não tanto em memória individual, mas em uma memória coletiva.

Trata-se da memória de grupos eles mesmos de natureza muito variada no que concerne a geração, profissão ou região, até a nação ou comunidade ideológica e política. Coletiva, essa memória é mais que a soma de memórias individuais de membros do grupo em questão. É constituída pela interação entre eles, repousa sobre as trocas e representa um patrimônio imaterial que contribui a unir os membros de um grupo e lhes permite se situar no passado, no presente e no futuro (FRANÇOIS, 2010, p. 17).

Segundo Halbwachs (1990), a memória, por mais pessoal que possa ser, é construída socialmente. Ivan Izquierdo (1989) afirma que as pessoas tendem a viver em grupos, organizando-se em sociedades, pois não sabem viver isoladamente. Para isso, criam laços, buscam afinidades, memórias comuns e, a partir disso, criam uma identidade coletiva, uma memória social. Dessa forma, a memória pessoal, e, por conseqüência, a identidade pessoal, acaba recebendo interferências da coletividade, incluindo elementos mais amplos que os individuais.

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Assim, pode-se dizer que, a partir do pensamento de Halbwachs, as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também como será lembrado. Mas Halbwachs, diz que não se pode esquecer que toda a memória é seletiva e passa por um processo de “negociação” para que a memória individual e a coletiva se conciliem. Não bastam os

⁶⁷ CANDAU, Joel. **La métamémoire ou la mise en récit Du travail de mémoire**. Disponível em: <<http://centrealbertobenveniste.org/formail-cab/uploads/La-metamemoire-ou-la-mise-en-recit-du-travail-de-memoire.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2011. Tradução nossa.

testemunhos de outras pessoas para que as suas memórias sejam incorporadas por um indivíduo. Elas precisam concordar com as memórias já existentes desse sujeito e que tenham alguns pontos semelhantes para que sejam construídas sobre uma base comum. Além disso, as pessoas necessitam da memória dos outros para confirmar suas próprias memórias, para legitimá-las.

Para Candau (2011), existem quadros dos quais os indivíduos se utilizam para fixar e reencontrar suas lembranças, aos quais ele chama de *sociotransmissores*. Como se sabe, cada indivíduo está inserido em grupos sociais diferentes e utiliza elementos diferentes para contar sua história, expressar a sua identidade, “guardar” suas memórias. Os objetos patrimoniais, desse ponto de vista, são excelentes *sociotransmissores* da sensibilidade patrimonial. Assim, esses patrimônios se colocam como ativadores da memória.

O Decreto-lei nº 25 de 1937 coloca que para integrar o patrimônio nacional, um bem necessita estar vinculado a fatos memoráveis da história ou possuir valor arqueológico, artístico, etnográfico ou bibliográfico excepcional. Dessa mesma forma, a legislação santa-mariense (Lei nº 3.999 de 1996) também coloca a memória como um fator genuíno para a preservação de um bem. Assim, é possível perceber que o tombamento está ligado à memória de um determinado grupo ou de uma sociedade, privilegiando, desse modo, os bens culturais do passado.

O lugar de destaque dado habitualmente à cultura do passado explica-se pela existência já razoavelmente cristalizada, neste caso, de um campo consensual para o qual convergem as opiniões e interesses de parcelas mais amplas da população – opiniões e interesses que certamente entrariam em conflito se referidos a aspectos do presente mergulhados em debates aquecidos do ponto de vista social e político. Voltando-se para o passado, a prática patrimonialista lida com obras em princípio dissociadas historicamente (embora não filosoficamente ou ideologicamente) dos contextos sociais nos quais se originaram, podendo passar despercebidas ou mostrar-se “neutras” (TEIXEIRA COELHO, p. 287 *apud* REISEWITZ, 2004, p. 92).

Além disso, em relação ao Decreto-lei nº 25, é preciso levar em consideração o fato de que o mesmo foi escrito durante o Estado Novo, como já foi dito. Assim, também se pode compreender que havia, por parte do governo, uma tentativa de construir uma história nacional oficial que beneficiasse os interesses do regime ditatorial, uma vez que a população não possuía uma participação ativa na política da época. Dessa forma, “[...]conforme determinação do art. 1º do referido decreto, a preservação e a conservação dos bens devem ser de *interesse público* pode ser

confundido com o *interesse do administrador público* ou de uma *ideologia por detrás do mesmo*” (REISEWITZ, 2004, p. 92-93, grifos da autora). Mesmo assim, conforme Simões Pires (*apud* REISEWITZ, 2004, p. 93), é inegável que esse instrumento é resultado da busca da revalorização da cultura nacional, em função dos interesses da sociedade.

Segundo Gondar e Dodebei (2005), o patrimônio deve ser compreendido como um conjunto de informações que caracterizam determinado grupo, dando sentido aos seus valores e história. Assim, a sociedade é representada por seu patrimônio e é através dele que ela se mostra, mostra a sua identidade.

[...] o grande papel do patrimônio cultural é o da manutenção, construção ou reconstrução da identidade (individual ou coletiva) de modo sobretudo a proporcionar, ao indivíduo e ao grupo: a) um sentimento de segurança, uma raiz, diante das acelerações da vida cotidiana na atualidade; b) o combate contra o estranhamento das condições de existência, ao proporcionar a vinculação do indivíduo e do grupo a uma tradição, e, de modo particular, a resistência contra o totalitarismo, que faz da criação de massas desenraizadas o instrumento central de uma manipulação em favor da figura atratora do ditador apresentado como único ponto de referência e orientação (TEIXEIRA COELHO, p. 288 *apud* REISEWITZ, 2004, p. 101).

Segundo Candau (2011, p. 158-159), o patrimônio pode ser visto como um “aparelho ideológico da memória”, no qual a conservação dos vestígios, testemunhos, impressões auxiliam a manter uma ilusão de continuidade. De acordo com o autor, a perda dessas informações “é vivida como uma perda de si próprio” (CANDAU, 2011, p. 160). Isso acontece pelo fato de que o patrimônio é um “investimento identitário” que pode ser transmitido através das gerações. Dessa forma, o patrimônio é um mecanismo que auxilia a contar a sua história, mostrar sua identidade. Assim, o patrimônio “permite a um grupo narrar-se a si próprio” (CANDAU, 2011, p. 160).

As representações do patrimônio como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de uma comunidade específica conduz, muito facilmente, a tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento na “terra natal” [...]. Essa tentativa, que pode mesmo se revestir de formas de “taxidermia social”, está explícita em vários discursos ou textos oficiais [...] (CANDAU, 2011, p. 161).

“A memória é mesmo essencial para a afirmação da identidade, pois é preciso ter memória para reconhecer quem somos, para não repetir o passado, [...] Sem memória a história se repete, não se renova” (REISEWITZ, 2004, p. 102-103). Dessa forma, a construção da memória social é, portanto, decisiva para a formação

de identidades coletivas, uma vez que a memória dá sentido de história à identidade social, informando ao proprietário daquela identidade o seu lugar dentro de um sistema social. “Exercitando nossa memória podemos identificar aquilo que nos une enquanto povo, enquanto nação, além disso, aquilo que identifica os micro-grupos no interior do macro-grupo, formando a sociedade brasileira” (REISEWITZ, 2004, p. 102).

Dessa forma, a memória coletiva, que faz referência ao passado, serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Assim, a memória coletiva é essencial para a construção da identidade de um determinado grupo, pois será a partir dela que se realizará um trabalho de organização e de seleção do que é importante para uma sociedade, ou seja, para fazer parte de sua identidade. A identidade de grupo, selecionada pela memória coletiva, se faz presente nos bens tombados como patrimônio. O patrimônio, dessa forma, se torna um suporte para essa memória coletiva.

O patrimônio só é patrimônio por ser assim considerado por quem o percebe como tal. Quem o percebe, por sua vez, só o faz por ali encontrar um conjunto de valores e significados que lhe exprima identidade e dá sentido a esse bem. Esses valores e significados são trazidos através da memória e imprimem marcas como que dizendo “isto sou eu” e, em comunhão com o grupo social, “isto somos nós”.

Igualmente importante para a preservação do patrimônio cultural é o reconhecimento do direito à memória, porque ela é responsável por nossa sobrevivência. A memória reflete o vivido. Só existiu aquilo que foi por ela guardado. Preservar o patrimônio cultural é, portanto, uma forma de deixar nosso registro, garantir que existimos e proporcionar às futuras gerações um encontro com sua própria história (REISEWITZ, 2004, p. 102).

Assim, as memórias, representadas no patrimônio, não só dizem “quem somos”, como também permitem projetar um “quem seremos” ou “quem queremos ser”. “[...] Para uma coletividade a convivência constante com o seu passado é o necessário ponto de identificação de suas ações no presente” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 47).

Candau (2011, p. 162) cita Georges-Henri Rivière que fala que um ecomuseu é um espelho no qual a população pode se ver, e acrescenta que esse olhar, muitas vezes, é um olhar narcisista. Dessa forma, é preciso pensar que ao produzir um “retrato” próprio, a comunidade sempre buscará o seu “melhor ângulo”, pois isso

implica na maneira que o outro irá enxergar esse grupo. Assim, o patrimônio de uma cidade, por exemplo, diz muito sobre de que forma se quer ser visto.

Dessa forma, pode-se dizer que o passado (registrado nas memórias) contém o acervo de dados que permite traçar linhas que levem não só ao “quem queremos ser”, mas ao como “queremos que nos vejam”, ou seja, qual a identidade que se quer representar.

É preciso saber que a sociedade atual traz as marcas das estruturas sociais que lhe antecederam, marcas essas encontradas no patrimônio. Dessa forma, esse patrimônio se constitui em mediador e instrumento para a preservação da memória, mas não é a memória propriamente dita. Assim, um patrimônio, por si só, nada significa. Somente possui um significado se nele forem identificadas determinadas memórias, determinados valores identitários de um ou mais grupos.

Resumindo, a elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidades colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras; [...] (CANDAU, 2011, p. 163).

Assim, a memória, e consequentemente a identidade e o patrimônio, não é estática. Como afirma Candau, ela está em constante movimento, em constante mutação. Isso porque a memória é “influenciável”. Primeiramente, porque ao se presenciar uma situação memorável, a forma como uma pessoa irá “armazenar” essa lembrança recebe influências, como seus conhecimentos, suas experiências pessoais, sua cultura, suas concepções. Além disso, ao invocar uma lembrança já armazenada, esta recebe influência do presente, ou seja, como se percebe um fato passado no momento presente.

Dessa forma, o patrimônio também sofre influências. O patrimônio oficial, ou seja, aquele que é definido a partir de um processo junto a uma equipe ligada às esferas nacional, estadual ou municipal, o que culmina na sua inscrição em um livro de tombamento (patrimônio material) ou de registros (patrimônio imaterial), como determina nossas legislações, sofre influências políticas, econômicas e sociais.

3 Memória, Patrimônio e Identidade: o caso do Cine Independência

O tombamento do prédio do Cine Independência foi solicitado por um pequeno grupo de pessoas ligadas a atividades culturais em Santa Maria. Mas qual o patrimônio que é tombado com o apoio de toda a população? Mesmo sabendo que essa decisão muitas vezes parte de pequenos grupos e que só se concretiza quando há um interesse do poder público, é preciso a identificação de uma parcela maior da sociedade para legitimar esse patrimônio. Um bem não é patrimônio porque uma legislação assim determina, mas sim porque um determinado grupo assim o reconhece. Dessa forma, embora o tombamento não tenha sido concretizado, fazendo com que o prédio não seja um patrimônio oficial da cidade de Santa Maria, o Cine Independência pode ser considerado um patrimônio, já que por vezes assim foi reconhecido, seja pelo grupo que organizou o abaixo-assinado, seja pelo Conselho Municipal que assim o definiu, e até mesmo pelo próprio prefeito que propôs o tombamento ao COMPHIC-SM.

Segundo Candau (2010), há uma tendência na sociedade atual de generalizar, transformando um singular ou um particular, em um geral. Assim, cria-se uma ilusão de que um patrimônio é detentor da identidade de toda uma sociedade. Nas políticas de patrimônio, como salienta Candau (2010), existem desvios que precisam ser evitados. Entre os principais, está o excesso de patrimonialização, ou seja, o que o autor denomina de “*Mnemotropismo*”, a tendência de supervalorização da memória e do passado nas sociedades contemporâneas, de uma política de que nada pode ser esquecido e, assim, tudo deve ser preservado. “Queremos tudo abraçar de nosso passado e sem dúvida prestamos mais atenção do que antes ao que já foi perdido” (CANDAU, 2011, p. 189).

Preservar não é manter intacta uma estrutura, não é simplesmente pintar, consertar as deteriorações trazidas pelo tempo. Preservar é algo mais subjetivo, imaterial, é conservar a história, as lembranças de um tempo que não existe mais. Uma história que já passou e que ainda está sendo feita.

Assim, preservar, antes de tudo, é manter viva uma memória acrescentando a cada dia uma nova memória, sem, de forma alguma, atingir o que já aconteceu. Não é porque um local não existe mais fisicamente, que sua história se perderá.

Além disso, o tombamento por si só não garante a preservação de memórias. A preservação se faz através das narrativas. São essas narrativas que fazem com que a história seja perpetuada através das gerações. Um prédio, por ali estar da mesma forma que esteve durante décadas, não conta a sua história, mas sim as narrativas que com ele se constroem. As narrativas, assim como as memórias, também são alteradas ao longo do tempo. E elas também dependem da interpretação de quem as absorve. Assim, não é a reprodução da fachada original, nem mesmo se ali permanece as características de cinema de seus áureos tempos, que fazem esse espaço ser digno de ser preservado, mas sim a vontade de não esquecer.

Cada modificação ocorrida ao longo da trajetória do prédio do Cine Independência não apaga o que antes existia ali, mas acrescenta novos elementos para sua história. Dessa forma, essas modificações podem desfazer as características, mas, ao mesmo tempo, fazem história em si, adicionando novos relatos, novas narrativas, novas memórias.

3.1 As faces do Independência

Os espaços construídos encontram-se em constante processo de transformação. Particularmente em se tratando de cidades, observamos o caráter extremamente dinâmico dessas transformações, com intensidades variáveis, em função das características de cada contexto⁶⁸.

A última fachada do Cine-Theatro Independência permaneceu com as mesmas características por cerca de 50 anos. Dessa forma, a referência que a população possuía do local era a da fachada mais recente, ou seja, a fachada de 1956. Mesmo assim, percebe-se que, no caso do Cine-Theatro Independência, o poder público achou necessário (salientando que aquele prédio iria perder sua função original de espaço cultural da cidade), retomar

⁶⁸ LINARDI, 2001, p. 13.

suas feições originais. Sendo o tombamento, uma questão de identidade entre um patrimônio e a comunidade da qual faz parte, porque “reconstruir” essa fachada (fig. 27)?



Figura 27 – Charge sobre a reprodução da fachada original do Cine Independência⁶⁹
 Fonte: Diário de Santa Maria, 2 e 3 jul. 2005, p. 4.

Como já foi visto, a historiadora Roselaine Corrêa (2005) coloca que a fachada original condizia com uma sala de diversão da época, ou seja, remetia a um prédio que se destinava a atividades de um cine-teatro. Assim, uma vez que o edifício perdeu essa função e passou a abrigar um shopping popular, a reprodução da fachada original pode ter sido uma tentativa de simbolizar que aquele espaço, em outros tempos, abrigou um cine-teatro.

Segundo o ex-prefeito, Valdeci Oliveira,

⁶⁹ O Santa Maria Vídeo e Cinema (SMVC) é um festival de cinema realizado em Santa Maria, desde 2002. No período em que a charge foi feita, o SMVC ocorria, simultaneamente, no Theatro Treze de Maio e na Praça Saldanha Marinho.

[...] quando nós definimos o Shopping Popular, foi sempre clara a preservação da fachada, pois era um prédio histórico, importante para a cidade, que faz parte desse quarteirão no centro da cidade, que tem outros prédios que já tem preservação patrimonial, tombamento, enfim. E foi isso que nós fizemos. [...] nós tínhamos que manter essa fachada, exatamente resguardando, digamos assim, a sua história. Isso era fundamental. E foi, logicamente com pequenas adequações, mas se tu pegares as fotos antigas e atuais, ela é praticamente igual, a mesma arte. Os suportes que estão colocados no prédio são aqueles que já existiam no passado. Por que isso? Porque nós entendíamos que era fundamental e que estava dentro da nossa ideia, que nós só teríamos o porquê de transformar esse espaço público de fato no controle do município desde que sua fachada fosse preservada (informação verbal)⁷⁰.

Ao analisar a fala de Valdeci Oliveira, é possível perceber que, no entendimento do ex-prefeito, a descaracterização do bem não ocorreu com a implementação do Shopping Popular, mas sim, em 1956, quando o então proprietário do espaço, Francisco Cupello, optou pela reformulação da fachada do local. Assim, a prefeitura, ao reproduzir a fachada original, estaria resgatando a memória do prédio.

Mesmo assim, a fachada reproduzida não fazia mais parte do imaginário da população, uma vez que grande parte só lembra-se da fachada de 1956. A referência da fachada de 1922 somente existia através de fotografias. Foram através dessas fotografias que se pode identificar de que forma era a fachada do prédio e, assim, reproduzi-la, na tentativa de recriar uma identificação. Dessa forma, ao mesmo tempo em que essa reprodução da fachada original tenta agregar uma lembrança, ela também acaba por “apagar” uma parte da memória daquele local, ou seja, os anos em que aquele prédio teve outra fachada.

A única referência no Shopping Independência à fachada de 1956 é uma pintura, assinada pelo artista plástico santa-mariense Cassius Pires, que reproduz o prédio na década de 1970 (fig. 28 e 29). Esse painel está localizado dentro de um dos restaurantes do Shopping.

⁷⁰ Informação fornecida por V. OLIVEIRA em entrevista concedida em Santa Maria, em 12 de novembro de 2012.



Figura 28 – Painel do restaurante “Cine Gourmet”, que fica localizado no Shopping Popular
Fonte: Amanda Costa da Silva – Abril/2011



Figura 29 – Fotografia que serviu de inspiração para a pintura de Cassius Pires.
Fonte: Disponível em: <<http://cleberto.wordpress.com/2008/08/23/old-photos/>> Acesso em: 06 set. 2010.

A fachada de 1956 não era esteticamente apreciada por muitos moradores da cidade. No jornal Diário de Santa Maria, de 2 e 3 de julho de 2005, a jornalista Bruna Porciúncula descreve que “a fachada imponente se transformou numa espécie de caixote encravado na Praça Saldanha Marinho”

(p. 4). A historiadora Roselaine Casanova Corrêa (2005) afirma que a fachada era inexpressiva (p. 32). Assim, a retomada da fachada original agradou boa parte da população que preferia ter um prédio com características mais rebuscadas em um local significativo da cidade. Mas essa não foi a opinião de todos. O Conselho Municipal do Patrimônio, em carta aberta a população, divulgada no jornal *A Razão*, de 15 de julho de 2005 (p. 5), afirmou que a fachada de 1956 deveria ser preservada, pois era essa fachada que estava na memória da população.

Assim, segundo os membros do Conselho, a população possuía uma identidade com aquela fachada, pois reconheciam nela o Cine Independência. Com as modificações, tanto da fachada, quanto da questão funcional, pode ter havido uma perda de referência do local. Dessa forma, apesar de apreciarem a estética da nova fachada, a população deixou de reconhecê-lo como um local que já havia abrigado um cinema importante para a história de Santa Maria. Assim, a fachada foi modificada, a estrutura interna foi modificada, a função do espaço foi modificada. Do Cine só ficou o nome: Shopping Independência. “Nossa ideia, inclusive, de constituir o nome Shopping Independência era exatamente para continuar viva na memória das pessoas aqui era o Cine Independência” (informação verbal)⁷¹. Mas somente esse nome seria suficiente para manter viva a memória do Cine, para manter uma suposta identidade do local com a população?

3.2 Elegendo patrimônios

Segundo Holtorf (2006, p. 107-108), a destruição é uma parte inevitável de todas as (re)construções, seja de uma forma material (o que é possível ver) ou imaterial (o que é possível se lembrar). A memória, por ser viva, como explica Pierre Nora (1993), “está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconstante de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas

⁷¹ Informação fornecida por V. OLIVEIRA em entrevista concedida em Santa Maria, em 12 de novembro de 2012.

latências e de repentinas revitalizações” (p. 9). Dessa forma, tanto a parte material quanto a imaterial de um bem estão em constante destruição e modificação. Assim, “está sempre se perdendo alguma coisa e ganhando outras, [...]”. Mesmo a preservação implica perda. Até mesmo a destruição implica criação” (HOLTORF, 2006, p. 108, *tradução nossa*).

A partir desse ponto de vista, também é preciso salientar que a “destruição”, ou melhor, a descaracterização, do espaço que abrigava o Cine-Theatro Independência, auxiliou na revitalização de um outro espaço repleto de significados para a cidade de Santa Maria: a Avenida Rio Branco.

A Avenida Rio Branco (fig. 30), que une o centro e ponto inicial da cidade à Estação Férrea de Santa Maria, tem grande representatividade na história do Município.

Entre os anos vinte e trinta do século passado, a via foi alargada e ampliada e mostrava o rumo do progresso: ele vinha da Estação Ferroviária E subia em direção à Praça Saldanha Marinho. Ela era a rua mais elegante da cidade e aí estavam as construções mais imponentes, os hotéis, a igreja Matriz, as residências das famílias abastadas e o comércio florescente. O canteiro era largo e recebeu o plantio de árvores e a arborização também se dava nas calçadas. [...] Essa avenida orgulhava a todos: tinha 44 metros de largura, era toda arborizada, iluminada e considerada o cartão de visitas da cidade (FOLETTTO, 2008, p. 45-46).



Figura 30 – Vista parcial da Praça Saldanha Marinho e da Av. Rio Branco em 1930.
Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Além de ser esse elo entre o centro da cidade e o progresso que chegava a Santa Maria através da viação férrea, ali também foram construídos espaços de importância histórica e social para a população, como a Igreja Matriz da cidade e a Igreja Anglicana.

A Avenida foi também palco de conflitos políticos e sociais de trabalhadores da ferrovia que fizeram manifestações e reivindicações. A Escola de Artes e Ofícios foi construída ali na década de 1920, assim como o grandioso prédio da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes (SUCV), muitas residências e inúmeros hotéis (FOLETTTO, 22/23 out. 2011, p. 10).

Posteriormente, já na metade do século XX, a via foi ganhando cada vez mais características comerciais, com lojas de todos os tipos se instalando nos dois lados da avenida, o que atraía um grande número de pessoas que por ali passavam diariamente. Porém, nas últimas décadas do século XX, a realidade da Avenida Rio Branco foi se modificando. O eixo de desenvolvimento da cidade foi sendo transferido para outros lugares, principalmente, devido ao fim do transporte ferroviário de passageiros.

Muito de nosso comércio estagnou ou transferiu-se dali. Hotéis fecharam, a Escola de Artes e Ofícios encerrou suas atividades, a estação ficou deserta e sofreu incêndio e depredação. Muitos edifícios entraram em ruína, foram demolidos, alterados, [...] (FOLETTTO, 22/23 out. 2011, p. 11).

Em 1991, a Prefeitura de Santa Maria, em uma tentativa de solucionar o problema do comércio informal nas ruas da cidade, construiu, na Avenida Rio Branco, um espaço que organizaria esses vendedores (58, ao todo) em um só local (fig. 31).



Figura 31 – Camelódromo de Santa Maria na Av. Rio Branco, 1999.
Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Apesar dessa tentativa, devido a falta de fiscalização por parte do poder municipal, as ruas de Santa Maria foram ganhando rapidamente novos vendedores. Alguns foram construindo seus espaços no próprio camelódromo e os demais foram se espalhando pelas ruas centrais da cidade⁷². O camelódromo, que inicialmente se localizava em um lado do canteiro central da Avenida Rio Branco, na quadra em frente à Catedral de Santa Maria, expandiu-se para o outro lado do canteiro, a quadra entre as ruas Andradas e Silva Jardim e para a Praça Saldanha Marinho, além de bancas montadas improvisadamente nas ruas Acampamento e Venâncio Aires. Assim, a Avenida que já fora orgulho para os moradores da cidade, passou a se tornar um espaço de difícil acesso aos transeuntes, e seu largo canteiro arborizado se tornou estreito demais para acomodar os novos vendedores informais que surgiam (fig. 32).

⁷² Segundo o jornal *Diário de Santa Maria* de 09 de maio de 2005 (p. 8-9), nessa época, o centro da cidade contava com 91 camelôs e mais de 200 vendedores ambulantes.



Figura 32 – Camelódromo em 2005.
Fonte: DIÁRIO DE SANTA MARIA, 9 mai. 2005, p. 8.

Dessa forma, no início dos anos 2000, a população já começava a exigir do poder municipal alguma medida que solucionasse esse problema no centro da cidade e já era intenção da Prefeitura construir um centro popular de compras para transferir os vendedores informais⁷³. Assim, é possível compreender que após a compra do prédio do Cine Independência e a divulgação de uma possível solução para o fim do comércio informal nas ruas da cidade, a população em geral tenha considerado mais importante retirar o Camelódromo da Avenida Rio Branco, revitalizando o local, do que destinar o espaço do Cine a atividades culturais, como é possível perceber no discurso da integrante do Conselho Municipal do Patrimônio, Vani Foletto, em artigo para o jornal Diário de Santa Maria de 22 e 23 de outubro de 2011:

⁷³ Em 2002, surgiu a hipótese de construir um espaço na Rua Roque Calage para abrigar os vendedores, mas devido a protestos dos próprios ambulantes e camelôs, a Prefeitura descartou a ideia. (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 9 mai. 2005, p. 8).

Ela [Avenida Rio Branco] continua sendo importante via para a cidade, [...] Passar ali é contemplar resquícios de várias épocas. É ver as antigas residências remanescentes que lembram a época em que a cidade era pequena. É observar os sobrados e prédios. É reviver a avenida como caminho do progresso. E observar os novos edifícios é ver a época atual. Vemos, então, o presente de trânsito pesado, de pessoas caminhando com pressa. Vemos seu comércio, seus hotéis, brechós e lojinhas e pequenos bares. Vemos gente de bairros e do Centro. Cada uma dessas pessoas tem em sua memória a “sua” avenida. Portanto, a Avenida Rio Branco faz parte da memória afetiva de Santa Maria e se constitui em patrimônio cultural: ela é de todos nós e a todos nós ela diz respeito (p. 11).

Assim como o Cine Independência, a Avenida Rio Branco também não está listada como patrimônio oficial de Santa Maria. Mesmo assim, a própria integrante do Conselho Municipal do Patrimônio a define como tal por sua representatividade junto à sociedade santa-mariense, da mesma forma que o próprio Conselho também definiu o Cine Independência, anos antes. Seus argumentos, assim como os utilizados pelos indivíduos favoráveis ao tombamento do Cine, também se baseiam em uma memória afetiva, em um saudosismo em relação a um tempo que não existe mais. Mas não seriam os patrimônios, em sua maioria, exatamente isso? Uma busca de perpetuar e conservar uma memória afetiva que pode desaparecer? E se assim for, o que distingue o prédio do Cine Independência da Avenida Rio Branco?

Patrimônio é eleição. É a escolha de quais bens servirão como representação de uma identidade. Quais espaços, dentro do contexto urbano, melhor representam a identidade de uma população, seja ela autêntica ou criada. Assim, o que distingue o Cine Independência da Avenida Rio Branco foi a escolha feita, pelo próprio poder público, de qual identidade a cidade deveria enaltecer. Dessa forma, o poder público definiu que a revitalização da Avenida Rio Branco seria mais importante para a identidade da população do que manter o Cine Independência.

3.3 Cine Independência e sociedade: relações de identidade

Que lugar ocupa realmente a busca memorial e identitária nas sociedades modernas?⁷⁴

A questão da identidade da população de Santa Maria com o Cine Independência vem sendo debatida desde que se iniciaram as primeiras movimentações para a instauração de um processo de tombamento do local. No final desse processo, o COMPHIC-SM definiu que havia uma relação identitária com o espaço, ressaltando que o valor arquitetônico do imóvel não foi considerado e sim sua importância histórica e cultural. “É ponto de referência e permanece como identificação do centro da cidade na memória dos moradores mais antigos, assim como dos mais novos”⁷⁵. Apesar disso, é possível perceber que essa relação se dava por diversos fatores distintos para cada indivíduo da população, bem como era relativa a diferentes aspectos.

Em relação a fachada, como já foi visto anteriormente, havia divergências entre os indivíduos da população. O Conselho Municipal do Patrimônio, ao salientar que o valor arquitetônico do prédio não foi levado em consideração, também reforça a ideia de que a estrutura material, principalmente a fachada, não possuía um valor identitário tão forte com a população como outros fatores.

Os principais fatores que reforçam a relação identitária da sociedade santa-mariense com o Cine são os valores histórico e afetivo. Como o Conselho afirmou, o Cine Independência foi local de diversos eventos representativos para a história da cidade, bem como, para a história do cinema. Além disso, muitas pessoas foram ao Cine Independência e lá viveram momentos importantes de sua história, e, por isso, o local acabou fazendo parte de sua memória, de sua identidade. Também há os que estão ligados às atividades culturais da cidade e, por isso, acabam por se identificar com a função que o local possuía.

⁷⁴ CANDAU, 2011, p. 199.

⁷⁵ SANTA MARIA. Parecer Consultivo, de 14 de janeiro de 2004. Parecer favorável ao tombamento da fachada e saguão do prédio do antigo Cine Independência.

Embora o COMPHIC-SM tenha se colocado contra a nova função que se pretendia dar ao local, o que se percebe, sobretudo através da leitura dos principais jornais da época, é que após a divulgação da intenção da Prefeitura de transformar o espaço em um shopping popular, mesmo a “classe artística” da cidade, que solicitou o tombamento, não se preocupou com a preservação da memória do Independência, principal objetivo de um processo de tombamento, mas sim com a função do local, como se pode perceber no depoimento de Ruth Pereyron⁷⁶: “A ideia da compra do prédio é boa. Só que o nosso sonho sempre foi fazer ali um centro cultural” (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 7/8 mai. 2005, p. 16). Em matéria do jornal Diário de Santa Maria, de 27 de abril de 2005, intitulada “Shopping Popular na boca do povo”, é possível perceber que as reivindicações da população passaram a ser relacionadas não mais a memória, mas sim a função do novo espaço. “Rádios também fizeram enquetes, e a aprovação [do projeto] saiu ganhando” (ROESE; ZANELA, 27 abr. 2005, p. 8). Já na edição do final de semana de 14 e 15 de maio de 2005, o Diário de Santa Maria publicou o resultado da enquete, realizada de 27 de abril a 13 de maio, no endereço eletrônico do jornal, que questionava: “A prefeitura quer comprar o prédio do antigo Cine Independência para fazer um shopping popular. O que você acha da idéia?” (p. 18).

Segundo o periódico, 62 pessoas se manifestaram, sendo que 35 delas foram a favor do posicionamento da prefeitura, 24 delas foram contra e três pessoas se mantiveram indecisas. Entre os argumentos dos que foram a favor está o fato da atitude solucionar o problema do grande número de vendedores ambulantes e camelôs que se aglomeravam no centro da cidade, dificultando o trânsito dos pedestres. Já a maioria que se posicionou contra colocou que a prefeitura estaria investindo uma verba muito alta para desenvolver o comércio informal. Somente três pessoas que se colocaram contra a atitude do executivo levantaram o fato do local ser um prédio histórico, como foi o caso de Álvaro Weissheimer Carneiro. “Eu não gostaria de ver um prédio, que possui um lugar na história de Santa Maria, perder suas características físicas e culturais” (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 29 abr. 2005, p. 13).

⁷⁶ Ruth Pereyron é diretora do Theatro Treze de Maio, localizado ao lado do prédio do antigo Cine Independência.

Dessa forma, pode-se perceber que somente uma pequena parcela da população de Santa Maria reivindicou a preservação da memória do Cine Independência e do local como um lugar de história da cidade. Assim, não é possível afirmar que havia uma identidade coletiva, uma memória comum de um grupo em relação ao local, mas sim memórias individuais de acontecimentos que se passaram no Cine Independência.

Apesar de o prédio ter passado por um processo de tombamento, no qual o Conselho Municipal do Patrimônio considerou a pertinência da preservação do espaço, bem como, de sua função original (fins culturais), se percebe que a população em geral não reconhecia, mesmo antes das alterações, o espaço como um patrimônio, detentor de identidade local e de uma memória a ser reivindicada. Dessa forma, é possível afirmar que o que levou o prédio que abrigava o Cine Independência a ser considerado um bem a ser tombado pelas pessoas que assim fizeram, foi a participação daquele espaço na história da cidade, bem como, da trajetória da cultura em Santa Maria, e não propriamente na identificação que a população possuía com o local.

O que se percebe também é que o grupo, que organizou o abaixo-assinado pedindo o tombamento, reivindicou, mais do que a própria memória do local, a não destruição de um espaço cultural na cidade. Nesse caso, a função do prédio parece ter sido mais importante para a iniciativa do grupo do que a própria memória do local. Dessa forma, o tombamento foi solicitado como um mecanismo para preservar, antes de mais nada, um espaço cultural e não a sua memória. A memória do Cine-Theatro Independência parece ter se tornado coadjuvante no tombamento e, por isso, após o parecer favorável ao tombamento do COMPHIC-SM, a população continuou não identificando o local como patrimônio do município, da mesma forma que não reivindicou sua memória. Assim, quando surgiu a proposta da prefeitura de modificar as características do prédio e o transformar em um shopping popular, a sociedade se deteve muito mais em debater a questão funcional (se o local deveria ou não abrigar um shopping popular ou se deveria continuar com sua função cultural) do que as próprias modificações das características físicas do espaço. Não houve reivindicações públicas na ordem da preservação do prédio (com algumas exceções, como membros do COMPHIC-SM e cidadãos isolados que

enviaram suas opiniões aos jornais da cidade), mas sim da preservação da função original do estabelecimento.

Considerações Finais:

A memória do Cine Independência ainda está viva. Se assim não o fosse, não seria possível a realização desse trabalho. Mesmo com todas as modificações ocorridas no local, com a sua descaracterização, o Cine Independência sobrevive, porém não mais em seu prédio, com certeza.

Santa Maria é uma cidade relativamente nova, se comparada aos grandes centros como Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Apesar disso, a instauração da viação férrea no município impulsionou o seu desenvolvimento. Dessa forma, Santa Maria passou a acompanhar a realidade dessas cidades que eram referência na época. Através dos trilhos do trem, chegavam a Santa Maria, os senhores proprietários de cinematógrafos, as companhias que lá se apresentavam, as novidades que também passavam pelos grandes centros. E foi, em seu centro histórico, local onde as principais atividades da cidade aconteciam, que as casas de espetáculos foram construídas.

Personagem importante da história de Santa Maria, bem como da história da indústria cinematográfica, o Cine Independência esteve ali no principal ponto desse centro histórico, a Praça Saldanha Marinho, por mais de 70 anos, se tornando referência das atividades culturais do município, juntamente com outros lugares que tiveram sua contribuição para essa história. Mas em um determinado momento, foi o seu prédio escolhido para perpetuar essa parte da história da cidade, para se tornar um espaço de identidade da cultura de Santa Maria.

Não se pretendeu aqui em nenhum momento julgar os acontecimentos relativos ao processo de tombamento. Nem mesmo questionar se aquele bem deveria ou não ter sido tombado e, principalmente, preservado. Muitas questões permeiam essa decisão. E como foi possível perceber, essas questões são muito subjetivas para trazerem uma resposta exata, para definir o certo e o errado. E talvez esse seja o primeiro ponto a ser levantado nessa pesquisa: a legislação, por si só, não apresenta falhas quanto aos caminhos

que se devem seguir até que um bem seja tombado, servindo para o que se propõe. Apesar disso, a rigidez de uma legislação, muitas vezes, não dá conta de um assunto tão subjetivo como o patrimônio. Não é possível determinar em uma legislação de que forma se deve preservar um bem, nem como orientar os novos usos desse local. Cada patrimônio é único, e por assim ser, não é possível padronizar em uma legislação a forma como se deve utilizar esse espaço, nem mesmo como manter uma memória viva junto a esse local. Para isso, é preciso debater não somente as leis, mas sim as políticas públicas preservacionistas, de que forma a sociedade irá dialogar com esses patrimônios.

Legalmente, o prédio do Cine Independência pode ser considerado um patrimônio, pois se enquadra no que está determinado pela legislação santamariense e passou por um processo de análise pelos membros do Conselho Municipal do Patrimônio, que assim o definiram. Ao mesmo tempo, legalmente, esse prédio não pode ser considerado um patrimônio, pois seu tombamento não foi outorgado pelo prefeito. Apesar disso, essas constatações não mudam o que aquele espaço representou e ainda representa para a população de Santa Maria. O Cine-Theatro Independência não deixa de existir e de ter um significado, seja ele qual for, para as pessoas que possuem algum vínculo com a cidade.

Não é o que diz a lei, nem mesmo uma determinação do poder público, que gera a preservação de um bem, mas sim as políticas públicas, as ações que o poder público desenvolve para que haja de fato essa preservação, e, principalmente, a vontade de preservar, a reivindicação da sociedade para que aquele espaço, bem como a sua memória, sejam preservados.

Esse é o curso natural da sociedade: bens que ao longo do tempo vão se reinventando, adquirindo novas funções de acordo com as demandas exigidas pela própria sociedade. Se assim não fosse, o que seria do desenvolvimento? Mesmo assim, essa sociedade precisa de ativadores e afirmadores de sua identidade, espaços com os quais se identifique e, dessa forma, remeta ao seu passado, a sua história e as suas raízes.

Para o ex-prefeito, Valdeci Oliveira, o processo de tombamento havia sido concluído, mas isso não o impossibilitou de realizar as modificações no local. Sabe-se que houve um inquérito civil relativo ao prédio, talvez para

analisar se havia a possibilidade de realizar essas alterações estruturais para que o espaço pudesse abrigar o shopping popular. Pode ser que essas modificações só tenham acontecido porque a Promotoria de Justiça definiu que o bem não estava oficialmente tombado e, por isso, autorizou as reformas. Mesmo assim, o então prefeito, acreditava que o bem era tombado e realizou as reformas, mostrando que há uma falta de conhecimento por parte do poder público de como proceder após o tombamento do bem. A atitude de Valdeci indica que o poder público tem um conhecimento superficial de como aplicar a legislação para que haja o tombamento de determinados bens e para que a sua preservação e de sua memória sejam realmente efetivas. Outra questão é a fiscalização dos bens tombados. Segundo a arquiteta Sheila Comiran, o órgão, dentro da prefeitura de Santa Maria, responsável pela fiscalização é a Secretaria de Controle e Mobilidade Urbana (SMU). Teriam os membros dessa secretaria conhecimento das políticas patrimoniais para desempenhar essa função? Não é possível afirmar com certeza que não, mas analisando as ações do poder público municipal como um todo é possível definir que há falhas nessa fiscalização.

A fachada do Cine Independência é um simulacro. Uma homenagem aos tempos áureos daquele espaço, talvez. Uma tentativa de passar a ideia: “aqui existia um cine-teatro”, como afirma o ex-prefeito. Porém, a impressão que se tem, ao analisar essa trajetória, é de que sua fachada é uma cobertura, uma máscara que “embelezou” o centro histórico da cidade de Santa Maria, escondendo algo que talvez não fosse tão agradável esteticamente.

Os cinemas de calçada acabaram. Não só em Santa Maria, mas na maioria das cidades do país. Apesar disso, eles estão registrados na história. Isso basta? Provavelmente não, pois, se assim fosse, não haveria a necessidade da instituição de patrimônios. É possível que o Cine Independência não representasse, em sua estrutura, essa história. Ou as diversas representações que ele possuiu tenham ofuscado essa característica. Pode ser que quando a população santa-mariense se voltou para as questões patrimoniais, o prédio já não possuía esse significado, já que desde 1995 ele abrigava uma igreja e não mais um cinema. É possível que sua fachada, sem expressão, como foi definida por alguns, não condissesse com a memória que se tinha daquele local e, assim, a reprodução de uma fachada mais pomposa

condizia mais com aquele espaço, mesmo que já não tivesse sua função original. Além disso, há a questão da avenida Rio Branco, um espaço revitalizado a partir da descaracterização do Cine. A eleição patrimonial, nesse caso, se torna evidente, mostrando que houve uma disputa entre esses dois locais. Essa disputa pode ter sido desigual, uma vez que foi mais uma opção do poder público, do que uma escolha realizada pela população de Santa Maria. Apesar das opiniões nos jornais do período, não houve um real questionamento da população sobre quais ações deveria a prefeitura adotar. Se as políticas públicas são feitas de acordo com a demanda da comunidade, como o poder público de Santa Maria poderia traçar ações patrimoniais sem a opinião dessa sociedade? Não há como traçar essas ações sem essa opinião, embora seja possível identificar que, na prática, não há esse questionamento, uma vez que a maioria dos patrimônios é tombado por iniciativa de pequenos grupos ou do próprio poder público, sem que seja considerada a opinião pública. Mesmo assim, se houvesse esse questionamento, não é possível saber se a população teria conhecimento suficiente para responder com profundidade as questões que permeiam a eleição patrimonial.

Atualmente, centenas de pessoas passam pela Praça Saldanha Marinho, nº 42, um lugar que tem muita história e faz parte da história de muitas pessoas. Um lugar que já foi cinema. Um lugar que foi sendo modificado e transformado de acordo com as prioridades da sociedade que também estão sempre se renovando. Foi modificado enquanto ainda era cinema, buscando atrair mais espectadores, e depois de seu fechamento, na tentativa de inserir o local na cidade que já não era a mesma de quando foi construído. A transformação é inevitável, já que a cidade está em constante mutação, uma vez que as pessoas também estão.

Apesar disso, os grupos sociais precisam de elementos de identificação, elementos que se coloquem como elo para o passado, uma ligação com as suas raízes. Assim, há uma dicotomia entre preservar bens do passado e construir novos elementos. Quanto ao Cine, para avaliar a sua preservação, é necessário avaliar também o contexto de Santa Maria. A cidade, atualmente, não possui um teatro que comporte um grande público. Há dois espaços destinados a apresentações teatrais: o Espaço Cultural Victorio Faccin, sede dos grupos teatrais “Teatro Universitário Independente” e “Teatro Por Que

Não?”, com aproximadamente 80 lugares; e o Teatro Treze de Maio, com cerca de 340 lugares. Além disso, os palcos desses dois espaços não comportam espetáculos de maior porte. Dessa forma, esses espetáculos, destinados a um grande público, são apresentados em locais improvisados, como centros de eventos e salões de festa de hotéis da cidade. Assim, manter a função do Cine-Theatro Independência, com um palco que comportasse tais espetáculos, como foi proposto por algumas pessoas de Santa Maria, poderia sanar essa carência que a cidade possui de um local maior para apresentações teatrais.

Por outro lado, se sabe que há uma falta de políticas públicas que efetivamente resguardem os patrimônios e sua memória. Próximo ao prédio do Cine, por exemplo, está a Casa de Cultura de Santa Maria (antigo Palácio da Justiça), tombada em 2010. O espaço, que abrigava diversas atividades culturais, como oficinas, exposições, entidades (Casa do Poeta de Santa Maria, Clube de Xadrez, entre outros), atualmente está parcialmente interditado por necessitar de restauração. Dessa forma, não se tornaria o Cine Independência, caso tombado, mais um espaço cultural de Santa Maria de certa forma abandonado pelo poder público?

Como pôde ser comprovado com esse trabalho, o tombamento não garante a preservação da memória de um local, da mesma forma que não é necessário que o local esteja intacto e com a mesma função para que essa memória seja de fato preservada. Não há dúvidas quanto a importância do Cine Independência para a história de Santa Maria, e sua memória deve ser mantida viva e transmitida para as futuras gerações, mas o tombamento de seu prédio não garantiria essa preservação. Muito antes das discussões sobre um possível tombamento, o prédio já não abrigava essa memória, e, dessa forma, não havia a necessidade desse tombamento com esse objetivo.

Por fim, resta dizer que, apesar de não existir uma política pública em Santa Maria voltada para a sua preservação, a memória do Cine Independência está viva em fotografias, jornais, livros e nas narrativas de determinadas pessoas. Assim, esse trabalho também se propõe a ser mais um guardião dessa memória, um objeto que auxilie no registro da história do Cine. Mas, assim como a memória, essa pesquisa também se mantém viva, não se esgotando aqui. Existem diversos outros pontos de vista a serem analisados,

tanto em relação às casas de espetáculos e ambientes de sociabilidade, quanto ao patrimônio e às políticas públicas que o cerca.

Referências:

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797-1930**. 3 ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho 1787-1933**. Vol I. Santa Maria: Editora Pallotti, 1958.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, s/d. p. 109-146.

BITTENCOURT, Ezio. **Os primeiros teatros do Rio Grande do Sul**. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 2007, São Leopoldo.

_____. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades e cultura no Brasil Meridional (Panorama da história de Rio Grande)**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2007.

BROLLO, Maria Ivone Pinto. **Santa Maria: cidade de Imembuí**. 2. ed. Santa Maria: [s.n.], 1973.

CANDAU, Joel. **Bases Antropológicas e Expressões Mundanas da Busca Patrimonial: Memória, Tradição e Identidade**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 1, n. 1, dez. 2009/mar. 2010. ISSN- 2177-4129. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/revista/edicao-01/completa/>>.

CANDAU, Joel. **La métamémoire ou la mise en récit Du travail de mémoire**. Disponível em: <<http://centrealbertobenveniste.org/formail-cab/uploads/La-metamemoire-ou-la-mise-en-recit-du-travail-de-memoire.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2011.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 e 1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CINECLUBE LANTERNINHA AURÉLIO. **Página Inicial**. Disponível em: <<http://cineclubelanterninhaaurelio.blogspot.com/>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

CORRÊA, Roselaine Casanova. **Cenário, Cor e Luz: Amantes da Ribalta em Santa Maria (1943-1983)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.

CUPELLO, Mario Pellegrini. **Revitalização dos Cinemas**. 18 ago. 2011. Disponível em: <<http://saojoaodel-rei.blogspot.com/2011/08/revitalizacao-dos-cinemas.html>>. Acesso em: 20 out. 2011.

FERREIRA, Aurélio B. H. et al. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FOLETTTO, Vani Terezinha (org.). **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria, RS: Pallotti, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN, 1997.

FRANÇOIS, Etienne. **As novas relações entre memória e História após a queda do Muro de Berlim**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.2, abr.-jul. 2010 – ISSN- 2177-4129. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/wp/wpcontent/uploads/2010/07/As-novas-rela%C3%A7%C3%B5es-entre-mem%C3%B3ria-eHist%C3%B3ria.pdf>>.

GOMERY, Douglas. **Media in America: the Wilson quarterly reader**. Ed. rev. Washington: The Johns Hopkins University Press, 1998.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

HESEL, Lothar. **O Teatro no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999.

HOLTORF, Cornelius. **Can less be more?** Heritage in the Age of Terrorism. *Public Archaeology*, (5): 2, 101-110, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. Bens Tombados. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15637>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Arquivo Noronha Santos – Livro Tombo. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Sobre o tombamento. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaphan>> Acesso em: 23 jul. 2010.

IZQUIERDO, Ivan. **Memórias**. Estudos Avançados. Vol. 3. Nº 6. São Paulo. May/Aug. 1989 – ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141989000200006&script=sci_arttext>.

KORNIS, Mônica A. **Sociedade e Cultura nos anos 1950**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>>. Acesso em: 04 de novembro de 2011.

LINARDI, Maria Cecília Nogueira. **Memória Urbana**: análise espacial da praça central de Santa Bárbara d'Oeste/SP. Piracicaba: Editora Unimep, 2001.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. **Santa Maria**: Relatos e Impressões de Viagem. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

MORALES, Neida Ceccim (org.). **Santa Maria**: memória. Santa Maria: Pallotti, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Aun Khoury. Projeto História, (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, PUCSP). São Paulo, nº 10, 1993, p. 7-28.

PELEGRINI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SANTOS, Milton. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Therezinha de Jesus Pires. **Cinemas de Rua: Fotos e Fatos**. [Exposição Fotográfica]. Santa Maria, 2003.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas Públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SCHILLING, Getúlio. **A arte fotográfica e o teatro em Santa Maria**. Santa Maria, RS: Pallotti, 2005.

SILVA, Cristina; PUHL, Paula; STRÖHER, Eduardo. Lazer e Sociabilidade em Novo Hamburgo: no escurinho do cinema. **Revista Esboços**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Volume 16, nº 21, 2010, p. 41-68.

RECHIA, Aristilda A. **Santa Maria**: Panorama Histórico-Cultural. 3ª ed. Santa Maria: Associação Santa-Mariense de Letras, 2006.

REISEWITZ, Lúcia. **Direito ambiental e patrimônio cultural: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

SANTA MARIA. **Álbum Ilustrado Comemorativo do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Município de Santa Maria (Rio Grande do Sul)**: 17 de maio de 1858. Santa Maria: Gráfica Metrópole, 1957.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3ª ed. (ano 2005), 2ª tir. Curitiba: Juruá, 2006.

STEYER, Fábio Augusto. **Cinema, imprensa e sociedade em Porto Alegre (1896-1930)**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2001.

TAVARES, Francine Silveira. **Cinema e patrimônio: o Theatro Guarany de Pelotas/RS**. 2010. 153f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (orgs.). **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n.], 2010.

RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Jornais e Revistas:

A RAZÃO. Santa Maria, 31 mar. 1938, p. 4. A grande produção que o Imperial e o Coliseu lançarão este ano.

_____. Santa Maria, 5 abr. 1938, p. 4. As melhores produções de 1938 serão exibidas na tela do Cinema Odeon.

_____. Santa Maria, 10 set. 1938, p. 4. A próxima temporada de operetas.

_____. Santa Maria, 18 set. 1938, p. 4. Anúncio da apresentação da Cia. de Operetas Alba Regina.

_____. Santa Maria, 28 set. 1938, p. 4. Cia. Italiana de Operetas Alba Regina estreia amanhã no Independência.

_____. Santa Maria, 12 ago. 1956, p. 4. Aprestam-se os preparativos para a inauguração dos melhoramentos do Cine Independência.

_____. Santa Maria, 25 ago. 1956, p. 5. Será solenemente inaugurado hoje o novo Cine Independência.

_____. Santa Maria, 26 ago. 1956, p. 7. Completamente remodelado entregue ontem à cidade o Cine Independência.

_____. Santa Maria, 29 ago. 1956, p. 8. Homenagem da Empresa Cinemas Cupelos Santa Maria S. A.

_____. Santa Maria, 12 jul. 1979, Capa. Fechado Cine Imperial: Santa Maria perde seu único teatro.

_____. Santa Maria, 30 set./01 out. 1995, Contracapa, p. 38. Vereadores ingressam com projeto que inviabiliza igreja no Cinema.

_____. Santa Maria, 15 jul. 2005, Política, p. 10. Eles querem a compra, mas destinos diferentes.

BELTRÃO, Romeu. **A Razão**. Santa Maria, 23 ago. 1956, p. 4. A evolução do cinema em Santa Maria.

COCCO, Francel Pedroso; TEXEIRA, Paulo Henrique. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 23/24 fev. 2008, Caderno Mix, p. 18 e 19. A primeira sessão.

DALCOL, Francisco. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 06 dez. 2002, Diário 2, p. 3. Edmundo tinha paixão pela cidade.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. Santa Maria, 17 abr. 2003, p. 3. Prefeitura quer tombar o Cine Independência.

_____. Santa Maria, 12 jun. 2003, Página 2, p. 2. Removidas cadeiras do Independência.

_____. Santa Maria, 29 abr. 2005, p. 13. Em discussão o shopping popular.

_____. Santa Maria, 07/08 mai. 2005, p. 16. Artistas contra o shopping popular.

_____. Santa Maria, 09 maio 2005, p. 8-9. Camelódromo para ser copiado.

_____. Santa Maria, 14/15 mai. 2005, p. 18. Caminho é tortuoso até a aprovação.

DIÁRIO DO INTERIOR. Santa Maria, 12 ago. 1922, p. 2. Anúncio do Cine-Theatro Independência.

_____. Santa Maria, 16 ago. 1922, Artes e diversões, p. 3. Independência.

_____. Santa Maria, 11 out. 1922, p. 1. Concurso dedicado ao Bello Sexo.

_____. Santa Maria, 22 out. 1922, p. 2. Concurso dedicado ao Bello Sexo.

_____. Santa Maria, 22 out. 1922, p. 3. Enquete.

FOLETTTO, Vani. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 22/23 out. 2011, Caderno Mix, p. 10-11. Patrimônio afetivo.

MACHADO, Fabiane. **Primeira Quadra**. Santa Maria, 10 nov. 1997, p. 1. Cinemas sofrem com a falta de público.

OLIVEIRA, Cristina; ZOLIN, Deli. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 21 mai. 2003, Diário 2, Em Cartaz, p. 3. Patrimônio se despedaçando.

PEREIRA, Claudemir. **A Razão**. Santa Maria, 28 jun. 2005, Economia, p. 9. Apresentado pré-projeto do shopping.

PHINAL, P. **A Razão**. Santa Maria, 23 ago. 1956, p. 5. O novo Independência.

PORCIÚNCULA, Bruna. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 02/03 jul. 2005, Caderno Mix, p. 4-6. A Última Sessão.

Revista Castalia. Santa Maria. 192_. THEATROS e artes.

ROESE, Luiz; ZANELA, Alexandra. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 27 abr. 2005, Geral, p. 8. Shopping popular na boca do povo.

SANTA MARIA E SUAS POTENCIALIDADES. Anuário 2010. Santa Maria: A Razão Editora Ltda, 2010. p. 11. O conto que virou lenda.

ZERO HORA. Porto Alegre, 19 jan. 1992, p. 14. Cinema faz parte da história de Santa Maria e pode fechar.

Legislações e documentos oficiais:

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 16 de julho de 1934**. Brasília: Fundação Projeto Rondon - Minter, 1986.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 10 de novembro de 1937**. Brasília: Fundação Projeto Rondon - Minter, 1986.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 18 de setembro de 1946**. Brasília: Fundação Projeto Rondon - Minter, 1986.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil - 14 de janeiro de 1967**. Brasília: Fundação Projeto Rondon - Minter, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil - 5 de outubro de 1988**. Brasília: Ministério da Educação, 1989.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 20 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SANTA MARIA. Casa de Cultura. **Ata da reunião realizada no dia 16 de junho de 2003**. nº 5.

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SANTA MARIA. Prédio II do Campus 1 da Unifra. **Ata da reunião realizada no dia 14 de janeiro de 2004.** nº 13.

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SANTA MARIA. Sede da Prefeitura de Santa Maria. **Ata da reunião realizada no dia 02 de junho de 2005.** nº 27.

PLURIMUS INVESTIMENTOS & ADMINISTRAÇÃO. **[Impugnação]** 22 set. 2003. Santa Maria [para] Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria. Santa Maria. 14 f. Apresenta impugnação ao tombamento provisório do prédio do antigo Cine Independência como Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria.

SANTA MARIA. Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria. Santa Maria. Ofício nº 13/COMPHIC/2005, de 31 de agosto de 2005. Pedido ao Prefeito para esclarecer sobre a intenção da Prefeitura de restabelecer a fachada original do Cine Independência. Santa Maria, 2005.

SANTA MARIA. Decreto Executivo nº 113/03, de 16 de junho de 2003. Autoriza o tombamento definitivo do prédio do antigo Cine Independência.

SANTA MARIA. Decreto Executivo nº 186/03, de 09 de setembro de 2003. Torna insubsistente o Decreto Executivo nº 113/03, de 16.06.2003, que autoriza o tombamento definitivo do Prédio do antigo Cine Independência.

SANTA MARIA. Lei Municipal nº 3999, de 24 de setembro de 1996. Dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria.

SANTA MARIA. Parecer Consultivo, de 14 de janeiro de 2004. Parecer favorável ao tombamento da fachada e saguão do prédio do antigo Cine Independência.

SANTA MARIA. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Ofício nº 081/GP/SGG/TAM/03, de 22 de abril de 2003. Proposta de tombamento como Patrimônio Histórico do Município o prédio do antigo Cine Independência. Santa Maria, 2003.

Entrevistas:

COMIRAN, Sheila. Santa Maria, 27 fev. 2013.

OLIVEIRA, Valdeci. Santa Maria, 12 nov. 2012.

SANTOS, Carlos Alberto. Pelotas, 12 fev. 2013.

Anexos

ANEXO A – Parecer consultivo do COMPHIC-SM sobre o processo de tombamento do Cine Independência.

COMPHIC
Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural
Santa Maria
Rio Grande do Sul

PARECER CONSULTIVO

PROCESSO: TOMBAMENTO DO PRÉDIO DO CINE INDEPENDÊNCIA, NA PRAÇA SALDANHA MARINHO

RELATÓRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA, Senhor Antônio Valdeci Oliveira de Oliveira, no uso das atribuições a ele conferidas pela legislação municipal, solicitou através do ofício nº 081/GP/SGG/TAM/03, de 22 de abril de 2003, a análise deste Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPHIC sobre o tombamento do imóvel que abrigou as atividades do Cine Independência, imóvel esse localizado na Rua Roque Calage, nº 24, frente à Praça Saldanha Marinho. Após recebido o ofício, com fundamento na Constituição Federal, no Decreto – lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e na Lei Municipal nº 3.999, de 24 de setembro de 1996, o Conselho emitiu um documento de tombamento provisório¹, ainda válido, e notificou o proprietário do imóvel para que, querendo, impugnassem a medida. Após recebida e analisada a impugnação, depois de meses de estudo, consulta a especialistas de diversas áreas, visita ao local e discussões no âmbito do Conselho, passou-se à decisão final, através de votação, com a emissão deste **PARECER CONSULTIVO**.

DA IMPUGNAÇÃO AO TOMBAMENTO

Após recebida a impugnação apresentada pela empresa proprietária do imóvel objeto do processo de tombamento, o Conselho a rejeitou nos termos do arts. 13, II, e 14 da Lei Municipal nº 3.999/96 e face a imperiosidade da implementação de proteção administrativa ao patrimônio cultural do Município, a

¹ O tombamento provisório do bem está previsto no parágrafo único do art. 8º da Lei Municipal nº 3.999/96 e somente ocorrerá se o processo de tombamento tiver sido provocado a) a requerimento de qualquer um do povo, b) por proposta de qualquer membro do COMPHIC-SM, c) por projeto do Poder Executivo Municipal e d) por projeto do Poder Legislativo Municipal. Nesses casos, a emissão pelo COMPHIC-SM de parecer favorável ao tombamento implica no *tombamento provisório* do bem, devendo o proprietário ser intimado para, querendo, impugnar a medida no prazo de quinze (15) dias, contados do recebimento ou da publicação da intimação.

observância aos princípios constitucionais, especialmente ao art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, e a consideração de que o bem tem valor cultural para a comunidade, sendo os titulares deste interesse os indivíduos que compõem a coletividade, caracterizando-se esse interesse, portanto, em um interesse difuso.

DO TOMBAMENTO

A análise do valor histórico e cultural do prédio do Cine Independência implicou na definição da FACHADA e do SAGUÃO como objetos do tombamento, especializando-se alguns de seus componentes:

FACHADA E SAGUÃO:

1

Uso obrigatório desse espaço tombado para fins culturais. Obrigatoriedade dos projetos futuros de ocupação do terreno e do local serem submetidos à Diretoria de Patrimônio (Prefeitura Municipal) e ao Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural para exame e aprovação.

DESCRIÇÃO DAS PARTES TOMBADAS:

1. Fachada externa integral, inclusive com a recomposição do letreiro em relevo que foi danificado em 15 de junho de 2003.
2. Platibanda, janelas (*brise*), portas de entrada com todos os seus elementos internos e externos, piso e escadarias internas, teto e paredes laterais tanto internas e externas.
3. Telhado (internamente e externamente). Deve ser mantida a altura, as características físicas e a volumetria existente nessas partes, internamente e externamente.

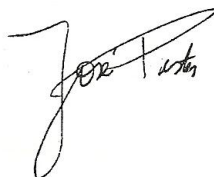
FUNDAMENTAÇÃO À MEDIDA DE TOMBAMENTO

O tombamento do prédio que abrigou as atividades do Cine Independência é justificado por ser aquele prédio um bem de valor simbólico e afetivo para a comunidade santa-mariense. Representa uma época de efervescência cultural ligada ao cinema em Santa Maria. Foi, também, local de espetáculos culturais e acontecimentos sociais e políticos. É ponto de referência e permanece como identificação do centro da cidade na memória dos moradores mais antigos, assim como dos mais novos. Ressalte-se que o fundamento que justifica o tombamento não é o valor arquitetônico do prédio, e sim sua importância como depositário de valores afetivos decorrentes de sua importância histórica ligada à cultura e ao cinema de Santa Maria. Tais motivos são, assim, relevantes para a preservação das partes indicadas.

É o parecer.

Santa Maria, 14 de janeiro de 2004.

RECEBIDO
EM 22/01/04



ANEXO B – Listagem dos bens tombados em Santa Maria.

Lista de Imóveis Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria Levantamento de Outubro de 2012

Lei/Decreto	Data	Descrição do bem	Endereço	Responsável pelo Tombamento	Órgão	Situação Outubro 2012
LM 2983	06-jun-88	Considera Patrimônio Histórico e Cultural do Município, a Vila Belga .	Rua Manoel Ribas, Ernesto Beak, Dr. Vauthier e André Marques	Prof. José Haidar Farret	PMISM	ok
DE 161	08-ago-97	Tombamento definitivo da Vila Belga .	Rua Manoel Ribas, Ernesto Beak, Dr. Vauthier e André Marques	Prof. Oswaldo Nascimento da Silva	PMISM	ok
LM 4009	21-out-96	Considera patrimônio histórico e cultural a Mancha Ferroviária de Santa Maria.		Prof. José Haidar Farret	PMISM	ok
DE 285	24-ago-00	Autoriza o tombamento definitivo da GAPE - Estação Ferroviária .		Prof. Oswaldo Nascimento da Silva	PMISM	ok
LM 4427	06-jun-01	Considera patrimônio histórico e cultural a Antiga Estação Ferroviária de Canoel .		Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
LM 4708	11-nov-03	Considera Patrimônio Histórico e Cultural a Antiga Estação Ferroviária do Sô .		Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
LM 4506	09-jun-02	Considera patrimônio Histórico e Cultural os Bens imóveis e documentos pertencentes à Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea .		Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
DE 113	16-jun-03	Autoriza o tombamento definitivo do Cine Independência .	Largo Edmundo Cardoso, junto a Praça Saldanha Maranhão	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	Revogado DE 186/2003
DE 186	09-09-03	Torna insubstituível o DE 113/03.		Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
DE 344	22-nov-06	Autoriza o Tombamento Definitivo do Prédio Central e Salão de Festas do Instituto de Educação Olavo Bilac .	Rua Conde de Porto Alegre, nº 655	Prof. em exerce. Werner Rampel	PMISM	ok
DE 114	13-mai-04	Tombamento provisório do prédio do Museu Treze de Maio .	Rua Silva Jardim, nº 1407	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
LM 4809	28-dez-04	Considera Patrimônio Histórico e cultural o Prédio que abriga o Clube Treze de Maio .	Rua Silva Jardim, 1407	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
DE 173	15-dez-09	Tombamento provisório do Prédio do Palácio da Justiça .	Praça Saldanha marinho, esquina com as ruas Ângelo Uglieno e Roque Callage	Prof. Cesar Schirmer	PMISM	ok
DE 030	11-mar-10	Tombamento definitivo do Prédio do Palácio da Justiça .	Praça Saldanha marinho, esquina com as ruas Ângelo Uglieno e Roque Callage	Prof. Exco. José Haidar Farret	PMISM	ok
DE 024	21-fev-03	Autoriza o Tombamento definitivo do conjunto de prédios - Fábrica de Sabão .	Esquina das Ruas Ernesto Beak e José do Patrocínio	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
LM 4950	03-jul-06	Considera patrimônio Histórico do Município a Estrada do Peru .		Vereador Tuhias Calli	Câmara Vereadores	ok
DE 105	25-08-12	Autoriza o Tombamento Provisório - Palacete Batista Sereni .	Rua Tuiuti esquina com Floriano Peixoto	Prof. Cesar Augusto Schirmer	PMISM	ok



Lei/Decreto	Data	Descrição do bem	Endereço	Responsável pelo Tombamento	Órgão	Situação Março 2010
LM 1952	15-fev-78	Considera Patrimônio Histórico o Prédio do Ex-Banco Nacional do Comércio - Atual Caixa Econômica Federal	Esquina da rua Dr. Bozano e Rua do Acompartamento	Pres. Dário Leal da Cunha	Câmara Vereadores	ok
LM 3661	25-jun-93	Considera Patrimônio Histórico o Prédio da Ex-SUCV - Alterado pela LM 3724	Rua Venâncio Aires, nº 1934, esquina com a avenida Rio Branco	Pres. Adil Forgiarini	Câmara Vereadores	ok
LM 3724	14-dez-93	Altera a Lei 3661/1993 - que considera patrimônio histórico do município o prédio da Ex-SUCV	Rua Venâncio Aires, nº 1934, esquina com a avenida Rio Branco	Pres. Adil Forgiarini	Câmara Vereadores	ok
LM 3929	19-dez-95	Considera Patrimônio Histórico o prédio do Colégio Estadual Manoel Ribas	Praça Eduardo Trevisan, nº 85	Prof. José Haidar Farret	PMISM	ok
LM 4433	25-jun-01	Considera Patrimônio Histórico e cultural as Capelinhas Azul, Branca e Rosa, catalogado por comissão paritária da SMC a cooperativa Associação Amigos da Rede	Antigas Vila Nobre da Cidade, Vila Bifício e Vila Floresta	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
DE 133/2008	24/1/08	Tombamento provisório da Casa Manoel Ribas	Avenida Rio Branco, 303	Av. Rio Branco 303	PMISM	ok
LM 4583	19-ago-02	Considera Patrimônio Histórico e Cultural o Coreto e o Chafariz da Praça Soldado Marinho	Praça Soldado Marinho	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
LM 4614	29-out-02	Considera patrimônio Histórico o Prédio do Templo da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil	Rua Coronel Niekammer, Esquina com Barão do Triunfo	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
LM 4615	29-out-02	Considera Patrimônio Histórico o Prédio do Templo da Sinagoga.	Rua Otávio Binato nº 49	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
LM 4616	29-out-02	Considera Patrimônio Histórico o Prédio do Templo da Catedral Diocesana.	Avenida Rio Branco nº 823	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
LM 4617	29-out-02	Considera Patrimônio Histórico o Prédio do Templo da Catedral do Mediapur	Avenida Rio Branco nº 880	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
DE 138	25-jun-07	Define como bem de interesse Histórico-Cultural Prédio da Antiga Escola Industrial Hugo Taylor	Av. Rio Branco, nº 732	Prof. em exercei Werner Rempel	PMISM	ok
DE 017	21-fev-08	Autoriza o tombamento definitivo Área do "Sítio da Alemoa"		Prof. em Exercei Werner Rempel	PMISM	ok
DE 386	01-dez-04	Autoriza o tombamento Provisório do Jaçipe da Família Inala	Área Histórica do Cemitério Municipal de Santa Maria	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
LM 5005	12-06-07	Câmara de vereadores	Rua Vale Machado nº 1415	Prof. Valdeci Oliveira de Oliveira	PMISM	ok
LM 2255	25-05-82	Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santa Maria		Prof. Getúlio Mario Zanchi	PMISM	Revogada
LM 3500	02-07-92	Considera área de preservação ambiental a Antiga Pedreira	Localizado no atual município de Itaara	Pres. Paulo Roberto Pimenta	Câmara Vereadores	Itaara
LM 3501	02-07-92	Considera área de preservação ambiental o Antigo Paio	Localizado no atual município de Itaara	Pres. Paulo Roberto Pimenta	Câmara Vereadores	Itaara
LM 3999	24-09-96	Proteção do Patrimônio histórico e		Pres. José Luiz Codon	Câmara Vereadores	ok



					cultural do Município de Santa Maria						
--	--	--	--	--	--------------------------------------	--	--	--	--	--	--